

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

THIAGO OHARA

Do cotidiano do medo ao medo do cotidiano: as representações sociais do
medo em um município de pequeno porte.

Maringá
2017

THIAGO OHARA

Do cotidiano do medo ao medo do cotidiano: as representações sociais do medo em um município de pequeno porte.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik

Maringá
2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá, PR, Brasil)**

Ohara, Thiago
036d Do cotidiano do medo ao medo do cotidiano : as representações sociais do medo em um município de pequeno porte / Thiago Ohara. -- Maringá, 2017.
129 f. : il. color., fig.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2017.

1. Psicologia social. 2. Processos afetivos. 3. Medo - Aspectos sociais. 4. Cidade pequena - Medo. 5. Pós-modernidade - Aspectos sociais. I. Tomanik, Eduardo Augusto, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 21.ed. 152.46

AMMA-003418

THIAGO OHARA

*Do cotidiano do medo ao medo do cotidiano: as representações sociais do
medo em um município de pequeno porte*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)


Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco
PPI/Universidade Estadual de Maringá


Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Aprovado em: 14 de fevereiro de 2017.
Local da defesa: Bloco 10 – sala 10, Campus da UEM.

DEDICATORIA(S)

Aos meus pais pelos ensinamentos
sobre a arte da vida.
À amada esposa que com paciência
soube compreender as minhas
ausências.

AGRADECIMENTO(S)

Registro minha gratidão à todas as pessoas que me apoiaram na elaboração desta pesquisa e que, de forma direta ou indireta, acolheram meus medos tornando-os suportáveis diante das incertezas que a vida nos impõe.

À minha família por, inicialmente me conduzir, permanecer ao meu lado e depois me libertar com a garantia de que o amor é o que sustenta nosso mundo. À minha mãe, Ivone, obrigado por me acolher e sustentar, ao meu pai, Mario, por me conduzir, à minha irmã, Carol, por permanecer e à minha avó, Benedita, por estar presente, sempre. Vocês são incríveis.

À minha esposa, Anyelle Andrade, por acolher, compreender e incentivar de forma tão amável todo o percurso de estudos que envolveu esse trabalho, além de construir comigo emoção ímpar: o amor. Enfim, estou de volta!

Aos meus sogros, “Seu” Olívio e “Dona” Eva, pelo acolhimento, carinho e amor que sinto nesta nova família. Obrigado pelos pousos, jantares, cafés da manhã e pelo cultivo da vida da mulher que amo.

Aos amigos pelos momentos de descontração e incentivo durante o processo de construção deste trabalho. Obrigado por não me deixarem esquecer de rir.

Aos seis participantes da pesquisa pelo acolhimento em seus cotidianos, nas suas residências e pela disponibilidade de compartilhar suas experiências. Obrigado pela riqueza de suas palavras!

À minha colega e companheira no percurso do Mestrado, Laura Lago, parceira nas leituras, discussões e caronas. Muito Obrigado.

Aos companheiros do Grupo HERA – Psicologia Social dos Afetos, pelas colaborações realizadas por meio dos debates e elaborações produzidas por meio das relações e da participação de todos.

Aos professores do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), porque, de maneira encantadora, me apresentaram a psicologia como área de conhecimento e instrumento de transformação. Obrigado por me apresentar a palavra movimento!

Às integrantes da banca: pela serenidade singular da Profa. Dra. Sonia Mari Shima Barroco, pela participação na construção do presente material através das suas contribuições. À Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi, pela disponibilidade e riqueza de seus ensinamentos.

Ao querido orientador Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik, por me conduzir diante do desconhecido universo dos medos, pelo suporte e paciência que me auxiliaram a reconhecer e superar as adversidades do mundo da pesquisa e, principalmente, pelo carinho mesmo diante do passado “futebolístico” que sempre nos persegue. Um brinde ao afeto!

E a vida, pelo que ela sempre representará: descoberta.

EPÍGRAFE

Eu vivo sem saber até quando ainda estou vivo
Sem saber o calibre do perigo
Eu não sei d'aonde vem o tiro
Por que caminhos você vai e volta?
Aonde você nunca vai?
Em que esquinas você nunca para?
A que horas você nunca sai?
Há quanto tempo você sente medo?
Quantos amigos você já perdeu?
Entrincheirado, vivendo em segredo
E ainda diz que não é problema seu
E a vida já não é mais vida
No caos ninguém é cidadão
As promessas foram esquecidas
Não há estado, não há mais nação
Perdido em números de guerra
Rezando por dias de paz
Não vê que a sua vida aqui se encerra
Com uma nota curta nos jornais

(Herbert Vianna)

Do cotidiano do medo ao medo do cotidiano: as representações sociais do medo em um município de pequeno porte.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo investigar as representações sociais do medo em um município de pequeno porte no interior do Estado do Paraná, levando-se em conta as relações estabelecidas pelos entrevistados com o território e com as pessoas que o habitam. A pesquisa utilizou como recurso teórico-metodológico a teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici (2004), que compreende o valor dos conhecimentos produzidos e compartilhados no cotidiano dos grupos sociais. As análises das entrevistas nos possibilitaram a compreensão de sutilezas nas representações apresentadas por eles sobre o sentir medo. Tal sentimento, embora negado no discurso dessas pessoas, está presente no cotidiano delas de forma difusa sendo a violência seu maior representante. As emoções são vivenciadas de diferentes formas nos mais diversos grupos, por isso dizemos que são construídas historicamente e culturalmente. Embora, compartilhadas pela coletividade não nos esquecemos de apresentar as singularidades dos discursos, bem como as correlações possíveis entre ambos com base nos medos apresentados. Verificamos que os entrevistados atribuem a violência um status de onipresença, além de produzirem seus próprios conjuntos de ideias sobre quem são consideradas as pessoas confiáveis e as que não são. Com base nesse conjunto de ideias ficou claro que as pessoas desse município criaram bolsões de semelhança como forma de enfrentamento e proteção diante das incertezas originadas pelo reconhecimento de que o perigo está nas fronteiras simbólicas da convivência, ou seja, quando fora dos limites do município são aqueles que trazem a violência, quando dentro são vítimas daquilo que veio das redondezas. Frente às representações sociais do medo, concluímos que os sujeitos são influenciados diariamente pela necessidade de evitar o convívio em comunidade, quando em suas individualidades procuram maneiras de se proteger privilegiando a si mesmos ou seus familiares, ou quando tornando-se perigosos aos outros que não fazem parte de seus vínculos próximos atuam do mesmo modo que eles. Ademais, a manutenção da individualidade e o não reconhecimento da comunidade parece os eximir de qualquer responsabilidade pelo coletivo, contribuindo assim para a construção de novos muros promovendo a segregação das diferenças, com o objetivo de uma falsa sensação de segurança.

Palavras-chave: Psicologia Social. Processos Afetivos. Medo. Cidade. Pós-modernidade.

From the routine of fear, to fearing the routine: the social representations of the fear in a small city.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the social representations of fear in a small city within the state of Paraná, taking into account the relations established by the interviewees with the territory and the people from where they inhabit in. The research used as theoretical and methodological the theory of social representations, proposed by Moscovici (2004), comprising the value of the produced knowledge and shared on the daily life of social groups. The analysis of the interviews enabled us to understand the subtleties of the representations represented by them about fear. This feeling, although denied on the speech of these people, is present on their daily life diffusely being the violence its greatest representative. The emotions are experienced in different ways in various groups, thus we say that they are historically and culturally constructed. Although shared by the collectively we have not forgotten to present the singularities of discourse as well as the possible correlations between both, based on the fears presented. We verified that the respondents attribute to the violence a status of ubiquitous, besides producing their own set of ideas about who are considered reliable and the ones who are not. Based on this set of ideas it has gotten clear that the people from this city have created pockets of similarity, as a way of facing and protecting themselves before the uncertainties, originated by the recognition that the danger is on the symbolic boundaries of coexistence. That is, when they are out of the limits of the municipality are those who bring violence, while inside they are victims of what came of the nearby. Before the social representations of fear, we conclude that the subjects are daily influenced by the need to avoid living in the community, when in their individualities they attempt to find ways to protect themselves, favoring themselves or their families, or when becoming dangerous to others that not part of their near bonds acting in the same way as them. Moreover, maintaining the individuality and non-recognition of the community seems to evade any responsibility for the collective, thus contributing to the construction of new walls promoting segregation of differences, with the goal of a false sense of security.

Keywords: Social Psychology. Affective processes. Fear. City. Post modernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 - SOBRE O ENTENDIMENTO DO MEDO	19
1.1 - OS PROCESSOS AFETIVOS	19
1.2 - O MEDO	22
1.2.1 - O medo como sentimento impulsivo	24
1.2.2 - O medo como afeto	26
1.2.3 - O medo como sentimento orientativo	28
1.2.4 – O medo como emoção	33
1.3 - O MEDO E A SUBJETIVIDADE: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL	36
1.3.1 - O discurso da violência, a mídia e as manifestações do medo	37
1.3.2 - Medo na comunidade	39
1.3.3 - Tecnologias e o distanciamento do outro	41
1.4. - O MEDO COTIDIANO E SUAS INFLUENCIAS NA SUBJETIVIDADE	43
2 - O HOMEM E O SEU MUNDO	47
2.1- A PSICOLOGIA E O ESTUDO DA SUBJETIVIDADE	47
2.2 - COTIDIANO: A REALIDADE COMO PROCESSO SUBJETIVO	54
2.3 - PÓS-MODERNIDADE: O COTIDIANO NA CIDADE DE CONCRETO	59
3 – METODOLOGIA	66
4 – VAMOS FALAR SOBRE O MEDO: QUE MEDO?	74
4.1 – O MUNICÍPIO, OS MORADORES E SUAS HISTÓRIAS	74
4.1.1 – Marcia	75
4.1.2 – Marcio	79
4.1.3 – Andréia	87
4.1.4 – André	92
4.1.5 – Rafaela	100
4.1.6 – Rafael	105
5 - O TÃO PRESENTE DESCONHECIDO SENTIMENTO DE MEDO	111
5.1 - PORQUE SENTIR MEDO? A VIOLÊNCIA ESTÁ EM TODO LUGAR	111
5.2 – ANTIGAMENTE ERA DIFERENTE: O ATO DE PUNIR PARA GARANTIR PROTEÇÃO	113

5.3 - O QUE VEM DE FORA É PERIGOSO: EU AMO MINHA TERRA	117
5.4 - NÃO QUEREMOS PERDER AQUILO QUE CONQUISTAMOS: O FUTURO É INCERTO	121
6 - PARA ONDE VAMOS? UM RETORNO AO DESCONHECIDO	122
REFERÊNCIAS	126

INTRODUÇÃO

O trabalho do psicólogo dentro dos espaços de saúde, principalmente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), traz em sua rotina de atendimento um envolvimento com a comunidade na qual que estes serviços estão inseridos. Trabalho nos serviços de saúde desde meu início como profissional de psicologia, sobretudo em instituições públicas e descrevo aqui alguns pontos importantes que compõem a atuação deste profissional nos contextos de saúde.

A prática do psicólogo nesses contextos está inserida dentro do que chamamos de políticas públicas. Quando falamos em Políticas Públicas, de forma geral, nos referimos às estratégias elaboradas e implementadas por um grupo político para conduzir atividades e serviços específicos para determinada população (Souza, 2006). As políticas públicas brasileiras foram estruturadas para assegurar os direitos na população, sobretudo como forma de garantir as necessidades primeiras dos grupos sociais mais vulneráveis. Dentre essas estratégias encontramos uma que tem como principal objetivo a promoção de saúde e a prevenção de agravos e doenças, chamada de Sistema Único de Saúde.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído pela Constituição Federal de 1988, prevendo a saúde como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Sua regulamentação ocorreu através da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, cujo conteúdo previa condições necessárias para promoção, prevenção, regulamentação, funcionamento e organização dos serviços de saúde pública. Os serviços do SUS são conduzidos por princípios e diretrizes, sendo a universalidade o primeiro princípio e o que garante aos usuários o acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência (Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990).

Os princípios organizadores dos serviços do SUS são importantes para direcionar as ações realizadas pelos profissionais de saúde, entre eles o psicólogo. Este profissional, portanto, tem sua prática permeada pelas diversas demandas da comunidade, pelos princípios norteadores da política de saúde e também pelas dificuldades encontradas na sua formação, por se tratar de um campo relativamente novo de trabalho, que exige um envolvimento desse profissional com demandas diferentes daquelas ensinadas nos diversos cursos de graduação (CFP, 2010).

Faz-se necessária, para esse profissional, uma reformulação de sua prática e um rompimento com uma imagem normalmente associada a ele, representada pela figura do especialista em saúde mental, pensada como processo estritamente individual e cuja atuação deve estar relacionada só sobre essa individualidade. Observando as demandas enviadas através das diversas formas de encaminhamento – médicos, assistentes sociais, pedagogos,

profissionais do judiciário, e outros – e também pela procura da população por esse profissional, nota-se uma infinidade de situações que são conduzidas aos espaços de saúde. Segundo Spink (2006) as demandas elencadas pelos profissionais de psicologia nos seus locais de trabalho são as mais diversas possíveis, abrangendo desde transtornos mentais graves e incapacitantes até situações do cotidiano.

A rotina de trabalho no contexto de saúde pública pressupõe atendimentos individuais e em grupo, visitas domiciliares, trabalho interdisciplinar e intersetorial, buscando a vinculação com os demais espaços da comunidade, tais como associações de moradores e grupos de convivência. A promoção de saúde e a prevenção da doença são os focos do trabalho desenvolvido nesses espaços, buscando auxiliar a comunidade quanto aos cuidados que ela mesma pode empreender com relação à saúde mental (CFP, 2010). É neste contexto que esta pesquisa começou a ser pensada.

No cotidiano do trabalho como psicólogo, frequentemente as pessoas da comunidade procuram esclarecimentos sobre situações de seu dia a dia, considerando que podem ser traumáticas, causadoras de doenças e/ou sofrimento psíquico. No meu caso, dentre as situações apresentadas por essas pessoas, o medo ganhou destaque naquilo que eles relatam como fonte de sofrimento, muito embora esse medo não estivesse associado a algum diagnóstico psiquiátrico, como a depressão ou a ansiedade. Aquilo que era verbalizado rotineiramente sobre este fenômeno variava desde situações simples até as mais complexas elaborações. O medo de temporais, de ser assaltado, de adoecer, de perder alguém próximo, de sair de casa, de viajar, de escuro, do filho se envolver com drogas, de ficar sozinho, de não alcançar sucesso profissional, da estagnação, do fracasso, enfim, esses foram alguns dos exemplos que constituíram meu ponto de partida.

O interesse por este problema social, aliado ao desejo e à necessidade percebida de aprimoramento pessoal e profissional me fizeram procurar ajuda. O Programa de Pós-Graduação de Psicologia (PPI), da Universidade Estadual de Maringá (UEM) tem, como área de concentração, a Constituição do Sujeito e a Historicidade. Não foi difícil associar meus interesses à esta temática, uma vez que, de modo amplo, eles envolviam a busca por uma compreensão mais aprofundada e dinâmica sobre as relações entre as pessoas e suas condições de vida, seu espaço e seu tempo sociais. Motivos semelhantes me levaram a escolher, entre as linhas de pesquisas contempladas por aquele Programa, a de Subjetividade e Práticas Sociais na Contemporaneidade e, dentro dela, o projeto de estudos sobre a Psicologia Social dos Afetos.

Este projeto visa o estudo dos processos afetivos, incluindo desde aspectos específicos de cada afeto até as maneiras como esses afetos impactam a vida das pessoas. A presente

pesquisa se insere em um dos eixos desse projeto, intitulado Cartografia das Emoções, que tem como objetivo o mapeamento das representações sociais das emoções e a compreensão da atuação dessas representações no cotidiano do grupo social estudado.

Uma vez aceito no Programa, após sucessivas discussões, meu trabalho de pesquisa foi desenhado em dois momentos.

Inicialmente pautamos nossos estudos nas definições e discussões teóricas relacionadas, indistintamente, ao tema das emoções/sentimentos, especificamente em relação ao que chamamos de medo. Contudo, somente as leituras sobre esse assunto não foram suficientes. Por isso também buscamos, na bibliográfica acadêmica, novas discussões, principalmente sobre o tema contemporaneidade. Tomamos esta busca como importante já que não vemos as emoções/sentimentos como reações puramente inatas dos sujeitos e consideramos que seu estudo depende muito da compreensão de seu contexto.

No segundo momento de nossa pesquisa voltamos a buscar, naquela comunidade, elementos que pudessem nos auxiliar na compreensão do fenômeno do medo e as suas implicações na vida cotidiana da população. Por isso, conversar com os moradores sobre o seu cotidiano e suas impressões sobre o medo e outras relações que estabelecem na comunidade foram de grande valia para a adequação desse projeto àquilo que é o objetivo da linha de pesquisa e do PPI.

No dicionário da língua portuguesa a palavra medo é considerada “1. Perturbação resultante da ideia de um perigo real ou aparente ou da presença de alguma coisa estranha ou perigosa; pavor, susto, terror” (Michaelis, 1998, p.1343). O Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa (Pombo, 2011), faz uma distinção da palavra medo em relação a outras de significado semelhante, apontando que há diferentes níveis de sensações perturbadoras. Segundo este dicionário “o **medo** é um sobressalto violento e repentino que nos leva ao *temor*, e que nos induz a evitar aquilo que julgamos nos há de ser nocivo (p.150)¹.

De acordo com esses termos o medo faz referência a uma sensação iminente de perigo, que pode nos afetar em diferentes níveis e de diferentes maneiras. Refletindo sobre aspectos relacionados a essa sensação podemos pontuar que somos, o tempo todo, impactados por notícias que possuem como pano de fundo a temática da ameaça, da perda, do conflito e da insegurança.

Fazendo um breve levantamento no site da Scientific Electronic Library Online (SciELO) sobre as pesquisas publicadas no Brasil e que possuam como descritores as palavras

¹ Grifos do autor.

medo e psicologia, tivemos um total de 95 arquivos² encontrados, em português. Basicamente, a concentração dessas publicações está dentro das áreas das ciências humanas e das ciências da saúde. Diante dos números encontrados, podemos supor um grande aumento nas pesquisas relacionadas ao tema nos últimos dez anos, já que até 2004 o número de pesquisas era de 15 publicações, e de 2005 para 2015 o número passou para 80.

Embora poucas dessas pesquisas apontem o medo como tema central, muitas delas apontam as relações possíveis e que podem ser motivadoras desse sentimento. Contudo, podemos supor o crescimento do interesse dos próprios pesquisadores em relação ao tema escolhido, mesmo que de forma indireta.

Ainda relacionado a essa temática temos que, em sua grande maioria, as pesquisas realizadas sobre o medo têm como território de investigação os grandes centros urbanos, nos quais estão concentradas as maiores populações e com isso as maiores problemáticas relacionadas a esse fenômeno (Bauman, 2009). Como exemplo, podemos citar os estudos realizados no Brasil, nas cidades de Porto Alegre (Eckert, 2007; Eckert & Rocha, 2008), Rio de Janeiro (Amaral, 2010) e São Paulo (Caldeira, 1997, 2003).

Não é para menos que esse interesse tenha se manifestado, pois há a repercussão de um grande número de situações ocorridas em diversos lugares do mundo que se fazem presentes na vida cotidiana, através das mídias, noticiários e outras fontes de informação. Com relação ao acesso a informação, em outros momentos o conhecimento relativo às situações de perigo estava restrito a conversas com os vizinhos ou às notícias no jornal diário e, quanto mais distante dos grandes centros, maior era o tempo transcorrido e menores as chances de que estas notícias chegassem até os moradores dos pequenos centros.

Nos dias atuais, por conta do advento e evolução da internet e dos dispositivos de comunicação, o compartilhamento de informações tornou-se fluido e veloz, alcançando as residências de forma instantânea. Tuan (2005, p.11) afirma que “conhecer é arriscar-se a sentir mais medo. Quanto menos se sabe, menos se teme”. Ora, é uma questão de lógica, se não sei de algo, então não o reconheço como perigoso. Por exemplo, no período da Segunda Guerra Mundial não se sabia da existência do poder destruidor das bombas nucleares, portanto, não havia porque teme-las. Entretanto, após conhecer o seu poder de destruição a Organização das Nações Unidas (ONU) formulou, em comum acordo com diversos países, o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares³, para garantir que o uso da potência nuclear fosse

² Busca realizada em 15/07/2016 no site <http://www.scielo.org/php/index.php>.

³ Tratado proposto em 1996, na Assembleia Geral das Nações Unidas realizada em Nova Iorque e que atualmente conta com 183 assinaturas e 164 ratificações. Informações disponíveis em: <http://www.ctbto.org/the-treaty/status->

realizado somente para fins pacíficos. Portanto, saber a respeito das diversas situações que ocorrem no mundo, pode nos fazer temerosos diante da possibilidade de sermos os próximos a sofrer com tais acontecimentos.

Por outro lado, o medo também pode ser relacionado, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM IV (American Psychiatric Association [APA], 2002), a alguns quadros psicopatológicos tais como fobias sociais, delírios paranoides e outros transtornos psicológicos que podem causar sofrimento ao indivíduo. Contudo, o que me vem sendo relatado em muitos dos encontros com a população assistida não está associado a aspectos psicopatológicos e sim a situações da rotina.

Os usuários desse serviço de saúde relatam inseguranças relacionadas ao viver, sobretudo pelas incertezas encontradas em seus cotidianos. Os diálogos, normalmente relacionados às situações compartilhadas através dos noticiários, evidenciam que os fatos que lhes causam medo são fenômenos comuns nas cidades de grande porte. Contudo, mesmo em se tratando de situações distantes de seus cotidianos, aquilo que expressam retrata um intenso pavor de que situações semelhantes ocorram com eles.

Tendo como base aquilo que as pessoas da comunidade afirmavam acerca das situações que lhes causam medo, o presente estudo tem por objetivo central estudar como o fenômeno do medo está representado no cotidiano das pessoas de uma cidade de pequeno porte. As seguintes perguntas guiarão a presente pesquisa: Do que essas pessoas têm medo? Estes temores são semelhantes aos que permeiam o cotidiano das grandes cidades? O que eles compartilham e de que forma esses medos se apresentam na comunidade estudada?

Diante do objetivo dessa pesquisa podemos nos perguntar o que fundamenta nosso questionamento sobre o medo presente nesse município de pequeno porte. Se voltarmos nossos olhos a vários pontos do mundo poderemos ver diversas situações que nos colocam em cheque em relação ao medo.

Podemos nos reportar a data de 11 de setembro de 2001, quando milhares de pessoas foram mortas nos Estados Unidos da América (EUA) em um atentado terrorista, assumido por um grupo extremista. Embora existam algumas teorias sobre as motivações de tal ato⁴, publicadas depois do acontecimento, em 2001 fomos surpreendidos com a transmissão televisiva daquele triste episódio ao vivo para todos os lugares do mundo. Depois disto, frequentemente nos deparamos com notícias referente a situações que surpreendem pela semelhança com o que aconteceu naquele ano.

of-signature-and-ratification/

⁴ Como é o caso do documentário dirigido e produzido por Michael Moore intitulado Fahrenheit 9/11 (2004).

Com a velocidade que as tecnologias nos proporcionaram para saber o que está acontecendo no mundo, também, temos a impressão de que as distâncias diminuíram em relação ao que está acontecendo nele. Enfim, na física, para calcular a distância dependemos do produto entre a velocidade e o tempo, porém, no mundo da tecnologia esse produto é o aqui e o agora, a distância é quase “0”. A impressão de que os fatos ocorrem logo ali nos traz também a sensação de perigo eminente.

Essa variável nos faz questionar as consequências desse fenômeno na subjetividade, uma vez que temos uma sensação de proximidade entre o local em que estamos com qualquer parte do mundo, inclusive aquelas onde as situações que podem nos amedrontar estão ocorrendo.

Entretanto, além de ocorrer fora do local em que habitamos, aquilo que amedronta ocorre também próximo de nós. Há que questionarmos quais as situações que acontecem nas proximidades do nosso meio. Recorremos à um estudo, realizado em todas as unidades federativas do Brasil, cujo objetivo foi fazer um mapeamento da violência através de dados estatísticos.

Waiselfisz (2012) observou que no Brasil, entre os anos de 1980 e 2010, houve um aumento de 259% no número de homicídios. Segundo este estudo, no estado do Paraná, de 2000 até 2010, o aumento foi de 103,2%. Fenômeno diferente ocorreu nos estados considerados mais violentos, por exemplo, no Rio de Janeiro, que apresentou uma queda de 42,9% nesses valores, principalmente pelo investimento em segurança nas regiões metropolitanas, sobretudo naquelas que apresentavam maiores índices de violência.

Esse estudo aponta ainda três fatores que influenciaram o aumento desses índices nas regiões do interior. O primeiro foi a descentralização dos polos industriais brasileiros, levando a uma interiorização dessas atividades e com isso a uma migração de pessoas, principalmente para municípios de médio porte. O segundo foi o maior investimento em segurança pública nas regiões metropolitanas, como já assinalado no caso do Rio de Janeiro. Por fim, a melhoria nos sistemas que contabilizam os dados sobre a mortalidade, sobretudo no interior dos estados.

O estado do Paraná ocupou, no ano de 2010, o 9º lugar dentre as unidades federativas com maiores índices de homicídios. Segundo esse mesmo estudo foi nos municípios de médio porte (entre 50 mil e 200 mil habitantes) que esses índices mais cresceram, sobretudo no interior desse estado.

Além desses fatores, outro estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontou que a população brasileira encontra-se insatisfeita com os serviços policiais existentes, tanto nos atendimentos realizados quanto na resolutividade dos casos

ocorridos (Junior, 2011). Partindo desse estudo podemos pensar sobre a sensação de insegurança que permeia o imaginário da população brasileira. Essas pesquisas nos apontam a importância de estudar o que está relacionado ao medo, sobretudo em um município de pequeno porte, pois há de se pensar que a maioria das informações compartilhadas por esta população advém dos meios de comunicação que normalmente retratam fatos ocorridos nas cidades de maior porte.

O município de Marilândia do Sul foi o local em que esta pesquisa se desenvolveu. Sua população estimada é de 9.083 habitantes⁵ e está localizado na Região Norte Central do Estado do Paraná. A característica principal desta região é a presença de municípios de pequeno porte, em sua maioria com populações inferiores a 50 mil habitantes.

A presença das pequenas cidades pode ser facilmente comprovada ao se percorrer a região. A cada dez, vinte ou trinta quilômetros encontra-se um pequeno centro urbano, silencioso, aparentemente pacato, quase todos arborizados. Os menores possuem, em geral, uma longa avenida (muitas vezes a própria rodovia), em torno da qual as ruas se prolongam por dois ou três quarteirões, de um lado e de outro, avistando-se facilmente o limite entre as áreas consideradas como urbana e rural. É comum ao forasteiro, que não possui vínculos com estes pequenos centros urbanos, questionar sua existência, seus papéis e significados (Endlich, 2007, p.39).

A história da colonização desta região está marcada por conflitos de território, sobretudo pela expulsão de povos indígenas das terras que ocupavam e também por conta da grilagem e dos posseiros não legalizados (Tomazi, 1997). A ocupação mais recente da região Norte do Paraná teve como pioneiros migrantes dos estados de Minas Gerais e São Paulo, sendo que o início desta ocupação data de 1928. Algumas propriedades haviam sido doadas e outras haviam sido adquiridas do Governo Estadual. A demarcação das terras deste território foi realizada pela Companhia Norte de Terras do Paraná, que foi responsável pelo processo de colonização da região. O núcleo que havia se instalado naquela época foi elevado à categoria de distrito judiciário em 1938, sob o nome de Araruva⁶. Somente, em 1952 é que foi emancipada, tornando-se município, com o nome de Marilândia do Sul⁷.

A economia do município está voltada basicamente para o setor agropecuário, embora cerca de 71,2 % dos habitantes residam na área urbana, isso em virtude de um êxodo rural

⁵ Dados do Censo/IBGE de 2014

⁶ Nome popular de uma árvore que era encontrada em grande abundância na região Norte do Paraná.

⁷ Informações disponíveis no site: <http://www.marilandiasul.pr.gov.br/actual/>

ocasionado nos últimos 20 anos. A principal receita advém da produção de grãos (soja, milho, trigo e aveia) e da criação de animais para abate (gado e galináceos). Com relação às suas características populacionais⁸ há um número maior de pessoas do sexo masculino, e um afunilamento na pirâmide etária do município, sobretudo entre a faixa etária dos 19 aos 40 anos. Com relação às taxas educacionais, 53,8% da população adulta não concluiu o ensino fundamental e se considera alfabetizada.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do ano de 2010 foi 0,691, inferior ao do Estado do Paraná (0,749) e ao do Brasil (0,727), naquele ano. Entretanto, este índice obteve um aumento de aproximadamente 67% em 2010, em comparação com as avaliações feitas em 1991. Segundo estudos realizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), o que indica essa melhora nas condições de vida da população são os aspectos relacionados à longevidade, educação e renda das famílias locais. Esse aumento considerável pode indicar uma nova política de investimentos à população de Marilândia do Sul, tendo em vista que nesse mesmo período houve um crescimento econômico, a nível de federação, o que pode ter alavancado essa melhora.

Para a realização de tal pesquisa, utilizamos como suporte teórico-metodológico a teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2004) para buscar compreender como pessoas deste município retratam as suas vivências com relação ao medo pois, muito embora as dificuldades sejam diferentes das encontradas nos grandes centros urbanos, o medo está representado nos discursos desses sujeitos, sendo expresso de diversas maneiras.

Mas quais podem ser as relações entre a saúde pública e as discussões sobre o medo? Aquelas relações surgem e passam a ser importantes a partir do momento em que adotamos a compreensão de que os sujeitos são ativos e participantes, construindo em conjunto a história da sociedade, suas condições de vida (e de saúde) e, de alguma forma, sendo também construídos por elas. De outro modo poderíamos atribuir a esses medos simplesmente a características de sintomas, assim como estão descritos nos manuais de psiquiatria.

Não estamos excluindo, com essas reflexões, a possibilidade de encontrarmos casos relacionados a transtornos de ansiedade e outras patologias. Entretanto, acreditamos que aquilo que produz o sentimento de medo está presente, também, na história e na cultura vivenciada por esses sujeitos, sobretudo no Brasil, com base nas ações relacionadas a violência, seja ela qual for (Minayo, 1994). É nesse sentido que estamos levantando a bandeira do cuidado em saúde, pois com base no estudo desses medos faz-se possível trabalhar junto à comunidade os

⁸ Dados do Censo/IBGE de 2014

problemas e dificuldades que a envolvem, sejam eles históricos, sociais, políticos ou econômicos. A psicologia, no contexto da saúde, tem como compromisso social promover a reflexão sobre práticas e problemas da sociedade e sobre ela mesma, buscando sobretudo formas de superação ou um espaço de reformulação dessas vivências e concepções (Dimenstein, 2001).

Pensamos até agora sobre o espaço em que a pesquisa ocorreu e o que motivou o interesse pelo tema, mas o que sabemos sobre o assunto? Se consideramos o medo algo que nos remete aos sentimentos, as emoções, aos afetos, então, o que sabemos sobre eles? Por que temos medos de algumas situações, seres, pessoas, lembranças e de outras não? Os medos dessa população são tão diferentes dos medos observados pelos autores que estudaram os grandes centros urbanos? De que forma o contexto no qual estão inseridos esses grupos são permeados pelas ideias disseminadas pela mídia?

Indagações como estas constituíram nossos pontos de partida.

1 - SOBRE O SENTIMENTO DE MEDO

A minha alma tá armada e apontada para cara do sossego!
 Pois paz sem voz, paz sem voz
 Não é paz, é medo!
 Às vezes eu falo com a vida
 Às vezes é ela quem diz
 Qual a paz que eu não quero conservar pra tentar ser feliz?
 (Menezes, Farias, Lobato, Falcão, Nascimento, Santana)

1.1 - OS PROCESSOS AFETIVOS

Antes de iniciar nossa exposição sobre os processos afetivos é importante compreender esses termos separadamente. A palavra processo não implica na existência de algo rígido, imutável; ela indica algo que ainda não está terminado, pois está sendo construído. Em junção com a palavra afetivo, implica uma diferente compreensão sobre os fenômenos que chamamos, no senso comum, de emoções, afetos ou sentimentos, indistintamente.

Entendemos que os processos afetivos não são universais, ou seja, podem apresentar manifestações e compreensões variadas, dependendo de cada local e de cada época. Outro fator importante é a dinâmica que os envolve, pois são mediados pelas relações estabelecidas pelos sujeitos entre si e com os mais variados contextos. Além disso, existem diferentes fatores que os envolvem e, portanto, não são somente respostas inatas a eventos que impactam a vida dos seres humanos; são constituídos na e da dinâmica entre aquilo que é singular e o que é social e, para cada sujeito, terão sentidos diferentes.

González-Rey (1999, p.45) afirma que

(...) o discurso que se constrói sobre um fenômeno não produz o fenômeno (...) mas se converte em um dos elementos constituintes da realidade significada que constitui em torno dele e que é inseparável dele, numa época histórica concreta.

Pensem sobre tal afirmação. Ela nos remete à importância da linguagem na constituição daquilo que ele chama de realidade significada, que são os sentidos produzidos nas relações do sujeito com seus contextos, indicando seu carácter social e cultural. Os processos afetivos são fenômenos que se compõem nessa dinâmica relacional oportunizada pela linguagem e que impactam a subjetividade dos sujeitos que estão participando da vida cotidiana.

Ora, González-Rey (2005) afirmou que as emoções estão relacionadas aos processos de produção de sentidos e também compõem um dos aspectos da Subjetividade. Temos então que a vida cotidiana abrange os aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais de todo

homem, ou seja, os processos afetivos, os pensamentos e as ações desses homens, em interação com a cultura na qual participam, produzem um conjunto de interpretações que constituem as suas compreensões sobre a realidade.

David Le Breton (2009), tendo como base seus estudos na antropologia, apresenta uma definição que expressa com clareza os pressupostos afirmados acima sobre os processos afetivos.

As emoções não existem desvinculadas da formação da sensibilidade que o relacionamento com os outros enseja no seio de uma cultura e num contexto particular. Elas não têm realidade em si, elas não se fundam numa fisiologia indiferente às circunstâncias culturais ou sociais: não é a natureza do homem que se exprime através delas, mas a situação e a existência social do sujeito. Elas se inscrevem sob uma teia de significados e de atitudes que prescreve aos indivíduos tanto as formas de descrevê-las quanto as maneiras de exprimi-las fisicamente. As emoções são, portanto, emanções sociais ligadas à circunstâncias morais e à sensibilidade particular do indivíduo (p. 120).

De maneira semelhante, Sartre (1939/2008), após realizar um estudo filosófico sob a ótica da fenomenologia, conclui que “o estudo das emoções verificou claramente esse princípio: uma emoção remete ao que ela significa. E o que ela significa é, de fato, a totalidade das relações da realidade-humana com o mundo” (p. 93).

Em todos os casos citados, os teóricos tratam da relação entre os processos afetivos e suas significações nos contextos em que se instituem. Isso demonstra que a compreensão dos processos afetivos depende da compreensão da realidade nas quais estão sendo produzidos e vivenciados. Didaticamente faremos aqui uma explanação sobre os processos afetivos pensando em um modelo teórico ideal.

Partiremos da contribuição de Heller sobre os sentimentos, afirmando que este fenômeno só existe tendo como foco a relação existente entre os processos afetivos e o cotidiano. A autora parte da ideia de que “sentir significa estar implicado em algo” (1993, p. 15). Segundo a autora, o envolvimento produzido entre nós e algo, real ou imaginário, sempre provoca algum efeito sobre nós, mesmo quando aquilo não produz tantas reações e acreditamos não nos afetar. A autora afirma que sempre estamos envolvidos em algo e o que diferencia se esse algo é significativo ou não é o nosso grau de envolvimento com os conteúdos referentes à situação que está ocorrendo. Esse envolvimento é chamado de *implicação*.

A implicação é uma função que garante ao sujeito a regulação sobre aquilo que está

sendo apropriado e desenvolvido mediante as relações estabelecidas. Segundo a autora, esse algo que nos envolve “(...) pode ser qualquer coisa: outro ser humano, um conceito, eu mesmo, um processo, um problema, uma situação, outro sentimento... outra implicação” (Heller, 1993, p. 15). Portanto, esse algo é toda e qualquer experiência que cause uma alteração ou que produza um efeito sobre nós, modificando nossas sensações de alguma maneira. Dependendo da intensidade com que somos afetados podemos dar maior ou menor importância à cada uma de nossas vivências.

Heller (1993) esclarece que, em alguns momentos, essa implicação pode estar no centro da consciência e por isso ser *figura*, ora ela pode estar na periferia, posicionada como *fundo*. Isso quer dizer que podem existir situações de baixa implicação, como aquelas relacionadas às situações corriqueiras, ou seja, quanto mais estou habituado às situações, menor é a intensidade com que estou implicado e o efeito delas sobre minha consciência. Por outro lado, diante de uma nova vivência, outro tipo de envolvimento é necessário, originando assim uma maior implicação, ou seja, se existe algo novo para ser feito, há uma alteração na intensidade da implicação, exigindo um envolvimento maior da pessoa com o fenômeno.

Nas formulações de Heller (1993), a implicação favorece a garantia do que ela chama de *Homeostasia*⁹. Como funções da implicação direcionadas ao sujeito em particular a autora relata que a garantia dessa homeostasia é elemento importante para que ele possa sobreviver e desenvolver-se. O caráter relacional de tal processo nos aponta um aspecto importante da implicação nos processos afetivos, uma vez que não há como o sujeito desenvolver-se sem que participe ativamente da construção dos significados sociais e culturais desses afetos.

Partindo dessas considerações, podemos prosseguir com o entendimento de que é no cotidiano que os processos afetivos se constituem enquanto fenômeno social e cultural. Além dos processos afetivos, o pensamento e a ação também constituem aspectos importantes da vida cotidiana e são inseparáveis entre si.

Entendendo os processos afetivos, agora podemos retornar ao nosso objeto de pesquisa, o medo. Como dito na introdução de nosso texto, o medo basicamente constitui uma reação de proteção quando existe a impressão de que há um perigo iminente. Ora, sendo real ou imaginário, esse perigo incita uma reação que tem como pano de fundo a necessidade de garantir a sobrevivência individual e/ou do grupo social.

⁹ Agnes Heller (1993) pontua que a homeostase não é meramente biológica, mas também social, sendo aquilo que garante a manutenção do sujeito em seu cotidiano. O termo homeostase, utilizado na biologia, indica a possibilidade de um organismo se manter regulado internamente através do equilíbrio físico-químico. Aplicado ao social, indica a manutenção de uma ordem guiada por normas, regras e princípios socialmente estabelecidos.

Como parte dos processos afetivos, o medo é um fenômeno que integra a vida cotidiana. Respondemos aos perigos de diversas maneiras, pois no nosso cotidiano nos são apresentadas diversas ameaças, ou seja, há uma necessidade de garantir a sobrevivência de nossas dimensões sociais, da história, da nossa cultura, enfim essas ameaças promovem em nós a necessidade de reagir.

Se optarmos em fazer um recorte em uma dessas dimensões, no caso a social, podemos nos reportar as expressões do medo em cidades onde há um índice elevado de homicídios. Optando por esse recorte, observaremos que os discursos sobre o tema estarão, provavelmente, relacionados a situações em que a violência também estará presente. Por outro lado, se optarmos por observar o medo em um grupo de pessoas para as quais o folclore é um tema frequente, outras expressões podem surgir, inclusive àquelas relacionadas a lendas, fenômenos sobrenaturais, fantasmas.

O medo pode estar ligado a representações diversas e, com isso, suas expressões também podem ser variadas. Se o cotidiano é o espaço em que nos relacionamos com todos os significados e expressões dos processos afetivos, no caso do medo isso não é diferente, sobretudo por se tratar de um assunto corriqueiro dentro de diversos grupos sociais.

1.2 - O MEDO

Como já discutido, os processos afetivos se constituem no cotidiano das relações estabelecidas entre os homens em determinados períodos históricos e em diferentes culturas mas, além dos fatores históricos, sociais e culturais, os fatores biológicos e subjetivos são importantes para entendê-los. Quando nos propomos a falar sobre o medo devemos levar em consideração todos esses fatores, aliás, não há como pensar o medo excluindo-o de seu contexto, principalmente por que suas expressões¹⁰ dependem disso.

No entanto, pensar o medo não é somente descrever suas expressões. Muito embora o medo seja uma reação em busca da proteção/sobrevivência, é importante pensar nas diversas faces desse medo que nos envolve. Inicialmente, podemos pensar o que chamamos de medo sob dois aspectos. Primeiro, o aspecto evolutivo, ou seja, as apropriações que foram possíveis ao longo do desenvolvimento da espécie humana. Em segundo lugar, os aspectos sociais, partindo do entendimento de que o homem começa a estabelecer socialmente novas maneiras

¹⁰ O que chamamos de expressões são as manifestações individuais ou coletivas ao se deparar com situações que podem proporcionar o medo, com maior ou menor intensidade. Entretanto não consideramos estas expressões como sendo apenas ou totalmente voluntárias.

para lidar com as situações que lhe proporcionavam alguma ameaça.

Evolutivamente, a espécie humana se apropriou de reações que são comuns, dentro de suas particularidades, a ela e a outras espécies de animais, ou seja, reações que compõem um substrato geneticamente transmitido, por exemplo, sinais involuntários diante das situações de perigo. Podemos pensar aqui, em situações em que somos ameaçados e por algum motivo, somos tentados a fugir, reagir ou a ficarmos inertes.

Contudo, o ser humano, através das relações que estabeleceu no percurso da história da espécie, se apropriou de outras experiências e ferramentas que acabaram transformando o modo como ele pôde lidar com aquilo que lhe era ameaçador ao mesmo tempo em que criou outros elementos que se tornaram ameaçadores. Essas novas apropriações possibilitaram ações que antes não eram possíveis mas, além de auxiliar na organização do grupo social garantindo sua proteção, também proporcionaram outro entendimento, o de que os próprios homens poderiam fazer algo aos seus grupos sociais.

Enfim, pensando sobre os perigos que existiam, antes, na história da espécie humana podemos afirmar que eles estavam relacionados a sobrevivência. Contudo, juntamente com as mudanças em relação às necessidades humanas, outras formas de medo também foram produzidas. Se os primeiros hominídeos necessitavam de proteção e comida, hoje outras podem ser as suas necessidades. Podemos pensar nessas necessidades iniciais, pois ele precisava sobreviver, porém além das necessidades de sobrevivência outras surgiram; necessidades sociais, culturais, econômicas. Qualquer uma delas, quando ameaçadas, podem indicar perigo ao homem contemporâneo.

Delumeau (2009) ao fazer uma distinção entre os sentimentos de angústia e medo, relata que o último é normalmente associado a um objeto específico, e frente ao qual algumas reações específicas são possíveis; já o primeiro não tem objeto específico e é vivido como uma espera dolorosa, uma insegurança. Ao fazer essa distinção o autor não exclui a possibilidade de que esses dois sentimentos interajam mutuamente e sobre o homem, tanto é assim que afirma que não há como “(...) conservar o equilíbrio interno afrontando por muito tempo uma angústia incerta, infinita e indefinível, é necessário ao homem transformá-la e fragmentá-la em medos precisos de alguma coisa ou de alguém” (2009, p. 35).

Essa é uma das maneiras de compreender o medo. Socialmente foram criadas tantas possibilidades de ameaça à vida do homem que torna-se difícil pensar quais os fatores determinantes do medo, uma vez que esse afeto é multifatorial e depende de seu contexto. Um ponto importante é que o medo não é somente individual, ele pode ser sentido pelo grupo e não depende da existência de algum fator físico, o que indica a possibilidade de ser um gerador de

angústia.

Falamos na introdução desse texto sobre a sensação de insegurança compartilhada pela população brasileira (Junior, 2011). Esse dado é um exemplo daquilo que acabamos de dizer, sendo que tal constatação está relacionada principalmente aos índices de violência e ao insucesso dos dispositivos de segurança para a diminuição deles. Partindo dessa realidade, o medo tem sido proporcionado principalmente pela violência, segundo o que é compartilhado naquela pesquisa.

É partindo desses dois âmbitos, particular e social, que concordamos com Agnes Heller, no que diz respeito aos níveis de intensidade com que os processos afetivos impactam os sujeitos e, partindo de uma diferenciação da autora, vamos empreender uma categorização dos medos em níveis diferentes, levando em consideração os aspectos mais evidentes de suas expressões. Para tanto, vamos nos utilizar das diferenciações feitas pela autora em relação aos tipos de sentimentos: 1) *sentimentos impulsivos ou impulsos*; 2) *afetos*; 3) *sentimentos orientativos* e 4) *emoções* (Heller, 1993).

Vale lembrar que por serem construções sociais, há fatores individuais e outros culturais que podem interferir e de fato interferem nas vivências e expressões de cada afeto mas, no presente texto, tentaremos didaticamente separar cada tipo de constituição do medo, mesmo sabendo que estes tipos “puros” podem ser apenas modelos teóricos, que diferem dos processos efetivamente vivenciados pelos sujeitos.

1.2.1 - O medo como sentimento impulsivo

A primeira categoria de sentimentos proposta por Agnes Heller (1993) diz respeito aos *sentimentos impulsivos ou impulsos*. Os impulsos são reações que tem sua origem no próprio organismo. Elas são fundamentais para a preservação biológica e já estão presentes nas primeiras etapas de socialização dos indivíduos. Incluem a fome, a sede, o frio, entre outros. A autora aponta que esses sentimentos inicialmente são dirigidos ao próprio indivíduo e não aos demais sujeitos, e sua intensidade não diminui com o hábito, ou seja, independente da experiência vivida, eles ainda proporcionam sensações semelhantes.

Outro aspecto importante apresentado pela autora é de que os impulsos são a base para as outras categorias de afetos. Como exemplo disso, podemos citar o choro de uma criança que acaba de nascer. Inicialmente expressa uma reação involuntária, sinalizando um desconforto do organismo em relação à algo que não está em ordem e está direcionado somente a ele, isto é, não tem sentido social. Esses impulsos são sinais involuntários e resultantes da necessidade de

preservação do sujeito, ou seja, a vontade de comer ou uma reação à dor ou ao desconforto, nos primeiros momentos da vida. Contudo, esse choro passa a ser entendido por uma outra pessoa, a ele é atribuído um significado, ou seja, esse choro começa a ganhar novos sentidos que só podem existir através dessas relações. É nesse sentido que os impulsos são base para outras categorias de afeto. Nas próximas seções isso será melhor descrito.

Pensando nesses sentimentos impulsivos, o medo pode ser entendido segundo duas perspectivas que são interatuantes. Inicialmente, podemos entender que há uma ordem fisiológica que rege esse impulso, ou seja, há uma reação proporcionada pelas mudanças na composição bioquímica do sujeito, sobretudo no *Sistema Límbico (SL)* e, em segundo lugar, entende-se que essas modificações promovem manifestações físicas que são as expressões do organismo.

O Sistema Límbico é um conjunto de estruturas cerebrais cuja atribuição principal é a manutenção das emoções e dos comportamentos sociais. Segundo Barreto e Silva (2010, p. 388):

(...) há um consenso entre os diversos autores de que o SL tenha como estruturas principais: os giros corticais, os núcleos de substância cinzenta e tratos de substância branca dispostos nas superfícies mediais de ambos os hemisférios e em torno do terceiro ventrículo. Estas estruturas, funcionalmente, se relacionam com os instintos, emoções e memória e, através do hipotálamo, com a manutenção da homeostase.

Algumas dessas estruturas são representadas na figura 1, abaixo:

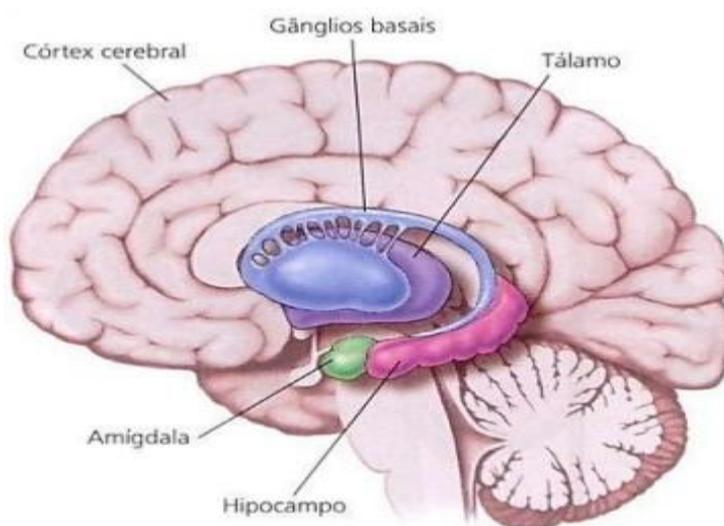


Figura 1 - Principais estruturas que compõe o Sistema Límbico.

Como expresso por Barreto e Silva, essas estruturas estão relacionadas com os instintos, ou seja, estão envolvidas com aquilo que é involuntário. Entre as expressões que

podemos observar como manifestações físicas involuntárias estão aquelas voltadas para a sobrevivência, ou seja, reações ao perigo e para a satisfação de necessidades.

O sistema límbico interage com outros sistemas do corpo, incluindo o Sistema Nervoso Autônomo, Central e o Periférico e, assim, as expressões das modificações ocorridas naquele sistema são observadas em todo o indivíduo. Essa atuação conjunta é o que garante a sobrevivência do sujeito e a manutenção de sua continuidade.

Vejamos: se estamos sentindo um desconforto, há sensores que nos auxiliam no entendimento de que existe algo errado. Iniciam-se aí algumas alterações no Sistema Nervoso Autônomo (SNA) e essas informações são repassadas para o Sistema Nervoso Periférico (SNP) e levadas para o Sistema Nervoso Central (SNC). Através da sua capacidade de processar essa informação o SNC, auxiliado pelo Sistema Límbico, consegue identificar o que são aqueles sinais de desconforto e devolve essa decodificação para o SNP, garantindo então que algo seja feito para a resolução ou não de tal desconforto.

Com base na dinâmica fisiológica entre essas diversas estruturas do organismo, temos, então, as expressões possíveis diante de uma ameaça. Tuan (2005) afirma que todos os seres animais sentem medo e que ele é importante para a sobrevivência, pois indica o perigo. Os *sinais de alarme*, segundo o autor, compõem o conjunto de reações que ocorrem no organismo e que o auxiliam na fuga ou no enfrentamento, diante de um evento inesperado e potencialmente ameaçador. Por exemplo, a dilatação das pupilas, que promove o aumento do campo de visão, a aceleração dos batimentos cardíacos, que possibilita uma melhor irrigação sanguínea nos membros inferiores e superiores, o eriçar dos pelos aumentando a zona de contato corporal. São essas as reações físicas do corpo diante das situações inesperadas que causam medo.

Convém lembrar que, a não ser nos primeiros momentos de suas vidas, nos seres humanos os impulsos logo passam a ser mediados socialmente e deixam de suscitar reações meramente automáticas, ainda que algumas delas persistam ao longo de sua vida.

1.2.2. - O medo como afeto

Com relação aos *afetos*, Heller (1993) pontua que diferentemente dos sentimentos impulsivos, suas características não estão baseadas somente nos fatores biológicos. São produzidos, sobretudo, por estímulos externos (de caráter social) que podem ser concretos ou imaginários e por isso são fundamentais para a manutenção da homeostase social. Outra característica importante é que os afetos podem ser expressos, ou seja, podem ser evidenciados para as demais pessoas, comunicados. Todas as culturas conhecem e identificam os afetos, no

entanto, a expressão dos mesmos pode variar de uma para outra. Soma-se a isso o fato de os afetos poderem ser diminuídos intencionalmente e também com a rotina.

Podemos citar os estudos de Darwin (1878/2000) a respeito da expressão daquilo que ele chama de emoções. Estes estudos estão pautados na teoria da evolução elaborada por ele. Segundo o autor, as expressões das emoções humanas possuem características hereditárias, ou seja, algumas dessas expressões podem ser observadas, também, nos animais.

Para este autor, a expressão depende de alguns fatores, entre os quais, o hábito ou rotina. Isto é, uma vez que os movimentos são realizados frequentemente, isso pode proporcionar, com o decorrer das repetições, uma execução automática dessa ação. Este fator nos aponta que as expressões podem ser aprendidas. Entretanto, neste aprendizado, não podemos deixar de considerar os mediadores sociais, ou seja, apesar de, segundo o autor, já existir uma potencialidade para que essas ações sejam aprendidas, sem as relações que o indivíduo estabelece essas potencialidades podem não se desenvolver.

Comparando a teoria darwiniana com a apresentada por Agnes Heller (1993), podemos observar que a autora leva em consideração esses fatores hereditários, considerando-os como pano de fundo do desenvolvimento do ser humano. Entretanto, como aponta a autora, as características da espécie humana somente são possíveis de serem considerados através das relações sociais que são estabelecidas ao longo da vida. Entre essas características a autora aponta os processos afetivos como manifestações do envolvimento do homem com seu grupo social, portanto, hereditária seria a capacidade para a execução das expressões, porém, suas compreensões dentro do grupo e para o indivíduo são estabelecidas socialmente.

Como exemplo do que foi dito, o medo, enquanto afeto, pode ser observado quando o consideramos em diferentes grupos sociais. O geógrafo Yi-Fu Tuan afirma que “os medos são experimentados por indivíduos e, nesse sentido são subjetivos; alguns, no entanto, são, sem dúvida, produzidos por um meio ambiente ameaçador, outros não” (2005, p.7). Essa afirmação reforça o caráter histórico e dinâmico do medo enquanto afeto e proporciona o entendimento de que ele pode, mediante a necessidade ou os interesses sociais, ser modificado.

Além dos fatores sociais e culturais, intrínsecos nas relações que o sujeito estabelece, há, também, as características que se modificam em nível individual.

A natureza do medo vai mudando à medida que a criança cresce, tal como acontece com uma sociedade que, com o transcorrer do tempo, torna-se mais complexa e sofisticada. As paisagens do medo não são situações permanentes da mente, ligadas a segmentos imutáveis da realidade tangível; nenhum esquema atemporal pode

simplesmente englobá-las. Por isso é necessário abordar as paisagens do medo tanto da perspectiva do individual quanto do grupo, e colocá-las, ainda que sob a forma de tentativa, em um marco histórico (Tuan, 2005, p.14-15).

Ao fazer esta leitura em relação ao medo, observamos que este fenômeno sofreu modificações conforme o avançar do tempo e, concomitantemente, à ele foram atribuídos uma série de significados que influenciaram a maneira como é compartilhado pelos indivíduos e, conseqüentemente, pela sociedade. Durante a história, conforme a sociedade estava organizada, novos representantes do medo eram eleitos e passavam a ser combatidos.

Ainda hoje podemos observar que muitas dessas ideias construídas historicamente acerca do medo do outro permanecem presentes nos discursos cotidianos. Como exemplos, podemos citar as ocasiões nas quais o medo é associado àquele que não se arrisca nas práticas de esportes radicais, sendo então considerado medroso e covarde; ou nas ocasiões na qual o medo é considerado como produzido por aqueles que representam perigo para a organização da sociedade, como é o caso dos protagonistas das diversas formas de violência urbana. Em todas essas situações, o medo ou os representantes do mal, portanto geradores de medo, são vistos como algo que deve ser combatido.

Le Breton, ao falar das características dos processos afetivos afirma que “elas não são espontâneas, mas ritualmente organizadas. Reconhecidas em si e exibidas aos outros, elas mobilizam um vocabulário e discursos: elas provêm da comunicação social” (2009, p.120)¹¹, ou seja, é através dos conteúdos apreendidos dentro de uma comunidade que os indivíduos começam a diferenciar o que é uma possível situação de perigo ou não. Complementando as ideias de Heller (1993) e Le Breton (2009), Tuan refere-se à aprendizagem enquanto fator que influencia a relação dos homens com seus medos, afirmando que “conhecer é arriscar-se a sentir mais medo. Quanto menos se sabe, menos se teme” (2005, p. 11).

Para este autor, o ser humano se diferencia dos outros animais superiores, sobretudo, pela sua capacidade mental, mas essa característica trouxe conseqüências para sua vida, pois com isso “a imaginação aumenta imensuravelmente os tipos e a intensidade de medo no mundo dos homens” (Tuan, 2005, p. 11). Essa imaginação acaba por influenciar as reações e as construções mentais que o homem cria e que estão relacionadas ao medo.

1.2.3 - O medo como sentimento orientativo

¹¹ David Le Breton, não faz essa diferenciação entre os tipos de sentimentos, utilizando a palavra emoção para todas as categorias que vamos apresentar.

Sobre os *sentimentos orientativos*, Heller (1993) explica que são determinados socioculturalmente, ou seja, não nascem com os indivíduos, mas são adquiridos através das experiências. Tais sentimentos representam posicionamentos positivos ou negativos sobre pessoas, lugares ou fatos e orientam nossas ações na vida em sociedade, além de nos auxiliarem no reconhecimento do que é ou não é aceitável. São, então, objetivações construídas socialmente e que comumente estão ligadas a outros sentimentos.

Segundo Jean Delumeau (2009), o medo, no decorrer da história, é expresso pelos grupos sociais de diferentes formas, dependendo da época e de que grupo estamos falando. Ao medo é atribuída uma função muitas vezes velada no discurso social, mas que exerce sobre algumas relações um papel fundamental, principalmente em se tratando daquelas que fazem referência as desigualdades sociais, políticas e econômicas, que foram e ainda são estabelecidas na sociedade.

Durante o período da Renascença¹², por exemplo, o medo foi utilizado para controlar aqueles que representavam algum perigo para as classes dominantes, aqueles que se organizavam de forma a questionar os modelos impostos de controle da ordem social existente. Estamos falando de um tipo de medo instituído no Ocidente em um período controlado pelas monarquias¹³ e pela igreja mas, bem antes disso, o medo já era revestido de significados sociais.

Segundo Marilena Chauí (1987) “dos gregos à Renascença, a virtude oposta ao medo é a coragem, particularmente a bravura diante dos perigos da guerra” (p.39), ou seja, nesse período o medo corresponderia, então, a uma covardia e estava associada àquele que não lutava, opondo-se à bravura que estava ligada aos grupos que tinham privilégios. O corajoso, por sua vez, num primeiro momento era o guerreiro, jovem e de coração nobre, que representava o herói grego e, noutro momento, o cristão, que levaria a palavra de Deus a toda a terra como guerreiro das cruzadas.

Na Idade Média, durante o período das Cruzadas¹⁴, o mal era representado pelos

¹² Movimento cultural ocorrido entre os sécs. XV e XVI, que contestava a ordem social estabelecida através do retorno aos conhecimentos baseados principalmente na literatura clássica, cujas manifestações se deram no âmbito das artes, ciência e filosofia.

¹³ Forma de governo vitalício e hereditário, cuja linha sucessória não depende de consulta ao povo (eleições). É a mais antiga forma de governo, cujos representantes históricos são os reis, imperadores, ditadores, entre outros. Esse tema é levado a fundo na obra do italiano Nicolau Maquiavel intitulada de “O Príncipe”, cuja expressão “os fins justificam os meios” ficou famosa por se associar a figura do monarca que poderia se utilizar de seus poderes para se manter no poder.

¹⁴ Expedições militares organizadas pela Igreja Católica Romana no decorrer dos sécs. XI e XIII e financiadas pelos senhores feudais, cujos objetivos eram estabelecer os domínios do território da chamada Terra Santa, origem da religião católica, e também das cidades onde havia o comércio de especiarias, cujos valores eram altos. Essas expedições tiveram como consequência o enfraquecimento dos senhores feudais, o fortalecimento das monarquias e o enriquecimento dos povos do oriente, pelo fracasso que tiveram, porém possibilitou uma troca significativa de conhecimentos entre esses povos o que possibilitou futuramente o advento do Renascimento.

pagãos, considerados figuras diabólicas e inimigos dos cristãos, pois eram aqueles que exerciam outra fé. Durante as batalhas contra o mal, o herói da cristandade, representado pelo nobre, na tentativa de conter o inimigo, cometeu diversas atrocidades: “cavaleiro da fé, o herói cristão pilha, rapina, estupra e mata *ad majorem Dei gloriam*¹⁵” (Chauí, 1987, p. 41). Por conta das atrocidades cometidas pelos grupos religiosos no percurso das Cruzadas e também pelo enfraquecimento dos senhores feudais, foi necessário buscar outro inimigo para que assim não ficasse em evidência que os cruzados, em nome da fé e do bem, cometiam os mesmos atos hediondos que atribuíam aos pagãos.

Foi assim, que a plebe passou a ser considerada a nova representante do mal, pois a ela era atribuído o perigo, uma vez que começava a se organizar contra as classes dominantes e necessitava, então, ser controlada. Para tanto, os senhores feudais passaram a se utilizar da cultura do medo com o objetivo de exercer poder disciplinador.

Concomitante ao declínio dos senhores feudais e com o maior controle das monarquias, a burguesia surgia no seio dessa sociedade, porém as concepções sobre a plebe se mantinham.

(...) medrosa e covarde, a plebe é inconstante, pode mudar de lealdade servindo a novos senhores que lhe pareçam mais bravos e poderosos, mais capazes de protegê-la. (...). Assim, tanto a classe dirigente declinante quanto a ascendente encaram o medo que atribuem à plebe como risco permanente de tumulto, sangue, revolta e sedição (Chauí, 1987, p. 42).

Em outro momento histórico, já no final da Idade Média e início da Renascença, o protestantismo eclode, trazendo consigo a ética do trabalho como virtude. Segundo esta ética, aqueles que não produziam acabaram se tornando os representantes do medo sentido pela classe dominante e, então, aqueles que eram considerados ociosos assumem a representação do mal, pois, como afirma Chauí, “o vício não será mais a covardia, mas a vadiagem” (1987, p. 43). Ademais, o ócio foi associado à pobreza, tendo em vista que a riqueza era tida como sinônimo de trabalho, naquele período.

Como podemos perceber, há um tecido histórico que foi construído por meio das relações humanas e dos grupos sociais. Essa história, sempre atravessada pela existência de classes antagônicas, tem como consequência uma relação de subordinação, segundo Chauí (1987), o que implica em um reconhecimento de que o medo não está ligado somente ao perigo e à necessidade de sobrevivência, mas também à manutenção de uma relação entre os grupos

¹⁵ Expressão do latim que significa “para maior glória de Deus”.

sociais e da ideia de controle estabelecida. Esse recorte histórico, próprio da sociedade ocidental, tem repercussões na maneira como os sujeitos se relacionam com seu território e com seu grupo social.

Para entender as consequências desses fatores históricos na relação que o homem estabelece com seu território, Tuan (1980), através do conceito de *Topofilia*, afirma que os sujeitos atribuem aos espaços em que vivem diversos valores e sentimentos e, através dessas representações, se reconhecem enquanto seres pertencentes, ou não, àquele território. De acordo com essa ideia, os sujeitos se ligam aos espaços em que residem através das variadas manifestações afetivas que elaboram e compartilham sobre estes espaços e sobre suas participações neles.

Partindo dessa relação entre o sujeito e o seu espaço, Tuan (2005) formula o conceito de *paisagens do medo*, que seriam as diversas manifestações das forças do caos, naturais e humanas, que produzem o sentimento de medo. Para o autor, os homens constroem, mental ou materialmente, formas de controlar o caos, principalmente para se proteger, mas ao fazer isso denunciam a sua própria vulnerabilidade diante do que lhes causa medo. Os constructos mentais, como por exemplo os mitos e os sistemas filosóficos, bem como toda construção material, como por exemplo casas e cidades, servem como tentativas de controlar o horror mas também denunciam a fragilidade humana.

Na medida em que o medo proporciona o aparecimento de diferentes características que funcionam para a garantia de uma proteção e do equilíbrio social, as paisagens do medo surgem como expressões dele, que favorecem a construção de um imaginário social que orienta os seres humanos e suas relações.

Apesar dessas construções humanas auxiliarem o ser humano em sua luta contra as forças da natureza (as feras, as doenças), diminuindo o medo sobre elas, por outro lado não o ajudaram a lidar com as situações nas quais ele mesmo se tornava a fonte de seus medos (Tuan, 2005). Os temores, que antes eram direcionados aos fenômenos da natureza, aos deuses, aos monstros foram, no decorrer da história, desmistificados ou enfrentados, porém acabaram sendo atribuídos ao que é humano. A malignidade do homem, então, não pôde ser enfrentada com a criação de instrumentos, de fortalezas ou de pesquisas; ela ainda faz parte do imaginário das relações e, também, da realidade delas.

Com o aumento considerável da concentração de pessoas nas cidades, surge um cenário propício para que esses medos, enquanto sentimentos orientativos, se enraízem. Embora a cidade seja a maior representação da civilidade humana, tendo em vista todas as regras e normas criadas para a convivência e exigidas de todos os cidadãos, ainda assim é o espaço no

qual os velhos medos se apresentam sob novas aparências.

Tuan afirma que

Paradoxalmente, é na grande cidade – o símbolo mais visível da racionalidade e triunfo humano sobre a natureza – que permanecem alguns dos velhos medos (...) a maior ameaça, aquela que se destaca em uma cidade, são as outras pessoas (...). Embora os seres humanos criem ordem e sociedade ao agir cooperativamente, o simples fato de juntar-se em um mesmo lugar produz uma situação que pode resultar em violência (2005, p. 16).

É na imagem do outro que reside o medo contemporâneo, sobretudo, no mal que o outro pode fazer contra minha pessoa ou propriedade. Isso não quer dizer que o autor desconsidere as demais paisagens do medo, tanto que animais, desastres naturais ou fantasmas ainda causam medo. Entretanto, observamos que no cenário atual, essas situações e seres não necessariamente representam os elementos que mais amedrontam.

Os medos atuais estão fortemente ligados aos fenômenos causados pela aglomeração de grande quantidade de pessoas, que comumente resultam na vivência do caos. A cidade, construída para garantir a proteção do grupo, começa a tornar-se seu próprio mostro. Por isso o interesse na criação de novas construções fortificadas e novas tecnologias, não para proteção do grupo, mas sim para garantir a segurança de si e do território, muitas vezes causando danos ao outro (Bauman, 2009).

Mas é somente na cidade que o medo cria suas paisagens? Não. Tuan (2005) faz uma leitura histórica interessante a respeito do medo no campo. Em seu relato nos lembra que, ao contrário das cidades, cujos muros serviam para a proteção de seus moradores, o camponês estava desprovido de um conjunto de artifícios que pudessem servir para que não se tornasse vítima de algum atentado contra a sua sobrevivência.

Ressaltamos que o autor afirma que, historicamente, as pessoas que vivem no campo sempre estiveram ligadas a situações de violência. Ele enfatiza que em um primeiro momento as florestas abrigavam feras selvagens e também eram tidas como lugares perigosos, nos quais havia o eminente perigo de serem abordados por outros grupos. Os camponeses estavam sujeitos a uma série de violências; eram saqueados, vítimas da dominação e da exploração dos donos das terras em que trabalhavam e, por esse motivo, muitos deles acabavam sendo levados a cometer tais atos. Essa afirmação é feita por Tuan (2005), quando diz que “um indicador de governo eficiente, mesmo que não seja bom, é a paz no campo e na cidade” (p. 207).

Essa afirmação ilustra bem o que estamos tratando nesse tópico do texto, pois a

sensação de paz faz referência à um sentimento orientativo e que auxilia os sujeitos no planejamento de suas ações cotidianas. Infelizmente, notamos que tanto na cidade quanto no campo a eminência de um perigo tem se tornado presente, sobretudo, pela ação do próprio homem. As decisões realizadas no intuito de proteger-se diante da possível presença do outro que é estranho, fez com que a criação de mecanismos para lidar com eles se tornasse naturalizada, ou seja, é o que Caldeira (2003) nos relata ao escrever sobre as vivências das pessoas que moram em espaços fechados nos grandes centros urbanos como lugares que oferecem, ou aparentam oferecer, uma segurança contra os perigos da cidade.

O medo como sentimento orientativo conduziu muitas das ações humanas, como vimos durante esse tópico do texto. Conduziu grupos sociais ao poder – a figura do guerreiro/ cavaleiro da nobreza/ burguês; levando outros à uma situação de submissão – o escravo/ o camponês e a plebe/ o trabalhador. Também conduziu a novas configurações da cidade tais como a construção de muros, implantação de cercas elétricas e outros instrumentos. Na medida em que as mudanças históricas e sociais se estabelecem, proporcionam novas compreensões sobre os fenômenos e guiam os homens ao estabelecimento de diferentes estratégias para lidar com essas mudanças. Essas mudanças são influenciadas tanto por situações momentâneas, como um assalto, quanto por situações duradouras, como uma crise política, por exemplo.

Diferente da categoria de sentimento que descrevemos nesta sessão, cuja característica serviria para orientar ações futuras e ditar algumas normas sociais, no tópico a seguir, falaremos acerca das situações que são produzidas culturalmente, situações duradouras relacionadas principalmente, à realidade do grupo social e às interpretações realizadas pelos indivíduos nesses contextos. Essas interpretações proporcionam níveis de implicação diferentes, dependendo do sujeito e das relações que ele já estabeleceu em suas vivências. Essa nova categoria é a que Heller chama de Emoção.

1.2.4 - O medo como emoção

As *emoções ou sentimentos cognoscitivos-situacionais*, segundo Heller (1993), são processos mais duradouros que os afetos e caracterizam a compreensão particular de aspectos da realidade. Para a autora, as emoções variam de uma cultura para outra, de uma época para outra e também de uma estrutura social para outra, desempenhando papel fundamental no funcionamento de algumas épocas e de alguns grupos sociais, isso quer dizer que nem todas as emoções estão presentes em todas as culturas. Para a autora, então,

Só nossas emoções podem ser quantificadas e podem vir a alienar-se, coisas que não ocorrem nunca com os sentimentos impulsivos ou os afetos. Em geral, nem o mundo de nossos sentimentos impulsivos, nem o dos afetos nem o dos sentimentos orientativos pode empobrecer-se; nosso mundo emocional, sim (Heller, 1993, p.125).

As emoções não necessitam de estímulos para serem desencadeadas e podem ser relacionados a situações passadas ou ainda a eventos futuros. Por exemplo, as emoções relacionadas à perda de um ente querido estão relacionadas a situações intensas, porém que ocorreram no passado. Soma-se a isso o fato de que as emoções são integrativas, ou seja, não é possível separar seu conteúdo do que as produziu e, também, da interpretação realizada pelo indivíduo que a vivencia. Por se tratar de uma categoria de sentimentos que envolve a cognição, podemos afirmar que, quanto mais se conhece sobre a vida humana e aqui não falamos sobre o conhecimento estritamente científico, mais temos condição de conhecer sobre as emoções.

As emoções são também intensas e confusas e, nesse sentido, por vezes, não conseguimos reconhecer o que sentimos, embora tentemos nomear as emoções. Elas não podem ser compreendidas como sendo comuns a todas as pessoas, mesmo que comumente façamos uso de um mesmo nome para indicar uma emoção em diferentes pessoas ou situações. Tal como defende Heller (1993), as emoções possuem caráter multifatorial, heterogêneo e particular a cada indivíduo.

Pensando nas características daquilo que a autora chama de emoções, podemos fazer uma análise mais aprofundada desse fenômeno. Ao falarmos que as emoções podem se empobrecer conforme a citação acima, podemos nos reportar ao conceito de implicação. Quando falamos sobre implicação afirmamos que existem situações cujos níveis podem ser diferentes, nesse sentido o empobrecimento relatado por Heller pode ocorrer, na medida que o grau de envolvimento com aquilo que me relaciono diminui.

Outro aspecto importante em relação ao nível de implicação é que, no caso das outras categorias de sentimentos, as reações eram ditadas apenas inicialmente pelas necessidades, ou seja, pelo substrato biológico e, em seguida, fundamentalmente por influências sociais e culturais, ainda que mantendo relação direta com a realidade percebida e interpretada, melhor dizendo, com a experiência particular.

No que se refere às emoções, estamos falando essencialmente de aspectos particulares, mas que possuem relação direta com o modo como os sujeitos percebem a realidade. Partindo desse entendimento, afirmamos então que as emoções possuem uma relação direta com o que chamaremos mais adiante, no capítulo 2, de cotidiano, ou seja, o tempo e o espaço em que a

vida humana se constitui, produz significados e, também, é produzida por eles.

O medo como emoção nos remete aos estudos de Dominique Moïsi, que nos conduzem a pensar a respeito de três emoções fundamentais que auxiliam a configurar geopoliticamente o mundo em que vivemos: o medo, a humilhação e a esperança. Segundo esta perspectiva cada uma dessas emoções está ligada à uma cultura e tem influências diretas no modo como o mundo atual se configura. É isto que afirma Moïsi, “(...) as emoções importam. Elas têm impacto sobre as atitudes, nas relações entre culturas e nos comportamentos das nações” (2009, p.28).

Segundo o autor o medo é uma emoção que está ligada principalmente à cultura ocidental. Ele afirma que os países influenciados por essa cultura, basicamente os da Europa e da América do Norte, estão sob influência do medo, ainda que ele assuma configurações diferentes. Na América ele está representado pela perda da hegemonia econômica e política, enquanto na Europa o medo é o da estagnação, como se seus moradores estivessem condenados “(...) a se tornar uma espécie de museu (...) um oásis de cultura e ‘boa vida’ sofisticada que as pessoas de continentes mais dinâmicos desfrutam visitando ou se aposentando nele, porém não mais um centro de criatividade e influência no mundo” (Moïsi, 2009, p. 97).

As influências desses medos como emoções condizem com aquilo que veremos mais à frente, que se refere aos impactos dessa percepção na vida cotidiana e principalmente na subjetividade. Em relação às múltiplas faces desse medo podemos pensar principalmente nas situações que não são percebidas¹⁶ na vida comum.

Como afirmamos acima as emoções dizem respeito a compreensões particulares da realidade e podem ser simplesmente reproduzidas, ou como afirma Heller (1993), se apresentarem alienadas. Com relação ao medo isso não é diferente. As múltiplas facetas desse fenômeno, muitas vezes são reproduções do que é percebido por diferentes sujeitos, em contextos e períodos diferentes da história humana. Então, aqui cabe uma diferenciação importante em relação as categorias de sentimentos anteriormente apresentadas, pois as emoções podem ser produzidas e, como uma produção humana, podem ser manipuladas, formalizadas e, também, institucionalizadas.

Partindo dessa ideia faremos, nos tópicos seguintes do texto, algumas considerações sobre o medo como emoção construída socialmente e com influências diretas na constituição da subjetividade, sobretudo, no mundo atual. Apresentando as consequências da manipulação da emoção medo na subjetividade do homem contemporâneo, falaremos também sobre os

¹⁶ Ao afirmar que não são percebidas, estamos fazendo referência ao que Heller afirma quando escreve que as emoções “podem vir a alienar-se”, ou seja, são objetivadas na vida cotidiana, não refletidas e simplesmente reproduzidas.

instrumentos que possibilitam esse fenômeno e suas possíveis consequências.

1.3 - O MEDO E A SUBJETIVIDADE: UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL

Partimos do pressuposto de que a vida cotidiana é uma produção de sentidos advinda das relações estabelecidas entre o homem e o seu mundo, com base nos processos afetivos envolvidos no seu contexto. Iniciamos nossas discussões sobre o referido tema com base na definição de cotidiano de Agnes Heller, a qual afirma que “a vida cotidiana é a vida de todo homem” (Heller, 1970/2014, p. 31), ou seja, todo sujeito humano está inserido em uma cotidianidade e essa vivência é anterior ao próprio homem e se mantém no percurso de sua vida.

Baseado nessa definição podemos considerar que as diversas características que compõem a vida cotidiana são apreendidas num processo contínuo e de reprodução desses componentes sem, no entanto, levar em consideração essa repetição. As ações realizadas pelos sujeitos nos diversos contextos nos quais estão inseridos atuam de forma recíproca em sua constituição como sujeito, pois agindo sobre esse contexto ele também é atingido por suas ações.

De forma semelhante, Berger e Luckman (1985/2002) afirmam que a realidade que conhecemos é objetivada e por esse motivo, não reconhecemos naquilo que observamos os aspectos históricos e humanos que envolveram sua construção. Assim, muitas vezes acreditamos que esta realidade é imutável. Entretanto, através da linguagem essa realidade é apreendida, reproduzida e modificada e sobre ela os homens atuam, produzindo novos sentidos que partem das interpretações possíveis desses encontros cotidianos. A realidade, através de processos dialógicos, é produzida e à ela são agregados sentidos subjetivos diferentes.

Para entender o que são essas produções subjetivas relembremos o que Vygotsky (1987/2007) apresenta sobre a importância da linguagem na construção da subjetividade. Segundo o autor a linguagem é o primeiro instrumento encontrado pelo homem para atuar sobre o mundo. Posteriormente, a linguagem é internalizada e dessa forma surgem as primeiras formas de pensamentos e construções mentais possíveis. Enfim, esse processo de internalização da linguagem favorece que o sujeito crie suas primeiras construções mentais e atribua significado a realidade de que participa em seu cotidiano.

A partir desses entendimentos podemos iniciar nossa discussão sobre a subjetividade e suas relações com os fenômenos cotidianos que sustentam as diversas expressões do medo, tendo como base a definição de que a subjetividade é um “(...) complexo e plurideterminado sistema, afetado pelo curso da sociedade e das pessoas que a constituem dentro do contínuo

movimento das complexas redes de relação que caracterizam o desenvolvimento social” (González-Rey, 2005, p. IX).

A subjetividade, portanto, é construída historicamente com base nas diversas relações que os sujeitos estabelecem no decorrer de sua vida, compondo uma teia de significados constituídos nas interpretações realizadas individual e socialmente. Sendo assim, a subjetividade não é simples reflexo de uma sociedade nem, tampouco, resultado das capacidades individuais, pois o sujeito que interage com o mundo é ativo, intencionando suas ações e modificando sua realidade.

Com base nesses entendimentos, a subjetividade se funda nas relações que estabelecemos com a sociedade, tais como os fatores socioeconômicos, políticos e culturais que compõem a vida dos sujeitos, como as normas, as ideias, e tudo aquilo que se refere à cotidianidade. A conjuntura do momento histórico influi na constituição da subjetividade principalmente porque os homens, em contato com algumas características desse momento histórico, interpretam e criam símbolos/signos e sentidos que influenciam nos relacionamentos com os outros.

Se entendemos que a subjetividade é constituída nesse processo relacional do homem face-a-face, ou seja, do homem com outros homens e com a sociedade, devemos estar atentos para perceber o quanto o medo atravessa essas relações, produzindo novas maneiras de agir perante o grupo social no qual ele se encontra inserido. Portanto, apresentar os principais medos humanos, sobretudo na cidade, é fundamental para entender como a subjetividade é afetada por cada um desses aspectos. Essa é uma das afirmações feitas por Bauman (2004), sociólogo que se dedicou a estudar o mundo atual, relatando que a vida cotidiana sobretudo na cidade está permeada por diversos tipos de medo.

De forma semelhante, Tuan afirma que “é na grande cidade – o símbolo mais visível da racionalidade e triunfo humano sobre a natureza – que permanecem alguns dos velhos medos” (2005, p. 16). Pois bem, a cidade aglomerou em seus limites grandes mazelas humanas, tais como doenças e violência, consequências de uma relação de desigualdade, bem como a inadequação do poder público para lidar com as dificuldades que surgiram no processo de crescimento dos espaços urbanos. Isso implica dizer que a cidade é o palco em que o homem vivencia as mais diversas formas do horror.

1.3.1 - O discurso da violência, a mídia e as manifestações do medo.

A vida cotidiana é repleta de discursos. As vozes e atos falam sobre a cidade. As

relações dos sujeitos com seus territórios proporcionam a disseminação de diversos discursos. Falamos de temáticas urbanas que estão presentes nos diálogos cotidianos e que também são compartilhados como informações oriundas de sistemas de comunicação diversos. Dentre os diversos discursos possíveis de serem observados, falaremos especificamente sobre o discurso da violência.

Os discursos da violência associam a criminalidade às desigualdades sociais, sobretudo, aos grupos que são excluídos da cidade (Amaral, 2010). Falando especificamente sobre a cidade do Rio de Janeiro, o autor, partindo dos documentários sobre esse núcleo urbano, afirma que nos discursos presentes nos materiais estudados, há um imaginário do medo associado aos grupos que não estão localizados nos lugares nobres da cidade. A mídia então, atuaria como um disseminador dos medos cotidianos, associando o discurso de violência à figura do pobre.

É nesse sentido que a mídia favorece a construção de um imaginário urbano repleto de insegurança e, conseqüentemente, confirma o discurso presente no cotidiano de que os principais atores da violência são aqueles que não se enquadram em um padrão financeiro dito adequado. Amaral (2010, p. 35) afirma que

(...) os diferentes discursos sobre o crime são úteis para reorganizar a narrativa sobre tais experiências. A repetição da narrativa, contudo, passa a reorganizar também o sentido do contexto social em que ocorreu e, descontextualizada, pode contribuir para a formação de estigmas e estereótipos.

A mídia, ao propagar o discurso da violência, associa esse fenômeno a determinados grupos de pessoas e com isso o imaginário de medo se institui nos espaços da cidade, principalmente desqualificando esses grupos de pessoas. Esse movimento produz conseqüências nos centros urbanos, cria barreiras e secciona cada vez mais esses espaços.

Segundo Correa (2010), as cidades podem apresentar a sua própria linguagem, pois, “(...) estão carregadas de significados, de sentidos e direções que normalizam a circulação dos indivíduos” (p. 89). O autor afirma que com relação ao medo não é diferente, destacando que ele modifica o espaço geográfico urbano. Essa linguagem da cidade produziu, no caso de seu estudo, diversas narrativas que

(...) articulavam medo e crimes violentos de uma forma que não privilegiava uma mobilização social para enfrentar o problema. O medo não estava relacionado à esperança. A estrutura de enunciação da imprensa colocava o medo em estreita relação com o pânico, que é sentimento que não consegue ver os seus fundamentos e, por isso,

tem tendência totalizante: é um sentimento que restringe o pensamento e que acaba fazendo o indivíduo agir de forma muito emotiva (Correa, 2010, p. 101).

Essa relação entre as manifestações de medo e os discursos de violência produzem, nos espaços urbanos, uma espécie de divisão que tem por base lugares em que há riscos e outros em que esses riscos são menores. Isto apoia o surgimento, nos grandes e médios centros urbanos, de grandes empreendimentos imobiliários que disponibilizam tudo o que é necessário para que seus moradores não precisem se arriscar nos espaços extramuros.

Segundo Caldeira (1997), o discurso do crime e da violência proporcionou uma nova forma de relação entre os grupos sociais, representada pelas novas moradias escolhidas pelos grupos com maior poder aquisitivo, ou seja, o isolamento da cidade aparece como forma alternativa de buscar segurança e assim se proteger dos outros que não são como eles. Esse discurso, presente nos materiais de publicidade desses empreendimentos murados, representa o desejo de determinados grupos de não precisar se aglomerar com os demais (pobres), o que também favoreceu a aparição de outros tipos de enclaves fortificados ao redor dessas moradias.

1.3.2 - Medo na comunidade

Como resultante do imaginário do medo houve a construção, cada vez mais evidente, de diversos espaços murados. Alguns autores (Caldeira, 2003; Eckert, 2007, Sposito & Góes, 2013) retratam esse fenômeno em estudos realizados em diferentes cidades. Esses estudos tiveram como locais cidades de grande e médio porte e apontaram que há uma sensação de insegurança presente no cotidiano dos moradores desses condomínios, demonstrando que as construções muradas são modos de lidar com a insegurança presente, constituindo, assim, uma paisagem do medo.

Caldeira (1997; 2003) afirma que há uma nova forma de divisão do espaço urbano nos grandes centros. No seu estudo a autora se refere à cidade de São Paulo, apontando que há uma fragmentação deste espaço, sobretudo pela construção de lugares que denomina enclaves fortificados. Os *enclaves fortificados*

(...) são propriedades privadas para uso coletivo; são fisicamente isolados, seja por muros, espaços vazios ou outros recursos arquitetônicos; estão voltados para dentro, e não para a rua; são controlados por guardas armados e sistemas de segurança privada que põem em prática regras de admissão e exclusão (Caldeira, 1997, p. 155).

Caldeira (1997) apresenta quatro características desses empreendimentos.

Primeiro, eles usam dois instrumentos para explicitamente criar separação: barreiras físicas, como grades e muros, e grandes espaços vazios que criam distância e desencorajam a aproximação de pedestres. Segundo, como se muros e distâncias não fossem suficientes, a separação é garantida por sistemas privados de segurança: controle e vigilância são condições para a homogeneidade social interna e o isolamento. Terceiro, os enclaves são universos privados voltados para dentro; seu desenho e organização excluem gestos em direção à rua. Quarto, pretendem ser mundos independentes que proíbem a vida exterior, avaliada em termos negativos. Eles não se subordinam nem às ruas e ao espaço público, nem a instituições e edifícios circundantes. Em outras palavras, a relação que estabelecem com o resto da cidade e sua vida pública é de evitação; dão-lhes as costas (p. 164).

A autora aponta que uma das principais justificativas para a construção desses enclaves é o medo da violência e do crime e com isso a busca por segurança, principalmente das camadas sociais de maior poder aquisitivo. Ademais, a construção dessas fortalezas tem como base a necessidade de se proteger e de não se misturar com aqueles que não condizem com os grupos que habitam esses locais, mesmo que estes permaneçam dependentes da mão de obra das classes menos favorecidas. Tendo em vista essa necessidade, vistoriar quem entra e sai é importante para manutenção da paz dos de dentro.

(...) relacionar segurança exclusivamente ao crime é não reconhecer todos os significados que o termo vem adquirindo. Os novos sistemas de segurança não apenas fornecem proteção do crime, mas também criam espaços segregados nos quais a prática da exclusão dos indesejáveis e a do controle dos “outros” que lá trabalham são exercidas cuidadosa e rigorosamente (Caldeira, 1997, p. 162).

Cornélia Eckert (2007, 2008), ao falar sobre Porto Alegre, retrata o olhar dos moradores de longa data sobre a cidade que habitam, principalmente com relação as mudanças observadas por eles. Muitos moradores não tinham o desejo de murar suas residências, porém, com o aumento de incidentes que consideram violentos, mudaram suas ideias sobre isso. Afirma a autora que

(...) mesmo os entrevistados que, inicialmente, afirmavam que jamais iriam aderir à fortificação de suas residências acabaram por gradear seu patrimônio após uma experiência de roubo, em um bairro residencial onde até então o modelo “casa-jardim”, sem cercas era o predominante (Eckert, 2007, p. 66).

Os muros são erguidos como forma de proteção contra os atos vindos de fora dos seus limites, porém, segundo a autora, há uma outra preocupação apresentada no discurso daqueles moradores e que colabora para a construção do imaginário do medo, sobretudo, pela ação dos noticiários.

Há, nesse contexto de discursividades, uma construção social do medo, de transformações nas práticas temporais e espaciais de cidadãos em suas rotinas diárias em busca de estratégias de mudança de estilo de vida para a redução de riscos oriundos da criminalidade, como furtos e roubos. A dinâmica das ações criminais na condição urbana brasileira é de alta monta, mas longe estamos de uma ecologização da cidade em função da criminalidade (...). É a banalização das vidas nos roubos seguidos de violência que é temida pelos entrevistados. Essa banalização é reforçada nos noticiários e discursos da imprensa porto-alegrense sobre o tema, dimensionando situações de vitimização que geram insegurança e medo (Eckert, 2007, p. 66).

Falando sobre o fenômeno do crescimento dos empreendimentos fechados nas cidades de médio porte, Sposito e Góes (2013) encontraram situações semelhantes às das grandes cidades. No entanto, suas análises partiram das representações compartilhadas por aqueles que estão do lado de dentro dos muros. Suas análises apontaram que a escolha de viver em espaços fechados teve como pano de fundo a busca por segurança, mas também apontaram a ineficiência do Estado e experiências individuais com situações de violência.

Outro fator importante levantado pelas autoras é o entendimento de que a construção, na cidade, de espaços fechados, favorece a descontinuidade do território urbano, ou seja, a construção no interior da cidade de espaços que, na prática, não pertencem à cidade e sim aos moradores desses espaços, cria pequenas zonas fortificadas que parecem isoladas do restante. Conseqüentemente, as autoras afirmam que a esses espaços são considerados “(...) novos habitats urbanos, uma vez que não representam apenas um novo modo de morar, mas sim novas formas de viver e de apreender a cidade e o urbano” (Sposito & Góes, 2013, p. 42).

Em todos os estudos citados, o discurso do medo e da insegurança estavam presentes. Isso demonstra como a vivência desses grupos com o seu contexto contribui para o aparecimento de novas formas de se relacionar com a vida cotidiana.

1.3.3 - Tecnologias e o distanciamento do outro

Dentre as diversas influências exercidas pelo contexto na subjetividade levaremos em

consideração o distanciamento provocado pelas novas formas de se relacionar com os outros. Como característica do mundo atual temos a dinâmica, sempre muito acelerada, e a necessidade de satisfação de desejos individuais. Bauman (2004) abre essa discussão dizendo que as redes sociais abrem precedentes que nunca foram possíveis aos homens, principalmente, pelos atrativos que elas oferecem para as relações humanas. Por intermédio do mundo virtual os relacionamentos face-a-face tornam-se mais frágeis e transitórios, ou seja, são guiados por emoções momentâneas e laços efêmeros.

As implicações da mediação das relações através do mundo virtual proporcionam a esses sujeitos um não-envolvimento com os seus semelhantes e uma característica muito atrativa do uso das redes sociais é que “as conexões podem ser rompidas, e o são, muito antes que se comece a detestá-las” (Bauman, 2004, p. 12). Quando algo/alguém não é mais atrativo, pode ser substituído ou descartado e não haverá problemas nisso.

Em suma, as relações exigem das pessoas um envolvimento; este envolvimento exige tempo e dedicação. Segundo o autor, as relações humanas são, em sua natureza, motivos de insegurança pois, quando os laços estão estabelecidos, a possibilidade de seu rompimento causa medo. Além do mais, diante da liquidez característica de um mundo repleto de oportunidades, envolver-se somente com uma delas também causa medo. Por esse motivo, as relações tornaram-se fragilizadas, pois o imperativo do mundo moderno é consumir compulsivamente as possibilidades de satisfação do desejo e envolver-se com o outro significa abdicar de minha segurança (Bauman, 2004).

A possibilidade de escolher com quem se relacionar não se limita ao uso das redes sociais; isto fica claro quando observamos os espaços da cidade. Diversas tecnologias foram criadas para proteção, com vistas a manter a segurança individual ou patrimonial, por conta de uma sensação de insegurança presente. A cidade mudou. Há uma nova arquitetura na qual encontramos o concreto, as câmeras de vigilância e os portões cada vez mais fechados. Esses instrumentos todos são utilizados para proporcionar segurança; são reflexos das situações de violência cuja consequência principal é o advento do sentimento de medo (Caldeira, 2003).

Vislumbrando a proteção e a segurança, os muros são construídos para proteger o que está dentro deles, porém dessa maneira não conseguimos mais identificar o que está do lado fora; o que não vemos torna-se cada vez mais estranho e esse estranhamento produz a necessidade maior de proteção. Essa dinâmica implica em considerar que tudo o que está fora dos limites do muro deve ser evitado, logo, evitar o que está lá fora implica evitar outros homens e isso produz um distanciamento cada vez maior.

A criação de espaços fechados, tais como centros de compras ou condomínios

fechados são exemplos dessas construções que, ao mesmo tempo que favorecem a sensação de segurança, promovem a exacerbação do medo daqueles que estão extramuros.

Como resultado das implicações das construções de concreto e das relações mediadas pelo mundo virtual e tecnológico, podemos elencar algumas consequências. Em primeiro lugar, podemos afirmar que este distanciamento produziu um movimento no qual torna-se justificável evitar o contato com outras pessoas, por motivos diferentes. Dentre os motivos, podemos citar a necessidade de buscar grupos com características semelhantes e com isso evitar aqueles que são estranhos como forma de proteção da própria integridade. Outro é o desejo de consumir materiais de segurança cada vez mais sofisticados, sendo alguns até nocivos a terceiros, com justificativa de proteger bens, propriedades e necessidade de segurança.

Outra consequência é a fragilização dos laços afetivos. As facilidades proporcionadas pelo advento das redes sociais influenciaram nas maneiras pelas quais as pessoas se relacionam entre si. Podemos falar da quantificação das relações estabelecidas nos ambientes virtuais; quanto mais conexões realizamos, menores são os contatos face-a-face, os envolvimentos tornaram-se efêmeros a tal ponto que podem ser considerados descartáveis. Considerar o outro descartável implica em dizer que o outro é considerado como objeto, perdendo seu valor para as satisfações alcançadas na relação, ou seja, nada é feito para durar, nem mesmo as relações.

1.4 - O MEDO COTIDIANO E SUAS INFLUENCIAS NA SUBJETIVIDADE

Até o momento falamos das relações entre o medo e o espaço urbano com relação às cidades de grandes e médio porte. Contudo, cabe aqui relatar que esses espaços possuem dinâmicas afetadas pela necessidade de se buscar novos espaços possíveis para que o processo de urbanização continue ocorrendo. De maneira inversa, as cidades de pequeno porte também são afetadas. De modo geral, essas cidades vêm sendo cada vez mais esvaziadas da sua população, através do fenômeno da migração para os centros urbanos que apresentam maior possibilidade de absorver a mão de obra.

Com base nas perspectivas apresentadas pelos autores sobre a cidade grande e o medo, sobretudo da violência presente nesses locais, é importante discorrer sobre o fenômeno do medo nas cidades de pequeno porte. A cidade de pequeno porte terá que se submeter a uma lógica global para lidar com problemas locais, ou seja, a insegurança como fenômeno explícito no âmbito das grandes cidades também afeta as pessoas dos espaços urbanos menores, porém, as dificuldades encontradas são diferentes, bem como os instrumentos para lidar com elas.

Podemos apontar dois fatores relevantes ao estudo do medo em municípios de pequeno

porte: 1) a vulnerabilidade desses espaços; 2) a proximidade das relações existentes.

Diferente dos grandes centros urbanos, as cidades pequenas não disponibilizam, em seu território, ferramentas para lidar com situações de violência. Nos grandes centros urbanos costuma haver um aumento efetivo de profissionais de segurança com vistas ao manejo das situações provocadas pela aglomeração de pessoas nesses espaços. De modo diferente, os pequenos municípios têm uma restrição no número de profissionais que fazem o policiamento, dificultando assim a assistência em momentos em que as situações de violência ocorrem.

Somado à essa falta de policiamento, nos últimos anos foi constatado um fenômeno de migração dos índices de violência dos grandes centros urbanos, principalmente do eixo Rio de Janeiro - São Paulo, para outras regiões do Brasil (Waiselfisz, 2015). Estudo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) aponta para o crescimento, nos últimos 10 anos, dos homicídios por armas de fogo em regiões antes consideradas tranquilas. Além disso, apresenta também que há uma desestruturação da segurança pública em áreas de menor visibilidade política, correlacionando a isso o maior índice de pessoas negras sendo vitimadas por armas de fogo. O relatório aponta que

(...) as ações e a cobertura da segurança pública distribuem-se de forma extremamente desigual nas diversas áreas geográficas, priorizando espaços segundo sua visibilidade política, seu impacto na opinião pública e, principalmente, na mídia, que reage de forma bem diferenciada de acordo com o status social das vítimas. Como resultado, os recursos públicos de proteção são canalizados, preferentemente, para as áreas mais abastadas, de população predominantemente branca, que ostentam os benefícios de uma dupla segurança, a pública e a privada, enquanto as áreas periféricas, de composição majoritariamente negra, nenhuma das duas (Waiselfisz, 2015, p. 102).

Como podemos observar as regiões com maior visibilidade política detém maior efetivo para a manutenção da segurança pública, ou seja, os locais com maior concentração de pessoas portadoras de maior poder aquisitivo são priorizados por razões diversas, o que favorece a dificuldade dos investimentos em segurança pública nas cidades de pequeno porte. Outro fator é que esse fenômeno abre a possibilidade para o aparecimento da segurança privada que, sustentada pelos setores com melhores condições socioeconômicas, tem crescido de forma bastante intensa no Brasil.

O segundo ponto levantado é a proximidade das pessoas nas pequenas cidades. Ao falarmos em proximidade não estamos falando de maior envolvimento afetivo nas relações estabelecidas. Pelo contrário, como dito anteriormente, ao nos referirmos a Pós-modernidade

(Bauman, 2004), pontuamos que atualmente ocorre um processo de fragilização das relações humanas. Esse processo está relacionado à dificuldade de contatos face-a-face nas relações que estão sendo cada vez mais estabelecidas de forma efêmera, seja pela intermediação do mundo virtual, seja pelo desejo de ter e consumir.

Quando falamos dessa proximidade enquanto fator de insegurança, estamos afirmando que em cidades de pequeno porte as relações ocorrem rotineiramente com os outros. Isso difere dos grandes centros urbanos, pois o distanciamento promovido por mecanismos diversos impossibilita essa proximidade, ou seja, as distâncias físicas são muito menores e as relações são difíceis de ser evitadas.

Essa dinâmica implica que evitar o outro nas cidades de pequeno porte torna-se muito mais difícil, proporcionando a vivência da insegurança da convivência de maneira contrária à daquelas pessoas que vivem nos espaços murados das grandes cidades. A vivência com o estranho, o diferente, afeta o cotidiano daqueles que residem nesses locais, pois não há como evitá-los.

Em ambas as situações a mídia atua como um dos fatores que contribuem para o aumento do medo e da insegurança. Como a subjetividade se constitui enquanto produção de sentido, cotidianamente somos impulsionados a sentir medo diante dos noticiários por conta das violências relatadas. Além da mídia, a própria população dissemina essas vivências em seu cotidiano, o que os envolve diariamente, dando a impressão de que situações de violência ocorrem a todo momento.

A subjetividade contemporânea é impactada pelo discurso permeado pelo medo e, rotineiramente, nos diversos espaços em que o sujeito humano está, é constituída por essas vivências, o que implica que

(...) paulatinamente o medo vem adquirindo o aspecto de emoção internalizada no indivíduo, fruto de uma construção histórica. Fazendo parte do processo de construção psicológica do homem, o medo se constitui como emoção singularizada, constitutiva do psiquismo do sujeito, parte de seu repertório emocional (Santos, 2003, p. 52).

Concluindo, nota-se que a subjetividade se institui através das vivências que o sujeito estabelece com o contexto no qual está inserido, novos entendimentos e, conseqüentemente, novas ações perante o mundo em que vive. Com base nos impactos que as vivências cotidianas ocasionam na subjetividade, podemos afirmar que o medo é uma emoção relacionada aos modos de subjetivação da vida urbana, sobretudo nos grandes centros, e em virtude disso cabe a nós indagarmos sobre os efeitos dessas vivências na subjetividade de outros grupos, seja nas

regiões mais afastadas desses centros urbanos, seja nas comunidades rurais.

2 - O HOMEM E O SEU MUNDO

(...) enquanto pensava que o pior de todos os muros é uma porta de que nunca se teve a chave, e ele não sabia onde a encontrar, nem sabia sequer se tal chave existia.

(José Saramago)

2.1 – A PSICOLOGIA E O ESTUDO DA SUBJETIVIDADE.

Rotineiramente, fora do âmbito acadêmico-científico, escutamos falar sobre a Psicologia. Não é raro encontrarmos em jornais televisivos e impressos ou nas estações de rádio, na internet e em outros espaços, psicólogos falando sobre diversos aspectos da humanidade. Historicamente a Psicologia está ligada aos estudos relacionados à doença mental e estruturou-se tendo como pano de fundo, sobretudo, a atuação nos consultórios com vistas ao tratamento dos mais diversos transtornos e síndromes mentais.

Soma-se a isso o fato de que o próprio conhecimento psicológico esteve ligado à análise do que poderia ser considerado normal ou anormal, no que se refere ao pensamento e comportamento humanos. Entretanto, até conseguir alcançar os parâmetros necessários para que fosse considerado ciência, o conhecimento psicológico passou por diversas modificações no decorrer de sua pequena história.

A Psicologia, assim como outras áreas das ciências humanas e sociais, sofreu influências do período histórico no qual estava se estruturando pois, durante o seu início, o modelo de ciência estava relacionado à noção de verdade. Naquele momento da história do conhecimento, para que algo fosse considerado como científico, era necessário que os procedimentos e instrumentos utilizados eliminassem, se não todas, quase todas as possibilidades de que os resultados fossem dependentes e derivados das convicções e interpretações pessoais do pesquisador. Esta forma de investigação foi utilizada principalmente na análise dos aspectos da natureza, em um período que o homem começou a fazer isso visando controlá-la (González-Rey, 2012; Tomanik, 2004; Santos, 2008).

Técnicas foram criadas durante esse período, buscando responder aos anseios dos homens com o intuito de controlar, também, a natureza humana. Para tanto, foram utilizados métodos e instrumentos que possibilitassem a análise de aspectos da “mente” humana, considerada como um objeto a ser mensurado, observado e interpretado com base no que era possibilitado pelos dados levantados pelos instrumentos. Assim, no seio da ciência psicológica, os pressupostos positivistas foram se instituindo.

A Psicologia, no final do séc. XIX e início do séc. XX, buscou o rigor técnico científico; os estudos do homem foram levados para dentro dos laboratórios e as investigações feitas naquele momento estavam pautadas, principalmente, no descobrimento das leis da natureza humana. Aliás, esse mesmo rigor metodológico dissociou o homem, separando-o de seu contexto. A ciência psicológica, influenciada pela necessidade de se adequar ao modelo hegemônico de ciência, pautado nas ideias positivista, dividiu seu objeto de estudo. É isso o que afirma Gonzáles-Rey sobre a instrumentalização, pois esta forma de pesquisa “(...) considera os instrumentos vias de produção direta de resultados na pesquisa” (2012, p. 5). Entretanto, a instrumentalização acaba por desconsiderar um fator importantíssimo da constituição desse sujeito, a subjetividade.

Durante muito tempo, analisar os dados coletados pelos diversos instrumentos construídos foi considerada a forma adequada de “fazer” ciência, ou seja, o importante era a coleta de dados, sobretudo quantificáveis, para verificar as hipóteses levantadas. A lógica era matemática. Por exemplo, se as respostas para a pergunta A eram B, isso significa que a solução do problema levantado era B. Essa lógica exclui qualquer possibilidade de novos questionamentos surgirem no contexto onde a pesquisa ocorre.

Ao trilhar por este caminho, a Psicologia se dissocia de seu objeto de análise, ou seja, com o intuito de atestar a sua validade científica, através dos métodos e técnicas adotados para quantificar dados, esqueceu-se de que o sujeito humano possui características que vão muito além da simples emissão de respostas a situações controladas. Por este motivo, houve a necessidade de um rompimento com esse modelo de ciência. Novos modelos teóricos e novas formas de análise foram buscados, considerando sobretudo o sujeito humano em sua complexidade.

Ao realizar esse questionamento, a Psicologia Social ganha espaço no campo da Psicologia. Vale ressaltar que por muito tempo, principalmente no início do séc. XIX a Psicologia Social também foi influenciada pelas ciências da natureza, ou seja, aquelas que supõe a existência de cisões entre o sujeito, sua cultura e seu contexto histórico e social. Guareschi (2012) aponta duas cosmovisões que apontam essa cisão entre o indivíduo e a sociedade. A primeira, denominada *cosmovisão individualista*, compreende que aquilo que chama de social é somente a soma de diversos indivíduos, ou seja, o social é inexistente, não há características próprias, não há vínculos estabelecidos em comum. É somente uma quantidade de indivíduos reunidos. A segunda, denominada *autoritária/ coletivista*, aponta a inexistência do sujeito, ou seja, o ser humano está submetido ao grupo, é passivo diante dele; isso significa dizer que ele é reflexo daquilo que vivencia no seu grupo social. Há um domínio

do que chamamos de social em relação ao individual.

Em ambas as cosmovisões as diferenciações entre o indivíduo e a sociedade indicam um rompimento, uma divisão do homem. Ora desconsidera-se a participação do indivíduo na construção da sociedade, ora atribui-se a ele uma passividade em relação ao que o “grande grupo” lhe apresenta. Rompendo com essa separação, Guareschi (2012) nos apresenta outra cosmovisão pautada na *relação*. Quando falamos em relação estamos sempre nos referindo a um evento que necessita de mais de um participante, mas somente isso não basta. Pensar em relação implica em considerar a não dissociação dos fatores que envolvem tal evento, isso quer dizer, no âmbito da Psicologia Social e segundo tal cosmovisão, que sujeito e coletivo são constituintes um do outro, reciprocamente. Essa Psicologia Social, ao considerar o estudo da relação entre indivíduo e sociedade e suas implicações, se apoia sobretudo, nos conhecimentos advindos de teorias europeias, contrapondo-se assim ao conjunto teórico inicial que havia sido desenvolvido principalmente no território norte-americano.

Para Tomanik (2009) uma psicologia do sujeito só é possível quando consideramos as características dele e, para o autor, a Teoria Sócio-Histórica é aquela que mais colaborou no entendimento desse sujeito, pois o considera como um ser relacional, complexo e ativo, e aprofunda o conhecimento acerca desse sujeito apresentando características importantes dele. González-Rey também afirma que esta teoria apresenta um modelo teórico condizente com a necessidade de romper o entendimento do fenômeno da subjetividade como algo somente individual.

A constituição social do indivíduo é um processo diferenciado, em que as consequências para as instâncias sociais implicadas e para os indivíduos que as formam dependem dos diferentes modos que adquirem as relações entre o indivíduo e o social, dentro das quais ambos os momentos têm um caráter ativo, isto é, cada momento se configura de formas muito diversas ante a ação do outro, processo que acompanha tanto o desenvolvimento social como o desenvolvimento individual (2005, p. 202).

Lev Semenovitch Vygotsky (1896-1934) foi um filósofo russo que, embora tenha falecido ainda jovem, trouxe diversas formulações teóricas que compõe a teoria Sócio-Histórica para a Psicologia. As discussões realizadas pelo autor a respeito da formação social do sujeito humano são importantes construções teóricas, sobretudo por considerar que a subjetividade do humano é constituída através da mediação de aspectos culturais e sociais. Adotando essa perspectiva, o autor rompe com o tecnicismo e o racionalismo dominantes nas ciências humanas na primeira metade do século XX, pautados na filosofia positivista.

Com o advento de novos modelos de comunicação e as mudanças ocorridas nas ciências sociais, sobretudo na segunda metade do mesmo século, houve, também uma valorização das teorias de cunho histórico e cultural, que incluíram o aparecimento da Psicologia Social europeia, cujas temáticas ressaltavam aquilo que era de natureza coletiva e que influencia os comportamentos humanos, porém tendo como objeto de análise os fenômenos que emergiam dessa relação (González-Rey, 2005).

Como partes dessas mudanças no panorama do conhecimento psicológico, as discussões realizadas por Vygotsky nos trazem dois aspectos importantes. Primeiro, em razão de o autor valorizar aquilo que está envolvido com a constituição da subjetividade humana, principalmente, pelo enfoque dado ao que é social e culturalmente vivenciado e, em segundo lugar, pelo entendimento do autor de que essas relações estabelecidas entre os homens e a sociedade produzem sentidos e significados, o que influenciará substancialmente na formação da subjetividade, objeto de estudo da Psicologia.

Vygotsky formula sua teoria em meio a diversas transformações ocorridas após a Revolução Russa de 1917. Esta revolução buscou um novo modelo de sociedade, sob a visão da teoria marxista e foi o que ocorreu também ali, no campo das ciências, inclusive para a Psicologia. A obra vygotkyana tem por pressuposto a formação do sujeito, tendo por base a história individual e as relações dele com o social, levando em consideração que este processo envolve a estruturação do indivíduo e também da sociedade de forma dinâmica e recíproca, ou seja, dialética.

A consideração desta dinâmica relacional no campo da ciência psicológica rompeu com a lógica apontada anteriormente, na qual o ser humano era tido basicamente como um emissor de respostas, cuja frequência de emissão era controlada por efeitos externos a ele. A nova concepção sobre o ser humano, além de atribuir a ele um papel bem mais ativo na estruturação da sociedade, também, o apresenta como representante de características da sociedade. Levando em consideração esses dois fatores nos dá suporte para compreender que o sujeito não pode ser objeto da ciência psicológica sem que seja necessário compreender as relações existentes entre aspectos biológicos, sociais, políticos e culturais presentes no seu cotidiano e no seu tempo.

Com base em elaborações marxistas, Agnes Heller (1970/2014) considera que os homens já nascem inseridos no que ela chama de cotidianidade. Segundo a autora, é no cotidiano, o espaço vivido diariamente pelo homem, que as relações com seus pares se estabelecem e se modificam, proporcionando novas vivências e transformações, ou seja, é dentro dos grupos sociais (escolas, igrejas, família) que o homem aprende novas experiências e também ensina as suas para os demais, desde as ações mais simples, como cumprimentar as

peessoas, até as mais complexas como, por exemplo, aprender matemática. Tudo aquilo que é aprendido nas relações cotidianas torna-se importante na convivência desse sujeito com os grupos, tornando o passível de ser reconhecido como homem de seu tempo.

As relações interpessoais e sociais aprendidas, portanto, favorecem o processo de desenvolvimento humano, contribuindo também para a maturação dos fatores biológicos, cognitivos e psicológicos do sujeito. Como resultante da relação entre esses fatores, a atividade mental surge como característica exclusiva da espécie humana. É o que afirma Vygotsky:

[...] o momento de maior significado no curso do desenvolvimento intelectual, que dá origem às formas puramente humanas de inteligência prática e abstrata, acontece quando a fala e a atividade prática, então duas linhas completamente independentes de desenvolvimento, convergem (1987/2007, pp. 11-12).

A capacidade de falar só é possível quando há um desenvolvimento físico que habilita o sujeito a articular as primeiras verbalizações e quando está conseguindo compreender aquilo que lhe é comunicado. Vygotsky acreditava que o desenvolvimento da criança ocorria através de um processo sociogenético, ou seja, ela nasce com uma carga biológica própria da espécie humana, porém sem um adulto que a auxilie a entrar em contato com a linguagem, com a cultura, com aquilo que já foi criado histórica e socialmente, não teria como se desenvolver. Para Vygotsky (1987/2007) a criança começa a utilizar instrumentos antes mesmo do uso da fala, porém somente com o desenvolvimento da linguagem e a sua entrada no processo de aprendizagem é que ocorre a formação e o desenvolvimento das suas capacidades intelectuais mais avançadas (funções psicológicas superiores).

Com relação ao desenvolvimento humano, a comunicação se dará de maneiras diferentes e a ela serão atribuídas diversas funções, ou seja, “não se pode não comunicar (...)” (Breton, 2005, p. 52). Nas primeiras comunicações realizadas pelo sujeito humano ao nascer, por meio dos movimentos, o corpo se torna o principal instrumento utilizado para emitir e receber informações. A linguagem se estrutura inicialmente por intermédio desses movimentos, pois eles possibilitam ao sujeito se colocar ativamente diante do ambiente no qual se encontra, ou seja, os gestos e o choro “(...) constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas” (Vygotsky, 1987/2007, p. 18).

Inicialmente a linguagem é utilizada para controlar o ambiente através das solicitações gestuais que são feitas aos adultos; o gesto da criança indica que ela necessita de algo. O choro, por exemplo, pode indicar várias necessidades da criança, tais como alimentação, necessidade de banho ou dor. No decorrer desse processo ocorrerão diferenciações no conjunto gestual que

a criança apresenta, o que auxiliará os adultos a identificar qual a necessidade apresentada por ela naquele momento. Nesse processo, a cada um dos movimentos são atribuídos significados particulares, que só são entendidos diante daquele momento e do processo mútuo de sua construção.

Ao começar a emitir sons mais elaborados, a criança começa a comunicar, junto com os seus gestos, aquilo que fará, como se ao comunicar isso auxiliasse a organização de suas ações. Este é um período de transição até que ela consiga organizar a fala internamente; esse fenômeno é chamado de *fala egocêntrica* (Vygotsky, 1987/2007). Essa fala adquire característica importante na solução dos problemas encontrados pela criança no cotidiano, pois não está diferenciada da ação e ainda está direcionada para si mesma e não para os outros.

No decorrer do processo de desenvolvimento, a linguagem da criança começa a ocorrer internamente, ou seja, através da atividade mental, dando início aos planejamentos e permitindo que a criança organize e formule suas ações, antes de executá-las. A internalização da capacidade de comunicação possui a função de reconstruir internamente uma operação que se dará externamente, ou seja, quando, sem a necessidade da ação, algo é compreendido ou elaborado.

(...) a capacitação especificamente humana para a linguagem habilita as crianças a providenciarem instrumentos auxiliares na solução de tarefas difíceis, a superar a ação impulsiva, a planejar uma solução para um problema antes de sua execução e a controlar seu próprio comportamento. Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se, então, a base de uma forma nova e superior de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais (Vygotsky, 1987/2007, p. 18).

As transformações que são consequências do processo de internalização dos símbolos para a comunicação não se desenvolvem sozinhas, mas no cotidiano, nos encontros pessoais face-a-face. Esses encontros são mediados pela linguagem, que é um dos instrumentos que a criança começa a utilizar para se relacionar com o mundo externo e também com seu mundo interno. Portanto, a linguagem se torna um instrumento necessário para que as relações entre os homens ocorram e, como consequência desse processo, o sujeito humano produz símbolos para auxiliar nessa comunicação. Esse processo permite que se leve adiante a civilização e o desenvolvimento pessoal.

Esses símbolos, resultantes do processo de internalização da linguagem, são

originados das interpretações que os homens fazem dos fenômenos observados no seu dia a dia e a eles são atribuídos significados construídos dentro de um conjunto de outros símbolos que são compartilhados ao longo da história e que constantemente são modificados, que se agrupam com outros significados gerando sistemas complexos que integram a comunicação (Berger & Luckman, 1985/ 2002).

A linguagem e, conseqüentemente, a criação dos símbolos possibilitou ao homem o estabelecimento da comunicação e tornou-se um instrumento que favoreceu a interação dele com os seus semelhantes. Para cada palavra é atribuído um significado instituído socialmente e que vai ser diferente dependendo do grupo social, do momento histórico e dos conteúdos que estão relacionados a ela. Isso implica dizer que as palavras são criações humanas e, como toda criação humana, são produções de sentido, pois expressam um conjunto de significados historicamente construídos e que foram compartilhados no grupo social onde são expressos e de forma singular atestam a complexidade dos processos envolvidos na construção da realidade com a qual os homens estão envolvidos.

É o que sugere Molon, ao afirmar que

(...) os sentidos precisam ser forjados, enraizados, enriquecidos, incorporados, absorvidos no/do contexto no qual as relações e as práticas sociais são tecidas e entrelaçadas. As palavras mudam de sentido em contextos diferentes, mas são materializadas, concretizáveis, visualizadas no processo de comunicação entre os sujeitos (2011, p. 618).

Esses sentidos participam das relações interpessoais como mediadores, produzindo então diferentes entendimentos sobre o que é compartilhado e interferindo também no modo como os grupos interagem entre si e com os demais. Os diferentes sentidos atribuídos ao que é comunicado possibilitam novos entendimentos sobre os fenômenos humanos, gerando novas produções de sentido; por tal dinâmica o conhecimento é construído e disseminado.

Como dito no primeiro capítulo, os processos afetivos contribuem para a compreensão dos fenômenos observados e também possuem uma função reguladora entre aquilo que o sujeito percebe do mundo e o que interpreta em relação a realidade. Uma das funções dos processos afetivos é auxiliar na interpretação que o sujeito faz da realidade que o cerca e também na elaboração das ações que realizará sobre ela, ou seja, exercem o papel de mediadores entre as construções de sentido produzidas e as ações que serão realizadas.

Segundo González-Rey

(...) as emoções possuem, dentre outras, uma função de significação do real,

significação que aparece em seus próprios termos, sobre a base das necessidades dos sujeitos que acompanham suas ações e das contradições entre essas necessidades e as novas necessidades que surgem no curso de suas ações (1999, p. 44).

Em virtude da relação entre os processos afetivos e as interpretações originadas da interação entre o sujeito e a sociedade, são atribuídos à realidade sentidos subjetivos, ou seja, conteúdos simbólicos originados no plano relacional que influenciam e contribuem para a organização e compreensão de aspectos relacionados à vida humana, especialmente na medida em que passam a ser compartilhados. Esses sentidos subjetivos permeiam os entendimentos dos sujeitos humanos sobre a realidade na qual estão inseridos.

2.2- COTIDIANO: A REALIDADE COMO PROCESSO SUBJETIVO

A realidade é um processo de construção social, e portanto, tem sua origem *nas e das* relações estabelecidas pelos homens entre si e com o mundo que os cerca. É um processo forjado nas relações pois é construído dentro das relações do homem com os conhecimentos já constituídos e que estão disseminados socialmente, criando novas compreensões diante desses encontros. Além disso é um processo oriundo das relações, pois só é possível que novas compreensões sejam elaboradas na medida em que uma compreensão de realidade anterior auxilie essa nova formulação, ou seja, todo processo de compreensão e formação da realidade é, além de relacional, histórico.

A realidade, enquanto processo sócio histórico, é constituída pelos conjuntos de ideias que os homens rotineiramente compartilham entre si, cuja função é organizar e tornar coerente essa realidade. Entretanto, por ignorarmos ou não refletirmos sobre os processos coletivos de sua construção, esses conjuntos de ideias compartilhadas e constituídas no interior da sociedade nos aparecem como algo que sempre existiu e continua existindo da maneira como se apresenta.

Porém, ao contrário do que nos possa parecer, são as relações entre os homens comuns que rotineiramente constroem interpretações sobre a realidade e é partindo desse entendimento que podemos compreender aquilo que chamaremos de cotidiano. O cotidiano é entendido como realidade subjetivamente construída; “(...) um mundo que se origina no pensamento e na ação dos homens comuns, sendo afirmado como real por eles” (Berger & Luckman, 1985/2002, p. 36).

Ao nascer, somos inseridos em um momento da história da humanidade que foi socialmente elaborado no decorrer de um longo e contínuo processo. Porém, ao nos

relacionarmos com os conteúdos historicamente elaborados, através das relações com outros homens e com as instituições existentes, somos levados de tal forma por esses conteúdos, que limitamo-nos a considerá-los como fatos ou como dados, independentes de nossa participação e superiores a nós. Isto é, por desconsiderarmos todo o processo prévio de construção social, acreditamos que aquilo que está sendo observado sempre foi do modo como o estamos vendo e vivendo.

Um novo aspecto nos faz voltar à temática da relação (Guareschi, 2012), iniciada no tópico anterior desse capítulo. Guareschi (1996, 2001) relata que as relações sociais podem ser estabelecidas de diferentes maneiras. Elas podem ser, por exemplo, de dominação e de exclusão. A primeira pressupõe uma relação desigual, cuja característica principal é a expropriação da autonomia do outro, uma relação desarmônica de poderes, na qual um grupo exerce dominação econômica, política ou cultural, sobre os grupos ditos - pois nem sempre o são - mais fracos. A segunda relação apresentada pelo autor é a de exclusão, que tem origem no resultado das dominações exercidas pelos grupos que detém os instrumentos de controle ou seja, aqueles que econômica, política e culturalmente foram favorecidos. Os participantes dos outros grupos, então, passam a ser vistos e tratados como se pertencessem a uma outra espécie, deixando de ser reconhecidos como portadores dos mesmos direitos e capacidades que os participantes dos grupos hegemônicos.

Ambas as formas de relações foram desenvolvidas no percurso da história do homem. A primeira pela apropriação de instrumentos por um grupo (Nobreza/ Burguesia) que possibilitou o controle sobre outros grupos (Camponês/ Trabalhador). A segunda, como consequência da primeira, é uma forma de exercer controle sobre o outro através da utilização daqueles instrumentos. Nesse sentido, pesa sobre a figura do indivíduo¹⁷ a necessidade de adequar-se às regras e normas dessas relações que foram estabelecidas histórica e socialmente. No entanto, a historicidade, ou seja, o fato de que estas formas de relação foram e continuam sendo construídas nas e pelas ações de seres humanos nem sempre é percebida por todos os participantes.

Tal como outros aspectos do que chamamos de realidade, as relações sociais desiguais nos aparecem, com frequência, como se fossem naturais, dadas e inevitáveis. Apesar destes fatores a vida cotidiana, por ser dinâmica e se constituir partindo da relação dos homens com a cultura e com símbolos originados sócio historicamente que compõe a sociedade, por sua vez, também constitui o homem enquanto sujeito que produz e é produzido nessas relações.

¹⁷ A sociedade centrada na figura do indivíduo será discutida posteriormente quando falarmos em Pós-modernidade, na perceptiva de Bauman (2001), principalmente ao falarmos do processo de individualização.

Como consequência dessa relação entre o homem e a sociedade, podemos nos remeter ao processo de formação social da mente. Isso implica dizer que os símbolos historicamente construídos e que compõem a realidade dos sujeitos os conduzem a interpretações diversas sobre esse cotidiano. Esses entendimentos, mediados pela linguagem, são produções de sentido e como tais só são possíveis de serem entendidos por meio da compreensão da subjetividade.

A subjetividade é constituída tanto no sujeito humano quanto nos diferentes espaços habitados por ele, ou seja, ambos fazem parte do processo de construção dos sentidos. Os sentidos atribuídos ao mesmo fenômeno podem ser diferentes em cada espaço social, mas de alguma maneira influenciam as ações realizadas pelos sujeitos que compartilham seus conteúdos, ou seja, “(...) espaços sociais geram formas de subjetivação que se concretizam nas diferentes atividades compartilhadas pelos sujeitos e que passam a ser, com sentidos subjetivos distintos, parte da subjetividade individual de quem compartilha esses espaços” (González-Rey, 2012, p. 25).

Isso quer dizer que os processos envolvidos na construção da subjetividade não ocorrem somente em nível individual e também influenciam os espaços sociais, implicando diretamente em um nível de organização que González-Rey chama de Subjetividade Social. O autor define Subjetividade Social como “(...) a síntese, em nível simbólico e de sentido subjetivo, do conjunto de aspectos subjetivos, macro e micro, que se articulam no funcionamento social” (2012, p. 24). Notamos, ao analisarmos os mitos, as crenças, a moral e as representações sociais, que estes materiais de análise são expressões de discursos e produções de sentido dessa subjetividade social.

Dessa maneira cada sujeito humano constitui-se e colabora para a construção da realidade através dos sentidos atribuídos a ela, tendo como pressuposto a história vivenciada por ele, ou seja,

(...) o sujeito individual está constituído pela subjetividade social e, por sua vez, é um dos momentos constituintes daquela, por meio das consequências de suas ações criativas dentro do tecido social em que atua. O sujeito representa a singularização de uma história irrepitível, capaz de “captar” elementos da subjetividade social que somente serão inteligíveis ao conhecimento por meio da construção de indicadores singulares presentes nas expressões individuais (González-Rey, 2005, p. 136).

Portanto, a subjetividade é um dos sistemas que compõem o cotidiano, integrando aquilo que Agnes Heller denomina como o centro da história, afirmando que as relações que se estabelecem entre os sujeitos não estão nos registros da história, mas constituem o centro dela,

ou seja, é a ação diária dos homens que impulsiona a história, reproduzindo e recriando as diferentes épocas que representam (Heller, 1970/2014). Falar sobre a ação diária dos homens é levar em consideração, principalmente, as relações face-a-face que são estabelecidas nos diversos contextos nos quais os homens estão inseridos. Esses encontros ocorridos face-a-face são permeados por fatores individuais, tanto de um sujeito quanto do outro e atuam mutuamente na construção da vida cotidiana. É o que afirmam Berger e Luckman

(...) a realidade da vida cotidiana é partilhada com outros. (...) Na situação face a face o outro é apreendido por mim num vivido presente partilhado por nós dois. Sei que no mesmo vivido presente sou apreendido por ele. Meu “aqui e agora” e o dele colidem continuamente um com o outro enquanto dura a situação face a face (1985/2002, pp. 46-47).

Agnes Heller vai além dos autores citados acima, afirmando que, na relação do homem com a vida cotidiana, ele participa ativamente com “(...) todos os aspectos de sua individualidade (...)” (1970/2014, p. 31). Quando a autora afirma que a ação do homem em relação a sua cotidianidade é ativa, apresenta esse homem enquanto sujeito de sua vida, ou seja, apresenta a intenção dele em atuar sobre a sociedade, garantindo seu lugar na história. Neste ponto, poderíamos acrescentar: mesmo que nem sempre ele se dê conta disto.

A vida cotidiana, portanto, é o espaço em que o homem constitui seus aspectos individuais e sociais e também o espaço em que ele produz e reproduz os elementos que assimila da sua cotidianidade. Nesta perspectiva histórica e social, Agnes Heller define a vida cotidiana como:

(...) a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual ou físico. (...) Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias e ideologias (1970/2014, p. 31).

Diante dessa realidade os sujeitos podem agir de duas maneiras. A primeira ocorre quando o sujeito, ao se deparar com os conteúdos de sua cotidianidade a reproduz, não rompendo com os modelos pré-determinados. A segunda ocorre quando o sujeito consegue romper com aquilo que está dado, buscando ativamente superar esses modelos pré-estabelecidos, reconhecendo as particularidades que compõem o processo da vida cotidiana e sua possibilidade de transformação. Essas ações possíveis de serem realizadas pelos sujeitos

nos remetem a existência de outros fatores constituintes da vida cotidiana.

Didaticamente, podemos apresentar esses fatores separadamente, porém, não podemos esquecer que eles se apresentam simultaneamente na vida cotidiana, ora podemos evidenciar um, outro ou outros, porém eles estão presentes em todos os momentos. O primeiro deles é a *espontaneidade*, que se refere aos atos não planejados que compõe toda e qualquer ação rotineira. Esses atos referem-se as formas de agir e pensar nas quais o sujeito realiza determinada ação sem a necessidade de grandes operações racionais, por exemplo, cálculos. São ações corriqueiras e não planejadas (Heller, 1970/2014).

O segundo é a *probabilidade*, ou seja, a capacidade do homem em perceber a possibilidade das consequências de suas próprias ações, com base no julgamento de que podem dar certo ou não. Essa probabilidade se relaciona ao que há de empírico na vida cotidiana. Isso quer dizer que, diante de tantas outras ações semelhantes realizadas, pôde-se supor quais as possíveis consequências desta.

Correlacionada à probabilidade, podemos encontrar o *economicismo*. Esse aspecto garante que as pessoas tenham a capacidade de se organizar tendo em vista que, com base nas probabilidades, os esforços exigidos para cada situação já estejam assimilados a vida cotidiana, não necessitando aprender como realizar essas atividades diariamente. A *repetição* possibilita que as ações possam ser realizadas automaticamente, ou seja, quando assimilamos as ações cotidianas as realizamos com base nas probabilidades e na lógica do menor gasto de energia possível.

Os *Juízos Provisórios* são aqueles pensamentos que, baseados na experiência cotidiana, são compartilhados entre os homens, ou seja, possuem como base o senso comum. Subtipos de Juízos Provisórios são a ultrageneralização e o preconceito. O primeiro, segundo Agnes Heller, nos remete aos “(...) juízos provisórios que a prática confirma ou, pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseados neles, fomos capazes de atuar e de nos orientar” (1970/2014, p. 53). Por exemplo, por um período da década de 70 a relação causal entre a AIDS e a homossexualidade era considerada como real, mesmo sem que houvesse sido constatada a validade de tal juízo.

O preconceito, segundo tipo de juízo provisório, não orienta somente a vida cotidiana, mas representa uma ideia particular que diz respeito a um aspecto da realidade que não necessita de explicações, normalmente produzido e disseminado por um grupo específico contra outro. Mesmo que desprovidos de explicações ou de base empírica, os preconceitos são considerados verdades pelo valor atribuído a eles.

A *imitação* compõe outra característica da vida cotidiana. Ela envolve o aprendizado

das ações corriqueiras e pode indicar características de um grupo específico. A comunicação é uma das formas de promover a imitação; através dela são ensinadas desde ações corriqueiras, tais como se alimentar, até outras que podem ser consideradas perigosas, por exemplo, a produção de instrumentos de guerra (Heller, 1970/2014).

Por fim, temos a última característica da vida cotidiana, a *entonação*. Essa característica indica a particularidade dos sujeitos frente às relações que estabelecem na vida cotidiana, apresenta a singularidade do homem diante de tudo o que compõe seu cotidiano, desde suas relações face-a-face até sua ação rotineira, ou seja, aquilo que afirma a sua existência. Segundo Heller

(...) o aparecimento de um indivíduo em dado meio “dá o tom” do sujeito em questão, produz uma atmosfera tonal específica em torno dele e que continua depois a envolvê-lo. A pessoa que não produz essa entonação carece de individualidade, ao passo que a pessoa incapaz de percebê-la é insensível a um aspecto importantíssimo das relações humanas (1970/2014, p. 56).

Diante do exposto, é no cotidiano que os processos emocionais se estabelecem e, da mesma forma, as ações se reproduzem, se recriam e evoluem. Para a autora, esses aspectos não devem ser vistos separadamente, pois ao pensar em algo somos afetados e buscamos maneiras de lidar com aquilo que nos afeta. O cotidiano é o local em que se expressa toda e qualquer relação humana e está implicado pelos sentimentos, pensamentos e ações.

Ao pensarmos no cotidiano como espaço em que se recriam e reproduzem as relações humanas, podemos pensar naquilo que organiza os modos como essas relações se expressam. Esses modelos são diversos, sobretudo porque alguns foram impostos pelos códigos e leis, e entender quais são eles possibilita observar como as relações com os outros homens se organizam e quais as consequências dessas relações na produção da exclusão. Para tanto, vamos entender que códigos são esses e em qual contexto estão inseridos, já que a noção atual de cotidiano está relacionada diretamente com aquilo que alguns autores chamam de Pós-modernidade.

2.3- PÓS-MODERNIDADE: O COTIDIANO NA CIDADE DE CONCRETO

O cotidiano, como vimos anteriormente, é uma realidade construída através da relação entre homem e o mundo do qual participa. Enfim, empreendemos na seção anterior um trajeto com vistas a apresentar o que alguns autores chamam de cotidianidade ou vida cotidiana, e o

modo como os homens organizam suas ações com base nas produções de sentido que são originadas no seio das relações que estabelecem (Heller, 2014/1970). Considerando que este cotidiano é apresentado ao homem como realidade objetivada, já dada, podemos afirmar então que a relação estabelecida com ela o influenciará na construção de si. No entanto, como esta construção ocorre em via de mão dupla, podemos também afirmar que essa realidade é construída pelo homem (Berger & Luckman, 1985/2002).

Diante do entendimento de que o cotidiano é uma realidade construída através da relação do homem com o mundo que o cerca e que ela constitui a formação desse sujeito, cabe-nos entender que a noção de cotidiano está diretamente relacionada com aquilo que alguns autores chamam de Pós-modernidade. Vários teóricos debruçaram-se sobre o estudo da vida cotidiana e buscaram descrever alguns aspectos atuais deste assunto. Vale destacar que, diferente das características descritas por Agnes Heller (2014/1970) sobre aquilo que compõe a cotidianidade, esses autores apresentam suas visões sobre o momento atual. Dentre esses autores podemos citar o sociólogo polonês Zigmunt Bauman, que nos apresenta aquilo que ele chama de *Modernidade Líquida* (2001). O autor afirma que a modernidade mantém características peculiares de outros momentos históricos, mas para falar sobre o momento atual a metáfora da liquidez é utilizada como forma de ilustrar a dinâmica deste período.

Para analisar o que o autor chama de Modernidade Líquida é importante pensarmos num percurso histórico originado desde a idade média, focalizando a relação entre as instituições e o modo como elas influenciaram a formação da subjetividade dos sujeitos nos diferentes períodos da história. Várias instituições, em épocas anteriores ao período atual, tinham seu papel social e sua função na regulação das relações humanas. Dentre essas instituições podemos citar a Igreja Católica Romana, que exercia influência religiosa, mas não se restringia a esse papel, possuindo também força política e social, principalmente na Europa e em todos os espaços do planeta dominados pelos países europeus. Além dela, podemos citar as monarquias, cujas representações divinas de seus líderes lhes garantiam direitos que muitas vezes não eram questionados exercendo, assim, grande peso social. Ambas as instituições exerciam influência sobre diversos aspectos da vida cotidiana, controlando as condutas dos sujeitos de maneira que a ciência e também as demais manifestações ficassem sob suas normas. Havia uma ordem a ser seguida, com relação à religiosidade pois tudo estava sob o controle das leis da divindade. A ordem social também já estava pré-fixadas, os nobres possuíam seu lugar pré-determinado na sociedade, assim como o camponês.

No interior desta sociedade crescia um novo grupo social: a burguesia. A burguesia, constituída pelos comerciantes e artesãos que possuíam instrumentos para produção, precisava

adentrar nos espaços sociais antes ocupados somente pela nobreza e o clero e, para tanto, iniciou um processo de desconstrução da ordem que estava determinada. A passagem desse período histórico ao seguinte trouxe consigo a necessidade de profanar o que era tradicional, repudiar as velhas estruturas. Com isso, novas reflexões surgiram no seio desta sociedade. Começaram os questionamentos em relação à igreja, aos projetos monárquicos; ocorreu uma revolução na produção de instrumentos (tecnologias), a busca de uma sociedade direcionada ao futuro, visando uma civilização que alcançaria um modelo de “perfeição”. Para que este ideal fosse atingido era necessário romper com as velhas tradições.

Bauman aponta que os “(...) tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração” (2001, p. 10) e o desejo de uma sociedade perfeita trouxe a necessidade de buscar novos modelos, ou seja, tornava-se necessário “(...) eliminar as obrigações ‘irrelevantes’ que impediam a via do cálculo racional dos efeitos” (2001, p. 10). Os padrões existentes já não serviam mais ao novo modelo social que estava surgindo, havia a necessidade da construção de outros valores, era necessário deixar o caminho livre para o que realmente era importante, a nova ordem social.

A nova ordem deveria ser responsável pela construção desses novos valores e estava pautada na lógica da economia, cuja consequência foi a libertação dos valores políticos, éticos e culturais que sustentavam a vida na sociedade anterior. Juntamente com o advento dos avanços tecnológicos e dos novos modelos de consumo, uma mudança substancial no modo como as relações e a sociedade se organizariam também estava em processo. A ordem capitalista tomou conta da vida humana, “(...) a tal ponto que a própria tentativa de refletir normativamente sobre a sociedade é virtualmente impedida por força de sua própria futilidade” (Bauman, 2001, p. 11), ou seja, as diversas tentativas de limitar essa nova ordem foram irrelevantes, tendo em vista que ela continuou a imperar.

Através da metáfora da liquidez ele afirma que a modernidade tem como suas principais características as mudanças quanto à percepção relativa ao tempo e ao espaço, por analogia com as propriedades dos líquidos, essa ordem moderna tornou-se difícil de controlar. Por outro lado, houve a libertação dos modelos que antes suprimiam o homem de suas capacidades de criação e pensamento, o que possibilitou o advento de um processo de exaltação desse homem. Contudo, os novos modelos advindos desse movimento perderam-se de suas funções sociais e comunitárias.

A modernidade líquida não é a superação do modelo pré-existente, ou seja, continuamos sendo modernos, porém há uma nova forma dos indivíduos se relacionarem com a comunidade. Para o autor “no limiar da era moderna fomos emancipados da crença no ato da

criação, da revelação e da condenação” (2001, p. 36), sem essas crenças nos encontramos por nossa própria conta.

Essa característica do mundo atual, *a liberdade sem precedentes*, conduz o homem à ideia de que não existem limites para suas realizações e desejos. O afrouxamento das instituições que antes ordenavam as relações, bem como a fragmentação da noção de coletividade, reforçaram o entendimento dos homens que deveriam ser eles mesmos, indivíduos, responsáveis pela realização de seus desejos e, com isso, as preocupações passaram a ser mais individuais do que em prol de uma comunidade.

Essa libertação do indivíduo favoreceu o *Processo de Individualização*, que consiste em atribuir ao homem a responsabilidade por seu próprio reconhecimento, ou seja, através de tarefas a serem realizadas sob sua responsabilidade é que o homem se reconhece enquanto alguém, dentro do universo social, mas para isso deve, imperativa e solitariamente, buscar suas realizações. O seguinte excerto ilustra bem o que representa esse processo

Não se engane: agora, como antes – tanto no estágio leve e fluido da modernidade quanto no sólido e pesado -, a individualização é uma fatalidade, não uma escolha. Na terra da liberdade individual de escolher, a opção de escapar à individualização e de se recusar a participar do jogo da individualização está decididamente fora da jogada. A autocontenção e a auto-suficiência do indivíduo podem ser outra ilusão: que homens e mulheres não tenham nada a que culpar por suas frustrações e problemas não precisa agora significar, não mais que no passado, que possam se proteger contra a frustração utilizando suas próprias estratégias, ou que escapem de seus problemas puxando-se, como o Barão de Munchausen, pelas próprias botas. E, no entanto, se ficam doentes supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriais para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agoniam sobre o futuro, é por que não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da auto-expressão e da impressão que causam. Isto é, em todo caso, o que lhes é dito hoje, e aquilo em que passaram a acreditar, de modo que agora se comportam como se essa fosse a verdade (Bauman, 2001, p. 43).

Esse processo contribui para o afastamento do homem de sua cidadania. Estamos considerando, aqui, o cidadão como aquele sujeito que busca seu bem estar através do bem-

estar do grupo no qual se encontra e entende que o conjunto das relações que estabeleceu o fizeram ser quem é, ou seja, que reconhece sua singularidade e entende que sua subjetividade foi construída a partir de suas relações. Em contrapartida, o indivíduo seria aquele que, quando unido a outros, busca algo para si, não prevendo uma contrapartida sua para o coletivo. Segundo Bauman (2001) os indivíduos reivindicam “(...) a segurança de seus próprios corpos e posses, trancando criminosos reais ou potenciais nas prisões e mantendo as ruas livres de assaltantes, perversos, pedintes e todo tipo de estranhos constrangedores e maus” (p. 45).

Pensando nessa diferenciação conceitual entre os cidadãos/sujeitos e o indivíduo, cabe aqui realizarmos uma diferenciação entre aquilo que chamamos de sociedade e o que denominamos comunidade, que só é possível de ser pensada quando observamos as relações que são estabelecidas em ambos contextos.

Como afirmamos no tópico anterior desse texto, Guareschi (2001), relata que as relações de dominação e exclusão são evidenciadas no seio da sociedade. Essas relações só são possíveis tendo em vista que há uma desigualdade no modo como os grupos se estabeleceram, ou seja, a apropriação do que é público/comum por algumas pessoas visando a manutenção dessa desigualdade. De outro modo, as relações comunitárias, desenvolvidas no seio da comunidade, possuem características diferentes. As relações comunitárias pressupõem igualdade. Isso não quer dizer que exista uma homogeneização dos sujeitos; essa relação pressupõe a existência de algo público, comum a todos e que chama os indivíduos a se assumirem enquanto cidadãos/sujeitos que tenham voz ativa e participativa nas questões relacionadas ao grupo.

As relações comunitárias que constituem uma verdadeira comunidade são relações igualitárias, que se dão entre pessoas que possuem iguais direitos e deveres. Essas relações implicam que todos possam ter vez e voz, que todos sejam reconhecidos em sua singularidade, onde as diferenças sejam respeitadas. E mais: as relações comunitárias implicam também, a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam amadas, estimadas e benquistas (Guareschi, 2001, p. 97).

Essa diferença é importante para entender o processo de formação das cidades. Quando nos instituímos em uma comunidade há necessariamente um processo de renúncia pois, para obter segurança, por exemplo, os sujeitos dessa comunidade abdicam, até certo ponto, de suas liberdades, não podendo ser totalmente livres quando outros sujeitos entram em cena. De modo diferente, pelo processo de individualização os espaços, antes públicos e comunitários, tornaram-se espaços individuais, privados. Para ilustrar essa afirmação Bauman (2001),

tratando do momento atual, escreve “(...) o público é colonizado pelo privado, o interesse público é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas” (p. 46), ou seja, não são as causas comuns da comunidade o foco dos interesses dos indivíduos, e sim a necessidade desesperada de garantir a manutenção de uma sociedade desigual.

A cidade surge como a principal construção humana para lidar com o medo do que é estranho (Tuan, 2005), para garantir a proteção das pessoas contra todas as ameaças que poderiam surgir. Entretanto, o aumento dos grupos humanos levou a uma concentração cada vez maior de pessoas nos espaços urbanos e, com isso, diversos problemas surgiram. Além de ser um lugar de proteção a cidade também concentra, atualmente, grande parte das mazelas humanas, doenças, violência, acidentes, entre outras.

Diante deste quadro, a busca por segurança se apresenta de duas formas. A primeira delas pode ser observada nos muros fortificados, no uso de equipamentos de segurança cada vez mais tecnológicos, visando à proteção do patrimônio e de nossos próprios corpos (Caldeira, 2003; Tuan, 2005; Bauman, 2009). A cidade mudou arquitetonicamente visando a busca por segurança e contrapondo-se ao advento do sentimento de medo, proporcionado pelo aumento dos índices de violência observados nos espaços urbanos. Como exemplo, podemos citar a propaganda feita para venda dos condomínios, espaços fechados e vigiados, que parecem ser sinônimos de segurança.

A outra forma é bem mais fluída. Na cidade, de forma simbólica, podemos observar que há um imaginário que permanece influenciando o modo como as pessoas convivem umas com as outras. Esse imaginário inclui um processo de exclusão e segregação (Caldeira, 2003; Bauman, 2009). Os muros são expressões desse imaginário pois, ao mesmo tempo que protegem, também segregam, excluem e perpetuam, pelo menos mentalmente, que o estranho/diferente deve ser evitado. Isto é, quanto mais criamos meios para nos proteger, maiores são as distancias criadas e esse movimento promove um cenário de insegurança no qual qualquer homem pode ser ameaçador (Amaral, 2010).

É nesse sentido que Bauman (2004) afirma que atribuímos as razões daquilo que é ruim ao outro que não habita, não compartilha e que é estranho a mim. É dessa forma que se reafirma uma lógica de exclusão que tende a promover a segregação daqueles que não estão adequados ou que colocam em risco a segurança alheia.

Ora, quando partimos do entendimento de que o mundo é construído como realidade a partir das relações que são estabelecidas no cotidiano, afirmamos que historicamente ele possui características peculiares e cada momento histórico auxilia no desenvolvimento de novas formas de construção do homem, que vivencia o contexto no qual está inserido.

No período atual, uma das principais características apresentadas é a dinâmica existente no modo de produção dos indivíduos, cada vez mais isolados dos grupos, partindo sobretudo da valorização do individual perante o social, dando a impressão de que vivemos em um mundo cuja principal característica é a efemeridade, a fragilidade e a desconfiança.

Dentre as diversas influências exercidas pelo contexto atual na subjetividade, estamos levando em consideração o distanciamento provocado pelas novas formas de relacionamento com os outros. A possibilidade de escolher com quem se relacionar não se limita às mudanças nos espaços da cidade, as novas formas de comunicação também colaboram para a estruturação de uma nova maneira dos sujeitos se relacionarem.

Por conta das facilidades envolvidas nas relações mediadas pelas mídias eletrônicas, tais relações se tornam atraentes, embora transitórias e superficiais. Elas não exigem o envolvimento com o outro, ou seja, posso relacionar-me com muitos, sem me envolver efetivamente com qualquer um. Assim, não corro o risco de sofrer com os rompimentos. Desisto de tentar me satisfazer para não correr o risco de me frustrar. As facilidades proporcionadas pelo advento das redes sociais influenciaram nas maneiras pelas quais as pessoas se relacionam entre si.

Diante disso, pensar as relações mediadas pelo mundo virtual nos possibilita pensar no não envolvimento real entre os homens, consequência das mudanças nos modos que essas relações ocorrem. O envolvimento é efêmero, frágil, e a qualquer deslize, meu ou do outro, a facilidade de rompimento não exige o desgaste afetivo que as relações face-a-face proporcionam.

Essa constatação aponta que os processos de produção de sentido, sobretudo através da linguagem e dos processos afetivos envolvidos em sua constituição, são produtos e produtores de uma subjetividade que está a caminho de uma transformação e em consonância com os movimentos que a sociedade empreende tendo em vista o processo histórico do qual ela é resultado.

3 - METODOLOGIA

Os objetos de estudo desta pesquisa foram as representações sociais do medo presentes no cotidiano da população de Marilândia do Sul. Nossa proposta foi estudar como elas são expressas no cotidiano, bem como identificar nos discursos o que as pessoas deste grupo populacional afirmam ser as consequências do sentimento de medo. Essa compreensão nos auxiliou no estudo das emoções, pois entendemos que estudar o medo e sua relação com o cotidiano pode nos auxiliar a compreender de que maneiras as emoções influenciam na constituição da subjetividade humana, bem como o modo como os homens se organizam partindo das relações que estabelecem com esse sentimento.

Além do objetivo apresentado acima podemos, de maneira esquemática, apresentar outros secundários, mas não menos importantes.

- Contextualizar os medos compartilhados na população estudada.
- Implementar as discussões relacionadas ao sentimento de medo das populações de municípios de pequeno porte.
- Auxiliar no desenvolvimento de novas práticas para a atuação do Psicólogo Social nestes municípios.

Já escrevemos noutra momento que o medo é uma emoção construída no cotidiano das relações humanas. De forma concreta ou simbólica o medo, em conjunto com outros processos afetivos, contribui para que novas relações entre o homem e a sociedade se desenvolvam. As construções humanas oriundas do cotidiano são repletas de sentidos e, ao serem compartilhadas, cooperam para o surgimento de novas formas de agir, motivadas pelo que foi gerado enquanto conhecimento de uma realidade. Portanto,

(...) podemos considerar a produção de saberes e os esforços para formular teorias, como tentativas de entender o real que implicam zelosos empreendimentos para explicar a realidade. Mesmo assim, as teorias são perspectivas de realidade, compostas de experiências, intencionalidades e valores. Nasceram com elas visões de mundo e projetos eticamente delineados (Scarparo & Pedroso, 2010, p.17).

O conhecimento popular é uma das consequências dos novos sentidos que são assimilados a uma descoberta que foi realizada pelas diversas ciências. As informações são construídas na medida em que são compartilhadas e também acabam enraizadas no cotidiano, influenciando as ideias de uma comunidade, suas decisões e ações e colaborando para a organização de seus grupos. Sendo as informações produzidas nesses compartilhamentos, o

sujeito torna-se coparticipante nessa construção de sentidos, objetivando e interpretando os conteúdos que são comunicados diariamente.

O sujeito, ao se comunicar, expressa seus entendimentos sobre o fenômeno vivenciado e essa dinâmica colabora para a estruturação de um amplo conjunto de informações que acrescentam à uma realidade predeterminada uma interpretação que é pessoal, mas ao mesmo tempo influenciada pelas relações estabelecidas no cotidiano. Isso significa dizer que essa nova compreensão da realidade estará baseada em outras, já construídas anteriormente, e que foram forjadas da mesma maneira influenciando, através da linguagem, a formação de novos significados e sentidos na mente dos sujeitos, ou seja, as representações.

A teoria das Representações Sociais, proposta por Moscovici (2004), tem como objeto de estudo todo esse material construído e compartilhado dentro de uma comunidade, com vistas a compreender a realidade tal como construída pelos seus participantes, ou seja, as crenças, opiniões e conceitos elaborados em e a partir de seu cotidiano. De modo geral, essa teoria estuda aquilo que o conhecimento científico denominou como senso comum. Estudar as Representações Sociais compreende entender aquilo que é expresso nos sentimentos e nas condutas, pois esses elementos compõem e contribuem para a organização e condução das relações entre os sujeitos humanos com os locais em que habitam.

Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura. Nós pensamos através de uma linguagem; nós organizamos nossos pensamentos de acordo com um sistema que está condicionado, tanto por nossas representações, como por nossa cultura. Nós vemos apenas o que as convenções subjacentes nos permitem ver e nós permanecemos inconscientes dessas convenções (Moscovici, 2007, p. 35).

As Representações Sociais são conjuntos de ideias construídas, modificadas e compartilhadas ao longo da história de um grupo, que influenciam diretamente os indivíduos que o compõe e simultaneamente são influenciadas por eles (Moscovici (2007). Por se tratarem de Representações Sociais, não são criadas por um indivíduo isolado, entretanto é no plano do indivíduo que essas representações continuam existindo e adquirem a característica de ação, pois é ele que as coloca em prática, dissemina ou transforma.

As Representações Sociais são resultantes de processos complexos que envolvem as relações entre o sujeito e a sociedade e, também, com as construções mentais que são originadas deste envolvimento. Além disso, é através do discurso e da ação que as representações sociais são disseminadas, mas para que isso seja possível é importante que a elas seja acrescido um

conteúdo afetivo.

As RS representam as formas organizativas do espaço simbólico em que as pessoas se desenvolvem. A realidade aparece para as pessoas por meio das RS e dos diferentes discursos que formam o tecido social, mediante os quais os sujeitos individuais, implicados em um determinado espaço social, configuram o sentido subjetivo das diferentes esferas de suas vidas, e produzem significações em relação a si mesmos e aos outros. Essa organização simbólica do meio social é na realidade uma produção de sentido que integra emoções procedentes de diferentes espaços da história social dos grupos em que as representações são produzidas. As RS representam complexas sínteses de sentido que permitem momentos de inteligibilidade de inumeráveis processos sociais “invisíveis” no momento atual (González-Rey, 2005, p.127).

Bercini e Tomanik afirmam que “conhecer as representações sociais compartilhadas pelos participantes de um grupo é uma forma de penetrar no mundo de significados elaborados por eles e de compreender este mundo a partir das perspectivas dos que o elaboram” (2009, p. 67). O conhecimento da teoria das representações sociais possibilita compreender melhor os sujeitos em conjunto com suas produções de sentido, ou seja, as interpretações que são criadas diante dos entendimentos elaborados por eles nos contextos dos quais participam.

Dissemos no início do presente texto, que esta pesquisa teve início mediante as inquietações originadas dos discursos das pessoas moradoras de Marilândia do Sul, frente aos medos cotidianos. Ora, essas inquietações estavam relacionadas diretamente com as representações desses sujeitos em relação ao que vivem e compartilham cotidianamente em seu território, ou seja, estamos falando das construções de informações que são direcionadas ao cotidiano de um determinado grupo social.

Ao falarmos sobre essa relação entre as representações sociais e o sujeito, estamos buscando subsídios para entender como as ideias construídas nos mais diferentes contextos influenciam a interpretação particular dos sujeitos sobre a realidade. Isto é, buscamos, através deste estudo, compreender o sentimento de medo e suas possíveis consequências na subjetividade das pessoas do município que estamos estudando.

Para realização do estudo a proposta metodológica esteve guiada pelos princípios da Epistemologia Qualitativa cujo modelo, formulado por Fernando González-Rey (2012), tornou possível algumas reflexões com relação à pesquisa em Psicologia. A principal reflexão esteve pautada no rompimento com o que o autor denominou de Epistemologia da Resposta, que tem como pressupostos as ideias positivistas que influenciaram as pesquisas das ciências

denominadas humanas de forma que a análise dos dados coletados se tornou mera descrição quantificada das respostas encontradas. Através da lógica da instrumentalização, que seria a validação dos dados encontrados por meio dos instrumentos utilizados, desconsiderando toda a possibilidade de análise posterior, acabou-se por gerar uma cristalização do conhecimento, fechando-o em verdades em si mesmas, ou seja, desconsiderando que os dados coletados não representam a complexidade do que está sendo analisado.

Como aponta o autor,

a epistemologia Qualitativa procura subverter tal princípio e converter a produção do sujeito, o complexo tecido informacional que este produz por diferentes caminhos, no material privilegiado para construir o conhecimento rompendo assim com um dos princípios mais arraigados do imaginário da pesquisa ocidental; o fato de compreender a pesquisa, em sua parte instrumental como a aplicação de uma sequência de instrumentos, cujos resultados parciais serão a fonte do resultado final (González-Rey, 2012, p.15).

São três os princípios fundamentais da pesquisa qualitativa. Primeiramente o autor aponta que o método a ser utilizado é o *Método Construtivo-interpretativo*, segundo o qual o conhecimento é um processo em construção que possibilita o estabelecimento de novos espaços de inteligibilidade, que são as possibilidades de teorização acerca do fenômeno estudado. Atestar uma realidade é antes de tudo, assumir que há algum valor no que é constatado, porém, de maneira alguma, o que é observado basta para fundamentar aquilo como legítimo, verdadeiro. Essa legitimação só ocorrerá na sua capacidade de se aproximar de outros conhecimentos e na medida em que essa produção possibilitar novos entendimentos sobre os fenômenos estudados. Portanto, o autor destaca que “o conhecimento legitima-se na sua continuidade e na sua capacidade de gerar novas zonas de inteligibilidade acerca do que é estudado e de articular essas zonas em modelos cada vez mais úteis para a produção de novos conhecimentos” (González-Rey, 2012, p. 6).

O segundo princípio apresentado pelo autor é a *legitimação do singular como instância de produção do conhecimento científico*. O pesquisador é aquele que, embasado pela teoria, atua sobre o contexto, gerando novos modelos de inteligibilidade, ou seja, novas compreensões consistentes acerca do que é estudado. As construções teóricas realizadas pelo pesquisador possibilitam novos entendimentos acerca dos fenômenos estudados e isso gera outros modelos, que favorecem a produção de novos conhecimentos. Portanto, o pesquisador está diretamente implicado nos desdobramentos da pesquisa realizada, pois na medida em que o processo ocorre,

novas compreensões são possíveis e isso tem consequências nos novos conhecimentos que os diversos grupos sociais fomentarão em seu círculo social. Sobre essas consequências o autor relata:

(...) a sociedade enquanto sistema é extremamente complexa, e qualquer processo ou evento que nela acontece é suscetível de um complexo sistema de desdobramentos gerador de infinitos sistemas de consequências que estão mais além das representações conscientes dos sujeitos envolvidos em tais eventos, mas que só podem ser estudados em sua real complexidade por meio de elementos diferenciados de informação dos sujeitos; esses elementos permitem articular, em um modelo, a significação do social na vida humana (González-Rey, 2012, p. 12).

Por fim, o autor propõe a pesquisa como um *processo de comunicação* no qual pesquisador e pesquisado estão implicados e compartilhando, através da comunicação, suas diferentes expressões a respeito dos fenômenos observados em seu cotidiano. González-Rey afirma que

(...) a pesquisa representa, nas ciências antropológicas, um espaço permanente de comunicação que terá um valor essencial para os processos de produção de sentido dos sujeitos pesquisados nos diferentes momentos de sua participação nesse processo. A pessoa que participa da pesquisa não se expressará por causa da pressão de uma exigência instrumental externa a ela, mas por causa de uma necessidade pessoal que se desenvolverá, crescentemente, no próprio espaço de pesquisa por meio dos diferentes sistemas de relação constituídos nesse processo (2012, p. 15).

Partindo desses princípios a presente pesquisa selecionou como participantes pessoas que residem no município de Marilândia do Sul. Sabendo que o objeto de nossa pesquisa não é o estudo das patologias relacionadas ao medo, mas sim as representações que são compartilhadas entre as pessoas do município nos utilizamos de alguns critérios para iniciar a escolha dos sujeitos que participariam da pesquisa.

O primeiro critério utilizado foi o tempo cronológico de ligação de cada participante ao município, ou seja, aquelas pessoas que residem por, no mínimo, 15 anos nessa localidade. Esse critério foi importante, pois como nosso foco são as Representações Sociais, faz-se importante que as pessoas tenham estabelecido processos de comunicação com outros municípios, o que em relação aos participantes da pesquisa, foi bastante relevante, tendo em vista que quatro deles nasceram no município e os outros dois residem na cidade há pelo menos trinta anos. Essas pessoas já estabeleceram algum vínculo com o território, ou seja, constituíram

sua família ali, residem no município desde seu nascimento ou tem sua história ligada ao nascimento do município. Enfim, há uma vivência de longa data com a população e com o território em que estão residindo.

Outro critério utilizado foi o etário, tendo em vista que há uma especificidade relacionada a cada uma das faixas etárias escolhidas. Selecionamos três faixas etárias específicas. O primeiro grupo etário foi composto por adultos jovens, com idades entre 20 e 35 anos. O segundo, por pessoas que estão na meia-idade, entre 36 e 55 anos e por fim, o grupo de pessoas idosas, cujas idades já ultrapassam os 56 anos. Realizamos essas divisões partindo do princípio de que em cada uma das faixas etárias pode haver uma percepção diferente com relação a vivência no município e com a temática do medo.

Além da idade, buscamos também em cada um desses grupos, uma pessoa do sexo feminino e outra do sexo masculino, pois acreditamos que assim abrangeríamos uma gama maior de representações, tendo em vista que as percepções do gênero masculino, podem ser diferentes das do gênero feminino, sobretudo pelas particularidades existentes em cada um deles.

A opção por essa divisão está baseada na ideia de que os sujeitos participantes da pesquisa são considerados porta-vozes do grupo, uma vez que as Representações Sociais são produzidas e reproduzidas na ação cotidiana desses sujeitos e que os constituem nessa dinâmica relacional.

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente. Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida comum, o espaço público. Dessa forma, elas não apenas surgem através de mediações sociais, mas tornam-se, elas próprias, mediações sociais. E quanto mediação social, elas expressam por excelência o espaço do sujeito na sua relação com a alteridade, lutando para interpretar, entender e construir o mundo (Jovchelovitch, 2009, p. 81).

Ao pensar essas divisões para a inclusão ou exclusão dos sujeitos na participação da pesquisa, não estamos partindo da ideia de estudá-los separadamente. O motivo específico dessa divisão é a abrangência de sujeitos e conteúdos relacionados à vivência no município em questão. Isso significa que consideramos que as representações sociais não devem ser entendidas como ideias individuais sobre os diversos fenômenos, pelo contrário, são

compreensões produzidas através da participação dos sujeitos cotidianamente, construindo entendimentos e construindo a si mesmos, ou seja, não podem ser vistos separadamente.

O último critério utilizado foi a relação de trabalho que estabeleciam com o município, por isso, todos os munícipes escolhidos são servidores públicos de Marilândia do Sul. Esse último critério foi utilizado por serem indivíduos que possuem uma vivência direta com o município, uma vez que além de morar possuem, ou possuíram em algum momento, vínculos de trabalho no local em que residem. Esse critério é importante, pois muitos dos residentes do município de Marilândia do Sul, trabalham em outro município da região.

Nessa perspectiva foram oportunizados encontros com alguns munícipes com a intenção de conversarmos sobre o que sentiam em relação ao município onde residem e o que eles e, as pessoas de sua convivência, falam sobre o medo. Foram realizados contatos prévios com essas pessoas através de telefonemas, visando o esclarecimento sobre a temática e os objetivos da pesquisa e para questioná-los sobre o interesse em relação a participação, bem como, esclarecer sobre o direito de livre escolha.

As entrevistas foram realizadas nas casas dos participantes, normalmente, por eles próprios apresentarem preferência em relação à isso. Por se tratar de um estudo não diretivo, o pesquisador buscou não direcionar o conteúdo desses encontros, embora muitas vezes tivesse que realizar alguns questionamentos seja para esclarecimento ou para que o participante dialogasse mais sobre alguns assuntos. Para tanto, não foi estruturado um roteiro de entrevista, mas pensamos em um diálogo aberto com a possibilidade de focalização nos assuntos de nosso interesse: a relação da pessoa com o município e suas impressões sobre o medo que ela e o grupo sentem.

Por intermédio de uma pergunta – *Como é a sua vida aqui em Marilândia do Sul?* - iniciávamos o diálogo aguardando aquilo que os participantes gostariam de falar sobre sua relação com o município. Conforme o desenvolvimento do assunto percorria os vários relatos dos mesmos sobre o município, perguntávamos sobre o medo - *O que faz com que você e as pessoas de sua convivência sintam medo?*

A realização dessa entrevista, sem um direcionamento específico, favoreceu para que o diálogo se tornasse menos formalizado e por conta disso tivemos a possibilidade de confirmar que na pesquisa, na perspectiva psicossocial, o processo dialógico é fundamental para a compreensão e especialmente para a novas ressignificações sobre o fenômeno estudado, bem como para o entendimento da complexidade dos mesmos.

Como um processo dialógico, o pesquisador estará implicado no processo de pesquisa e partindo desse pressuposto, sua atuação não pode ser separada daquilo que foi produzido, ou

seja, ele não foi mero espectador. Por ser um participante do processo dialógico isso trouxe implícita a ação do pesquisador, pois ao sugerir esclarecimentos sobre alguns aspectos acabou, de certo modo, influenciando nos direcionamentos das conversas.

Outro fator que González-Rey nos apresenta é a *especulação*, prática que traz certo receio na atuação dos pesquisadores das ciências antropológicas, por ser considerada, por vezes, menos científica. Contudo, conforme escreve o autor “onde há pensamento devem existir especulação, fantasia, desejo e todos os processos subjetivos na criatividade do pesquisador” (2012, p.8). O pesquisador também está inserido na pesquisa realizada, pois é através das impressões, escuta e sínteses realizadas por ele que novos modelos teóricos poderão ser pensados ou superados.

Por fim, a intenção de realizar a presente pesquisa, utilizando as ideias propostas por González-Rey, tendo como objeto as representações sociais e como instrumento entrevistas não diretivas, traz em seus objetivos a construção de novas reflexões sobre as representações sociais do medo, a forma como são compartilhadas e seus sentidos para os membros de uma determinada população.

Concluindo, a pesquisa não deve ter a intenção de criar verdades inquestionáveis, mas sim proporcionar novas reflexões e entendimentos sobre o fenômeno estudado. Além disso, a pesquisa, quando possibilita um novo modelo de repensar a prática e as relações do homem com aquilo que produz, pode ser instrumento de transformação da realidade psicossocial do grupo estudado.

4 – VAMOS FALAR SOBRE O MEDO: QUE MEDO?

4.1 – O MUNICÍPIO, OS MORADORES E SUAS HISTÓRIAS

Todas as pessoas escolhidas para a realização das entrevistas são moradoras do município há no mínimo 20 anos, ou seja, possuem grande parte de história associada ao desenvolvimento de Marilândia do Sul. Cada qual tem suas próprias experiências com o território em que vivem e também partindo de suas vivências atribui a esse ambiente emoções que se inserem na complexidade dos fatores que compõem essa realidade. Dentre essas emoções podemos citar o medo. Isso significa que cada entrevistado possui uma interpretação a respeito do medo, pois à essa emoção estarão associados diferentes aspectos relativos a esse fenômeno: sua história de vida, crenças, relações com grupos sociais e com o território etc.

Entretanto, por se tratar também de um fenômeno que é compartilhado entre os sujeitos que habitam esse território, podemos pensar nas representações sociais existentes nesse contexto sobre o medo. Assim, além dos fatores particulares na compreensão do medo, não podemos deixar de considerar aquilo que é comum ao grupo o que favorece o entendimento do fenômeno de forma mais abrangente.

Para tanto, neste capítulo, apresentaremos brevemente os relatos dos entrevistados, tendo como foco suas percepções sobre o medo e visando um mapeamento dessa emoção nos participantes da pesquisa. As entrevistas foram conduzidas pelos relatos dos próprios sujeitos, por isso não seguiram um critério específico e diretivo. Iniciamos cada uma das conversas questionando a respeito de como é viver no município e partindo de seus relatos introduzíamos questionamentos que possibilitassem o apoio necessário a temática a ser estudada, tais como: qual é a história do entrevistado com o território; suas percepções em relação a segurança; quais os medos e inseguranças dela e do grupo social; buscando correlacionar, nesses relatos, a história do entrevistado e do território.

Antes é importante deixar claro que os nomes são fictícios e que foram escolhidos visando uma divisão em relação aos grupos etários e gêneros sexuais, ficando os nomes distribuídos da seguinte maneira:

- Jovens adultos – Marcia e Marcio.
- Adultos na meia-idade – Andréia e André.
- Pessoas idosas – Rafaela e Rafael.

Optamos por nomes que possuam as iniciais “M”, “A” e “R” do nome do município e

que podem ser flexionadas nos gêneros feminino e masculino. A intenção dessa escolha é facilitar a identificação de quais grupos etários estamos falando ao apontarmos os entrevistados, pois além das apresentações de cada entrevista, também discorreremos sobre as impressões do grupo e aquilo que foi possível observar sobre o que o grupo relata acerca de suas experiências em relação ao medo.

Enfim, vamos às entrevistas.

4.1.1 – Marcia

Marcia, 27 anos, nasceu no município de Marilândia do Sul, atualmente é servidora pública municipal e mora na casa de seus pais, com um irmão. Marcia afirma que por dois anos morou em uma cidade próxima, Apucarana, pela necessidade de continuar os seus estudos e buscar trabalho, porém não se adaptou, abandonando o ensino superior e retornando para o município.

Sempre, sempre morei aqui, eu tenho 27 anos. Nasci aqui em Marilândia mesmo, no hospital daqui, que na época tinha e morei a vida inteira aqui. Sai um tempo para estudar e trabalhar em Apucarana, fiquei lá uns dois anos, aí parei com a faculdade com o serviço, mas isso já faz uns sete anos, e daí voltei e estou aqui até hoje. (...) e minha família também é toda daqui, meus pais, meus avôs, tios, pouca coisa que tem para fora, a maioria é toda daqui de Marilândia.

A entrevistada afirma que se sente segura em relação ao ambiente em que reside e que não tem vontade de sair desse município. Ao ser questionada sobre seus sentimentos em relação ao local que reside afirma que se sente em casa.

É como eu falei, eu gosto de morar aqui. Não tenho vontade, nem interesse de sair e morar em outro lugar, eu gosto bastante, para mim é minha casa, desde sempre aqui, como eu falei, por causa da minha família, meus avôs que moram aqui. Então é minha casa, eu me sinto muito bem aqui, meus amigos são daqui também, não tenho vontade nenhuma de ir para outro lugar. (...) É segurança, confiança. Eu gosto daqui.

Na fala da entrevistada, podemos observar a ênfase dada em sua relação com o município. Essa fala de Marcia aponta o quanto o local é relevante para ela, uma vez que várias gerações de sua família estiveram presentes naquele contexto. Uma das principais afirmações que Marcia realiza é em relação à familiaridade dela com o ambiente em que reside.

(...) me sinto em casa aqui em Marilândia. Sinto assim, bem, bem minha casa, não sei se eu me acostumaria em outro lugar, eu gosto muito daqui. Não, eu não sei se eu me acostumaria, por eu sempre viver aqui. Igual eu fiquei um tempo em Apucarana. Ah é gostoso e tal, mas sempre dá saudade de ter vivido aqui e por estar todo mundo perto, meus pais, meus avôs, meus irmãos, eu não sei se eu conseguiria ficar longe deles.

Podemos observar a ligação de Marcia com a cidade, afirmando sobre a possível dificuldade em se mudar, principalmente em virtude da relação às raízes familiares que estabeleceu com o município. Essa característica assinalada na fala de Marcia oportuniza pensarmos em suas inseguranças, uma vez que aponta a dificuldade em ficar longe dos seus familiares por muito tempo. É o que justifica na fala abaixo, ao ser questionada sobre o que a motiva permanecer em Marilândia do Sul.

Por ter a minha família toda aqui, pelo meu pai, pela minha mãe, por ser uma cidade tranquila, sossegada. Se precisar de alguma coisa, assim. Não tem tudo, a gente precisa sair bastante para Apucarana, Londrina ou Araçongas para ir para um médico, mas é perto, então dá. Mas basicamente eu ficaria pela minha família mesmo.

Marcia é a sétima filha de oito irmãos. Relata que a maioria de seus irmãos residem próximos a sua casa e outros familiares são seus vizinhos, ou seja, a sua vizinhança é composta basicamente de pessoas de seu convívio desde que nasceu.

Com base nesse discurso sobre a vizinhança, Marcia relata sobre como é viver em Marilândia do Sul afirmando:

Se é uma cidade boa para se viver? Eu gosto daqui, não penso em mudar, se eu pudesse escolher, eu continuaria aqui, não mudaria para uma cidade maior, eu gosto de viver aqui. (...) É bem tranquila, bem sossegada. Tem violência, essas coisinhas que não tem como fugir, mas no geral é bem tranquila mesmo. Até o ponto de não ter onde ir, de não ter onde sair, de não ter muito o que fazer, mas é uma cidade boa, bem sossegada.

Com base no que havia relatado solicitamos que Marcia falasse mais sobre o que ela chamou de violência.

Então, tem sim, não vou dizer que não tem violência porque tem. Mas assim, se for comparar com as cidades vizinhas, até que é tranquila em vista assim, vamos supor Mauá, Faxinal, Ortigueira... é até mais tranquila, mas tem assim, furtos, alguma coisa de vez em quando. (...) Então, sempre tem uma coisa ou outra, mas não é nada assim muito fora do... Normal não é, mas nada assim tão fora da normalidade.

No relato de Marcia, podemos perceber que, em relação as situações de violência, a entrevistada acaba por minimizar o que ocorre em seu contexto: Primeiramente, relata que são normais e utiliza-se de uma caracterização no diminutivo demonstrando a irrelevância de tal situação no cotidiano. Posteriormente, aponta que na localidade em que reside situações de violência ocorrem com menor frequência do que em outros municípios da região.

Esse discurso de Marcia nos remete a pensar na naturalização dos eventos relacionados à violência, uma vez que ao afirmar que ninguém consegue fugir desse fenômeno, considera que as pessoas são passíveis de serem vítimas da violência a qualquer momento. Esse aspecto é importante para indicar o que estamos chamando de medo, uma vez que essa sensação caracterizada por Marcia, é um fator gerador de insegurança e ansiedade nos mais diferentes contextos em que a violência é apontada como frequente.

Entretanto, Marcia, refere-se ao município como um local tranquilo e, quando se percebe naturalizando a violência, tenta sinalizar que não concorda com tal naturalização, porém, mantém seu discurso minimizando o que considera uma violência normal no município.

Diante de um momento de silêncio solicitamos que a entrevistada falasse sobre outros aspectos de sua vivência no município e ela começa a falar sobre aquilo que percebe que falta naquele local.

Em relação ao emprego... É, o difícil aqui em Marilândia é a parte de emprego, igual eu te falei, tive que sair uma época para trabalhar. As vezes falta emprego aqui, então tem bastante gente que tem que sair daqui, ir para Apucarana, ou uma outra cidade vizinha para trabalhar, porque aqui não tem emprego para todo mundo. É essa a parte que eu acho que é mais difícil de viver em cidade pequena. Não sei se em todas as cidades são assim, mas esse é um problema maior que eu vejo, essa questão de serviço que não tem para todo mundo.

Podemos observar que sua fala está relacionada as suas vivências com o território afirmando que essa é uma dificuldade que sempre ocorreu em Marilândia do Sul. Vejamos.

Sempre, desde que eu me lembre sempre foi assim. Sempre bastante gente indo trabalhar para fora. Acorda cedo, pega o ônibus, vai para Apucarana. Tem muita gente que trabalha em Apucarana. Pega o ônibus de manhã e volta a tarde para trabalhar, porque aqui infelizmente não tem para todo mundo.

Ao ser questionada sobre os sentimentos que essa situação gera, ela afirma que o sentimento é de desconforto. No relato de Marcia, a falta de emprego está ligada à uma sensação

de insegurança da população em relação ao mercado de trabalho, o que também se refere à sua vivência em relação a busca por trabalho fora do município.

É gera um certo desconforto. Seria tão bom se ... eu graças a Deus tenho o meu emprego aqui. Eu já trabalhei também em Apucarana, quando eu não morava lá, de ter que ir de manhã bem cedinho e chegar quase a noite, é bem mais cansativo, causa um certo desconforto na gente, ter que acordar de madrugada e ir trabalhar. E é bem mais conveniente, menos cansativo se tivesse um emprego aqui para todo mundo, mas infelizmente é assim.

Além da própria vivência em relação à necessidade de residir fora do município para trabalhar, Marcia também relata dificuldades relacionadas à falta de emprego na cidade que atingiram também a seus pais.

Meu pai e minha mãe passaram por bastante dificuldade em relação ao desemprego. Nós somos em oito irmãos, um perto do outro. Tinha que sair para trabalhar fora, minha mãe ficava sozinha a semana inteira, com um monte de criança, a gente passou bastante dificuldade. Graças a Deus ele deu conta de criar todo mundo, mas essa questão do desemprego desde sempre. Tinha que sair para Apucarana ou para outra cidade e ficar a semana inteira fora, vinha só no final de semana e a minha mãe cuidando da gente. E eu já tive que sair também. De emprego é bem complicado.

Dando ênfase a outro aspecto relacionado ao cotidiano no município, a entrevistada se refere à ausência de espaços de lazer, afirmando que essa seria outra das necessidades percebidas por seu grupo social.

Mais lazer talvez, como eu disse não tem muita opção, se quiser sair, dar uma distraída, tem que ir para Apucarana ou Londrina, não tem muita questão de lazer aqui. Não tem muito o que fazer, que eu também acho que faz um pouco de falta. A gente que é jovem assim, para a gente sair, dar uma espairecida de vez em quando, aqui não tem muito o que fazer. Não tem opção, tem que sempre sair para fora. (...) se quiser fazer alguma coisa tem que sair mesmo, para fora, Apucarana, Londrina, aqui não tem muito, não tem um restaurante, uma lanchonete, um barzinho para ir, não tem.

Tais afirmações de Marcia nos revelam um aspecto importante da rotina de Municípios de pequeno porte para a faixa etária selecionada, uma vez que nos remetem a ausência de espaços de lazer e de trabalho. Essas necessidades estão diretamente relacionadas a algumas características que compõe o período do desenvolvimento do adulto jovem.

Ausência de emprego é o ponto levantado pela entrevistada que mais possui relação com a insegurança. Com base no relato de insegurança indagamos a ela sobre os medos de seu grupo social e ela relata que nunca haviam pensado sobre isso, tanto que ao começar a falar sobre o medo Marcia, não dá continuidade ao seu relato, retornando a sua fala sobre o desemprego, afirmando não achar que sejam motivadoras de medo no seu grupo social, mas de insegurança profissional.

Ah, nunca conversamos sobre isso. Sobre medo não (...) talvez essa questão do desemprego. Medo assim de talvez... Eu mesmo não tenho segurança no meu serviço. Então do nosso grupo ninguém tem aquela coisa certa. Então é isso, insegurança na parte profissional, mas medo não.

4.1.2 – Marcio

Marcio, 34 anos, servidor público desde 2004, atua como técnico administrativo e para complementar a renda, como cozinheiro. Reside em Marilândia do Sul desde seu nascimento. Atualmente é casado e mora com sua esposa e dois enteados.

Ao ser questionado sobre a sua relação com Marilândia do Sul, Marcio relata sobre a história de sua família com a cidade, afirmando ter começado antes mesmo de seu nascimento. Pontua que se sente privilegiado por ter em sua certidão de nascimento o nome do município.

Na verdade, a minha família chegou... meu pai chegou aqui já tem alguns anos. Eles vieram de Sertanópolis, né. E a família da minha mãe, sempre morou. Nasceu aqui no município de Marilândia. Meu tataravô, foi um dos desbravadores daqui de Marilândia pelo lado da minha mãe. Ele até ajudou a construir a igreja matriz, ali. Então, já tem um vínculo familiar, muito grande. É uma história já bem antiga com a cidade de Marilândia. Então, nasci aqui, antigamente existia um hospital, então, a gente teve o privilégio da nossa certidão de nascimento constar que nasceu dentro de Marilândia, né.

Marcio afirma que por muito tempo residiu na zona rural do município e que somente mais tarde foi para a cidade e conta que esse primeiro impacto foi traumático.

(...) a minha infância com relação aqui em Marilândia, eu passei por um momento meio complicado aqui. A gente morava na zona rural, e por um certo período a gente morou em Marilândia. Nesse período que a gente morou aqui dentro da cidade, para

mim foi uma experiência boa, pela questão de estar morando dentro da cidade. Porém, foi uma questão meio traumática na minha infância, morar aqui na cidade. Mas assim, não posso reclamar, é um lugar gostoso de se viver, sim!

Ao ser questionado sobre esse fato relata que essa situação teve relação com a falta de emprego no município e pela necessidade de seu pai ir trabalhar em outra região do Estado do Paraná, relatando que naquela época havia uma dificuldade para manter contato com outras localidades, o que também contribuiu para as dificuldades da família.

É meu pai trabalhava numa fazenda, mas por um motivo não deu mais certo (...) Ele saiu dessa fazenda e um primo dele conseguiu um serviço para ele em Bela Vista do Paraíso. Era um serviço temporário, de seis meses. E lá onde a gente morava, que era num distrito de Marilândia não tinha casa para alugar, e meu pai conseguiu uma casa aqui em Marilândia, até mesmo porque eu e minha irmã, a gente estava no período escolar não daria para a gente morar no sítio, porque daí era só eu, minha irmã e minha mãe. (...) A gente saiu do sítio, que a gente tinha todo um convívio e mudou para uma cidade. A gente já sentiu a mudança, a gente já estranhou. A gente saiu de uma escola e entrou em uma outra escola, então a gente também já estranhou. (...) Um certo dia a minha irmã, ela ficou doente. Meu pai vinha a cada vinte dias (...) Nesse período a saúde, na época, não tinha um remédio (...) e minha mãe teve que comprar o remédio. Ai minha mãe teve que pagar aluguel, luz e água, e minha mãe teve que inteirar o dinheiro do remédio com o que a gente iria usar no mercado. Então, naquele mês a gente passou assim, por um período complicado. A gente comprou o remédio da minha irmã (...) mas o que a gente tinha dentro de casa foi acabando.

Marcio, mesmo relatando tal situação, afirma que seu sentimento em relação à Marilândia do Sul é de pertencimento e mesmo pensando na possibilidade de mudar-se não acredita que isso faça com que perca o vínculo já existente.

Acho que pelo fato de ter nascido aqui, de ter sido criado daqui. Pelo fato de meu sustento sair daqui, da minha família. Das minhas alegrias, das minhas tristezas. Então assim, de me ver aqui. Então assim, não sei, pode acontecer. (...). Posso, futuramente, ter algum outro trabalho fora de Marilândia, fazer alguma outra coisa fora de Marilândia, mas sempre alguma coisa em Marilândia irei de ter. Alguma coisa minha em Marilândia irei de ter, seja algo para passar um dia (...) Marilândia, é uma parte da minha história que vai ficar e não tem como mudar. Eu nasci, possivelmente é aqui

que eu vou... minha família é daqui, então assim, posso até futuramente, trabalhar em outro lugar, viver até fora daqui, mas assim um pedaço dela vai ficar aqui.

Esse relato retrata a importância que o município tem para ele e o sentimento que envolve essa relação. Contudo, afirma que pôde acompanhar as mudanças no município, algumas para melhor outras para pior. Em suas palavras

Da minha infância, não se tem muita mudança daquilo que ainda é hoje. Na verdade, assim, algumas coisas não existem mais, algumas coisas melhoraram, algumas coisas que antigamente eram boas, já não existem hoje. Infelizmente. E algumas coisas que lá atrás não existiam e que hoje atende-se muito bem. Então assim, é razoável. Algumas coisas lá atrás eram boas que hoje não existe, E hoje... que lá atrás não existia e hoje existe.

Ao afirmar sobre essas mudanças pedimos para que Marcio falasse mais sobre elas, identificando quais foram e o que achava que havia melhorado ou piorado. Marcio relata que o atendimento em saúde, lugares de entretenimento e emprego são alguns aspectos que pioraram no município, levando em conta a história que vivenciou e o que escutou de outras pessoas de Marilândia do Sul. Nas palavras do entrevistado

(...) antigamente existia um hospital, que as pessoas se tratavam aqui. Infelizmente, hoje não existe mais. É ... e várias outras coisas. Não é da minha época, mas em Marilândia já existiu um cinema. Né, não na minha época, já se falava que em Marilândia existiu um cinema. Existiu mais empregos em Marilândia. Então assim, Marilândia já foi ... já teve mais habitantes, já teve mais empregos. Então já foi um lugar melhor ainda para se viver. Né! Hoje em dia tá bem escasso, já virou, bem dizer tá quase virando uma cidade dormitório. A maioria do pessoal tá indo trabalhar fora, os que estão aqui ou vai ter que viver trabalhando na roça né. O que é, o que está sobrando aí pro pessoal.

Por outro lado, Marcio relata que ocorreram melhorias em Marilândia do Sul, principalmente nos setores da educação e na garantia de acessibilidade a outros serviços.

Eu acho que as coisas são mais acessíveis hoje, né. Não só em Marilândia, acho que em todo lugar as coisas hoje são mais ágeis. (...) A educação, acredito que melhorou, tendo em vista que, na minha época a forma que, principalmente, a gente que morava na zona rural a parte do transporte escolar. Assim, melhorou-se muito. A gente tinha

que andar dois quilômetros para chegar na escola, a pé, todo dia e voltar. Hoje, basicamente assim, o transporte escolar busca na porta da casa, bem dizer.

Contudo, pelo fato de Marcio não ter tocado em momento algum na questão da segurança, o entrevistador acabou questionando-o sobre esse setor, levando o entrevistado a falar sobre algumas inquietações que possui em relação aos serviços de segurança. Relata uma dificuldade no reconhecimento da ação dos serviços que garantam a segurança da população, uma vez que tem críticas ao modelo observado nas abordagens e na resolução dos problemas, destacando que “a população ela desacredita da polícia. Porque quando você precisa ela não está”. E continua:

A questão da segurança, não vejo avanço. Na verdade, eu vejo assim, particularmente, eu vejo muita camaradagem da questão. (...). Entende, eu acho que a polícia deixa muito por agir, por ser conhecido, por ter amizade, e não exerce sua função. (...). Já vi, várias coisas acontecerem e que polícia botou panos quentes em cima e as coisas não se encaminharam e no futuro acabou acontecendo, por que lá atrás a polícia tentou segurar. Tentou segurar não, a polícia segurou. Tentou proteger e tentou resolver conversando ali, sem tomar as necessidades cabíveis na hora e aí onde acontece tudo isso.

Ao ser questionado sobre a presença de situações de violência no município, Marcio afirma que não sabe dizer se é porque não acontecem ou se é porque não são conhecidas, pelo fato de os serviços de segurança poder manter as informações desconhecidas da população. Afirma que sabe mais daquilo que acontece fora do município de Marilândia do Sul, nos municípios da região.

Pelo conhecimento a gente não sabe se é muito violento como alguns outros municípios. Tem alguns municípios que tem o índice de violência maior, mas pode ter aqueles casos de violência que a gente não tem conhecimento. O que a gente tem conhecimento são aqueles casos que a sociedade fica sabendo, mas quantos outros que acontecem lá dentro das casas, que acontece lá e que a gente não sabe. Até mesmo por esse fato, da polícia. Saber que não vai adiantar correr atrás da polícia. Ah né, porque a polícia não vai resolver. Então, a gente não sabe até onde esse índice da violência dentro do nosso município está correto ou não. Porque assim, será que está sendo denunciado. Será que as pessoas não têm medo de ir na polícia de denunciar porque foi agredido e acabar em nada. Então, assim o nosso índice de violência acredito que

não seja tão alto quanto em outros municípios, são fatos que tem que ser relevados, por que será que todos os atos de violência é registrado ou não. Todas as pessoas que sofrem esse ato vai denunciar? Não. Então assim, fica complicado saber né.

O discurso de Marcio remete à sensação de insegurança em relação às dificuldades observadas nos serviços que deveriam garantir proteção, levando-se em conta principalmente o manejo das situações que são conhecidas. Há também uma incerteza em relação a tantas outras violências que não chegam a ser notificadas e por isso ficam veladas. Entre as principais situações apresentadas por Marcio que proporcionam medo e a insegurança, estão aquelas relacionadas ao gênero feminino.

Marcio, relata que observa muitas situações de violência relacionadas a esse público e que ficam veladas no grupo social, por fatores que descreve como sendo a fragilidade do tipo de assistência prestada no município.

Eu acho assim, a mulher é a que mais sofre. Porque assim, por mais que existe uma lei que ampare a mulher, essa mulher é muito desamparada porque a lei ainda é muito frágil. Nem todos os municípios tem a delegacia da mulher. Porque assim, não adianta. Existe a lei Maria da Penha, porém a delegacia mais próxima que tem a delegacia da mulher é Apucarana. Então se acontece um fato aqui dentro do município e você vai ali registrar um boletim de ocorrência, a polícia dá um jeito “Ah tá, tudo bem”, registra o caso, dá encaminhamento no processo. E assim, não vi ... poucos casos de alguém que foi preso porque agrediu uma mulher. Poucos casos. E assim, a gente sabe que isso acontece toda semana. Então, eu acho que a mulher é muito desamparada na questão da violência. São fatos assim ... quantas não morrem no Brasil todo dia.

Uma vez que o entrevistado estava falando sobre a insegurança e a violência no município de Marilândia do Sul, o pesquisador questionou a respeito dos medos presentes do cotidiano do grupo social de Marcio. Ele afirma que percebe um medo relacionado à retaliação para com aqueles que se envolvem demais com as lutas para a melhoria da cidade, principalmente quando os temas são às políticas de saúde, educação e segurança.

Eu acho que envolve um pouco a questão política, envolve a questão... a força de vontade da própria cidade. Envolve um medo da população se organizar e cobrar e ao mesmo tempo assim a questão da sociedade cobrar alguma coisa e até que ponto a sociedade vai conseguir cobrar e alguém de lá para cá não vai encurralar todo mundo. Não sei, assim. Poucas pessoas que assim, tem essa visão assim “vamos melhorar,

vamos somar ideias, vamos lutar por uma sociedade mais segura, por uma saúde melhor, por uma educação melhor”. Só que quando você aborda, principalmente esses três temas, as pessoas acham que você já quer ser candidato. “Ah fulano, já quer ser candidato”. E aí já começa a virar aquela bola de neve, e aí você já não consegue fazer mais nada por essa questão política. Aí já vem um grupo, já vira uma bagunça e aí você já não consegue. E a sociedade não caminha. E eu acho que é por isso que Marilândia hoje, ela não consegue. Ela começa bem uma ideia, ela sai do lugar, mas ela vai até a metade e ela para. Aí morre o assunto. Aí certo momento ela começa uma outra ideia, ela levanta, ela vai até certo caminho, ela para e acaba. Por que é exatamente isso. Quando uma ideia ela começa a levantar, ela começa a caminhar ela vai até na metade do caminho, lá na frente quando a ideia começa a funcionar e começa a alarmar muito, a ideia acaba.

Ainda com relação ao medo da população, o entrevistado foi questionado sobre quais seriam os seus medos, ao que ele relata “eu tenho, não que seja medo. Medo eu não tenho, mas tenho raiva da injustiça”. Justifica tal afirmação dizendo que sente medo principalmente da sensação de insegurança e afirma “tenho, é claro, você vai ter medo da questão da segurança acho que todo mundo tem, né. São esses tipos de coisa. A insegurança que eu tenho medo e a injustiça que é umas coisas que eu não gosto”.

Com relação ao que chama de injustiça, Marcio relata situações que poderiam ser resolvidas sem grandes danos, mas cujas soluções não acontecem. Refere que muitas vezes ele tem desentendimentos com algumas pessoas por questionar situações que acontecem na comunidade e que acredita que são injustas. Ele se sente incomodando e percebe que as pessoas se incomodam com ele, principalmente pelas desavenças que acabam ocorrendo.

As vezes assim, são coisas que nem é comigo e eu acabo tomando frente, porque eu não gosto de ver aquela situação. Então, eu acabo comprando a briga, acabo se metendo no meio. Então, assim, é isso que me incomoda. Não que eu tenha medo, mas é onde eu acabo incomodando algumas pessoas. E acabo tendo algumas desavenças.

Com relação à associação que Marcio trouxe entre a insegurança/medo e a injustiça, pode-se perceber que acredita que uma é consequência da outra, uma vez que mesmo que busque a resolução dos problemas ainda existirá a incerteza de que elas possam ser resolvidas pelos serviços que existem para esse fim.

Porque até mesmo assim, a questão da segurança, você sabe que você paga seus impostos que não são poucos. E pelo fato assim, aconteceu ninguém está livre de algo acontecer, um roubo ou qualquer situação dessa. (...) Então isso, a questão da segurança em si, é o que ao mesmo tempo me incomoda porque é uma coisa injusta, e ao mesmo tempo nos põe medo, porque a hora que você precisar ela não vai te socorrer.

Ainda em relação a esse fator, Marcio aponta que sente que há uma dificuldade na garantia de proteção da população. Afirma compreender o fato de que não há como toda a população ser atendida, mas acredita que os impostos gastos poderiam ser melhor aplicados em segurança. Essa situação, segundo Marcio, é um gerador de insegurança, uma vez que acredita que o efetivo policial disponível se mostra insuficiente para lidar com as situações de violência que ocorrem, sobretudo, em cidades como Marilândia do Sul.

É porque assim, é injusta porque assim, acredito que na hora que você... ela teria que estar ali para te atender. Claro que assim, ela não vai conseguir atender oito mil pessoas, no caso a população de Marilândia, mas deveria ter. Não que as oito mil pessoas vão precisar no mesmo tempo, mas eu acho que tem tanto dinheiro desviado por ai, que deveria ser mais investido na questão da segurança. Isso deixa a população um pouco insegura, porque assim você está pagando todos os seus impostos e ai quando você precisa da questão da segurança você vai lá e/ou a polícia vai te enrolar, vai te atender e vai te encostar lá (teu documento), e vai dar andamento do que você foi fazer, como já aconteceu. E ai assim, você vai voltar para sua casa e pronto (...).

E continua:

O interessante é, você foi lá você registrou o boletim de ocorrência e acabou. Só registrou, ninguém quer saber, “a polícia foi atrás?”, “a polícia foi investigar alguma coisa”, por que só pelo fato de ir lá registra e larga lá, não vai resolver. Não sei, sei lá. Meio complexo o negócio. Isso causa medo, isso causa raiva pela questão da injustiça. Por que as pessoas vão precisar e a gente pensa que teria que ser de uma outra forma e não vai ser dessa forma que a gente quer.

Instigamos Marcio a falar sobre como eram as coisas antes e ele frisa que a segurança é uma das coisas que pioraram, mesmo percebendo as melhorias nos instrumentos utilizados para a realização do trabalho.

Não que era mais seguro, não que tinha mais policiais na rua. Mas acredito que não

existia o que existe hoje na questão roubo, bandido. Você via falar muito menos, do que você falar hoje. A questão de roubo essas coisas. É claro que antes, é bem melhor do que é hoje. A questão do atendimento, você via delegado que ficava só ali, hoje em dia você troca de delegado – Marilândia ficou sem delegado um bom tempo. Então, antigamente, infelizmente pela parte de recursos do que a polícia tem hoje e do que a polícia tinha há 30 anos atrás, acredito eu, que a polícia de 30 anos atrás funcionava muito melhor do que a polícia de hoje que tem muito mais recursos, pela questão de veículos e tudo mais, pela questão da internet que hoje existe e que antigamente não se existia.

Além disso, ao falar sobre a segurança retrata que houve mudanças no modo como as pessoas se relacionam atualmente o que também implica em uma sensação de insegurança. Para ilustrar a questão Marcio fala da educação, referindo-se ao respeito em relação àquilo que é privado, afirmando que “acredito eu que a população também se respeitava mais e hoje, já é totalmente diferente”. Ao solicitar que ele falasse sobre essas mudanças ele afirma:

É muito estranho porque eu não sei assim se os pais, a forma de educar dos pais, mudou. Não sei se o mundo mudou, não sei te dizer o que evoluiu de lá para cá. Não sei. Há uma diferença muito grande. O respeito entre as pessoas mudaram. Muita coisa, muita coisa mudou assim. Eu vejo minha época de quando eu estudava, a forma da gente tratar o professor e até mesmo a forma do professor tratar a gente. Hoje eu vejo os professores na sala de aula, assim, é totalmente diferente. Então, assim não sei dizer o porquê de mudar tudo isso, não foi só, também, os pais que mudaram, tudo mudou. As regras mudou, a lei mudou, tudo foi mudado.

Ao ser questionado sobre as suas inquietações em relação à Marilândia do Sul, Marcio fala sobre o afastamento das pessoas como uma dificuldade que percebe no município. Afirma que há uma dificuldade das pessoas se unirem: “eu vejo muita desunião das pessoas da cidade. Em tudo, tanto comércio, das igrejas. Acho que deveria ser uma pouco mais unida sabe, mais próxima. Eu vejo assim, que é cada um por si. Não vejo essa coisa mais próxima”.

Marcio relaciona essa sensação às suas experiências quando criança, lembrando que morava na zona rural do município e as pessoas residiam umas próximas as outras. Nas palavras dele “era todo mundo mais próximo e tem aquela coisa de se ajudar mais. Aqui é um pouco mais distante, assim. Então acho que isso me chama um pouco a atenção”.

Em contraposição a esse fenômeno Marcio relata que Marilândia do Sul era uma cidade que se destacava na região, pois a população se unia para a realização de uma festa

municipal. Afirma que já escutou várias histórias de pessoas que residem na cidade há mais tempo e que se encanta com esses relatos.

(...) é bem mais antigo que eu. Marilândia já foi bem mais agitada, dizem também. Não é minha época isso daí não. Na minha época Marilândia já estava mais calma, já. Mas Marilândia já foi muito bem agitada, já. Festas e festas, Marilândia já teve cinema. Já teve pontos de encontros, lanchonetes. O pessoal vinha de fora. Já teve bastante... já foi um lugar bem movimentado e animado. O clube era um ponto, nossa. O clube era um ponto turístico de Marilândia. O clube era, assim, Nossa! O lugar mais chique do lugar. Só que tudo isso foi se acabando, né. Foi se acabando, foi se desanimando. As pessoas foi perdendo um pouco, não foi dando muito valor.

Assim, Marcio retrata em seu relato a trajetória de Marilândia do Sul ao longo de sua própria história. Associa as mudanças que ocorreram no município com aquelas que ocorreram em um contexto mais amplo, principalmente ao falar sobre a convivência entre os munícipes antes, comparando-as com as de agora, e a sensação de insegurança advinda dessas mudanças.

4.1.3 – Andréia

Andréia, 50 anos, reside no município desde que se casou, em 1986. Relata que nasceu em outro município que fica na região, Rio Bom. Desde 1994, é servidora pública e afirma já ter atuado em diversos setores do município, em funções administrativas. É casada e tem dois filhos. Em Marilândia do Sul constituiu família e trabalho.

Afirma que antes de se mudar para Marilândia do Sul, não tinha pensado em morar na cidade: “Sempre eu passava por Marilândia com a minha família, mas morar por aqui não mesmo”. Relata que o que motivou sua mudança para município foi o seu casamento que no início foi bem difícil, principalmente pela falta de emprego.

(...) foi uma época difícil porque meu esposo, só ele trabalhava, e a gente casou e as coisas difícil, demorou acho que uns três ou quatro anos para ter meu primeiro filho, mas depois graças a Deus a gente superou as dificuldades, ele foi trabalhando eu também comecei a trabalhar na prefeitura em 93¹⁸.

Andréia relata as diversas dificuldades que existiam no município, falando sobre as

¹⁸ Andréia passou em um concurso nesse ano e iniciou seu trabalho somente em 1994, após aperfeiçoamento realizado.

mudanças que ocorreram desde sua chegada até agora. Uma das principais mudanças está relacionada a infraestrutura, principalmente o saneamento básico do município.

Eu mesmo quando eu casei que morava aqui [residência], uma das coisas até de infraestrutura, a gente não tinha água encanada, não tinha, o pessoal que morava aqui [residência] tinha que ter bomba, tanto é que eu tenho até hoje o meu poço com bomba. Era difícil.

Sobre essas dificuldades, apesar das melhoras relatadas pela entrevistada, ela afirma que a falta de emprego ainda é um problema presente em Marilândia do Sul.

Hoje eu vejo que está muito bem a parte da Saúde, a parte da Assistência Social, melhorou bem, a cidade em si, a aparência da cidade melhorou bastante também. O que eu vejo que falta muito em Marilândia ainda é a questão de emprego né, uma frente de trabalho, que não tem indústrias, eu vejo ainda que o pessoal sai muito daqui para ir trabalhar fora todos os dias.

Ao ser questionada sobre o que ainda necessita ser melhorado, Andréia continua falando sobre a ausência de trabalho, afirmando que isso impulsiona a procura da população por programas da Assistência Social que visam o auxílio a renda o que acarreta problemas para o município.

(...) eu vejo que ainda falta muitos empregos em Marilândia, porque se tivesse mais emprego, eu vejo assim né, o pessoal não teria que procurar tanto, lógico que existe esses programas da Assistência pra isso mesmo, mas eles vão muito, procuram, procuram porque eles não tem uma maneira de buscar outra renda para eles né, e isso se torna um problema social do município.

Propusemos que Andréia falasse mais sobre as dificuldades que observa no município e ela relata a respeito da violência. Afirma que “tem, dizer que não tem, a gente também tem aqui muita violência, como tem em todo lugar”. Andréia compara Marilândia do Sul com outros municípios em relação à violência e conclui que não há violência como nesses outros locais, mas que mesmo assim uma das dificuldades seria a falta de policiamento.

É, aqui até poderia ter mais esse, fazer esse policiamento. Esses dias eu estava conversando com uma pessoa e estava até questionando, porque estão pedindo, até para o próximo gestor, porque essa questão que só tem algumas rondas né, mas não tem um trabalho eficaz de proteção né.

Assim, essa sensação de insegurança, segundo a entrevistada, é compartilhada com outras pessoas e é um assunto presente no cotidiano do município. Complementando essa fala a entrevistada afirma que “(...) sempre tem alguém tentando, esses dias tentaram roubar o vizinho do lado, só tem aqueles guardinhas que fazem a ronda né, as vezes poderia ter uma Guarda Municipal”.

Ao ser questionada sobre a violência, Andréia relata situações que ocorreram no local em que reside com sua mãe e um vizinho. Sobre o que ocorreu com sua mãe afirma que “já entraram na casa dela [mãe] de dia, já roubaram a casa dela de dia, o que eles conseguiram levar eles levaram né”, e afirma que por esse motivo prefere que sua mãe não fique em casa durante o dia, afirmando que “ela tem a casa dela, mas durante o dia eu prefiro que ela fique aqui, porque o [nome de seu esposo] está aqui, está sempre cuidando dela”.

Outra situação relatada foi a de um vizinho, “já teve uma violência com o dono do posto também (...) ali teve até tiro né, tiroteio, ele só não morreu por uma questão assim ...”, retratando que aquilo que chama de violência está ligado diretamente a algo que produz ameaça direta a vida dos moradores.

O fato é reforçado quando Andréia fala sobre os roubos que ocorrem no município: “isso foi o mais violento, mas outras coisas aqui mais é roubo mesmo, que eles tentam roubar, assustar as famílias né”. Andréia relata que sua residência possui muros altos, pois depois de uma tentativa de roubo à sua casa, optaram por se proteger dessa forma.

(...) aqui em casa também, mas já faz muito tempo né, já tentaram também, por isso que a gente fez esses muros tudo alto na minha casa né até para trás, até para a gente se proteger contra a violência, mas fora isso assim, é bem mais tranquilo do que tem muita violência.

Segundo Andréia, no município de Marilândia do Sul, existem rondas que são feitas por pessoas civis mediante o pagamento de uma taxa mensal. Afirma que é um serviço particular e que as rondas ocorrem das vinte e duas horas até as seis horas da manhã do dia seguinte, mas afirma que isso não garante proteção, reforçando a ideia da importância da implantação da Guarda Municipal.

(...) tem um guardinha que ele passa, uma ronda, ele vem das dez horas até às seis horas, mas ele faz a ronda aqui e vai para Marilândia, então até de Marilândia já aconteceu alguma coisa aqui, mas isso é o pessoal que paga né, particular, as vezes se tivesse uma Guarda Municipal seria até interessante né.

Os roubos segundo Andréia, são praticados por adolescentes para conseguir dinheiro para comprar e fazer uso de substâncias psicoativas.

Eu acho que tentam assaltar aqui, mas são esses meninos mais assim, como dizem esses adolescentes, porque na minha mãe mesmo eles roubaram e levaram parabólica, levaram carne que estava na geladeira, acho que é uma coisa mais para eles venderem, até para eles conseguirem algum dinheiro para uso deles né, para uso de drogas deles.

Dessa forma, embora relate que a cidade seja tranquila quando comparada com outros municípios com população maior, ressalta a necessidade de aumentar a proteção, através da criação da Guarda Municipal, remetendo a uma sensação de insegurança presente.

Como esses dias o pessoal comentando comigo lá para a gente conversar, criasse uma Guarda, eu também acho que é uma ideia interessante né, uma Guarda Municipal para o município. Mas em relação ao que a gente vê em outras cidades maiores né, que a gente acompanha né, Marilândia é super calma, é super tranquila em relação as outras cidades maiores, é uma cidade muito calma, gostosa para viver.

Outra queixa de Andréia sobre o município é a ausência de espaços de lazer e atividades de contraturno, para que as crianças e adolescentes não fiquem ociosas ou nas ruas, o que, para a entrevistada, configura uma condição que oferece risco, destacando o perigo do envolvimento no uso abusivo de drogas.

O [bairro do município] é aquele novo que abriu ali para baixo. Mas tudo aquela molecadinha, era umas duas horas, três horas, tudo aqueles jovens tudo correndo para rua, brincando, às vezes se tivesse algum potencial de ter alguma coisa para eles poderia não ficar ali né. Então se querem fazer um curso é só pago, tem que ir fora, poderia ter um curso de sei lá, de inglês, de espanhol, aula de violão, que eu sei que muita gente gosta né, é assim ... Eu vejo aquela molecadinha correndo para lá. Infelizmente isso chega, para alguns chega pior né. Uns começam a passar a usuário, viram usuários porque não tem né, os pais têm que trabalhar, e a criançada chega da escola, fica sozinha em casa, fica para rua, isso falta. Mas eu não sei se o financiamento do município comporta ou se não comporta.

Complementando essa fala, Andréia relata que há uma dificuldade de compreender o que poderá acontecer com essas crianças, atribuindo essa instabilidade ao nível socioeconômico da família e a dinâmica de trabalho dos pais, retratando da seguinte maneira “Infelizmente a

gente não sabe qual é a procedência, porque as famílias são de baixa renda. Como são famílias de baixa renda, às vezes os pais saem para trabalhar e não sabe nem o que os filhos estão fazendo”.

Andréia, relata sobre as pessoas que estão em situação de risco, associando o baixo poder aquisitivo à vulnerabilidade de crianças e adolescentes, uma vez que famílias que tem algum poder aquisitivo, segundo a entrevistada, podem fornecer maior proteção aos filhos.

Por isso que eu falo acho que influencia a família não ter estrutura. E é isso que falta em Marilândia, as vezes se tivesse alguma atividade, algum incentivo né, as vezes os meninos em vez de ficar na rua para lá e para cá, ficar nas ruas a tarde, ou quem estuda estar de manhã nas ruas, não teria isso, fica a tarde, mas não tem. Eu acho que isso é preocupante, preocupante para o futuro, principalmente para essas famílias que não tem estrutura, porque quem tem estrutura manda seus filhos fazer curso ali em Califórnia, porque eu sei que ali fazem curso de inglês, vão para uma academia, quem tem uma estrutura, mas quem não tem, infelizmente né.

Ao ser questionada sobre o sentimento em relação a essa situação que ocorre no município ela relata tristeza e até culpa, conforme o relato a seguir: “porque a gente também poderia dar algo melhor da gente, ajudar, fazer serviço voluntário, mas nem isso existe para a gente fazer também”. A entrevistada relata sentir-se responsabilizada pela situação encontrada, porém logo afirma que uma das dificuldades é a ausência de vontade política do município para efetivamente criar espaços para essas atividades, “mas eu acho que não é falta de ideia, acho que é falta de o município mesmo criar”. Andréia afirma que essa situação conduz ao medo do futuro e retoma suas preocupações acerca do medo do envolvimento das crianças com o uso de drogas, bem como as consequências dessas situações.

(...) este medo eu acho que todo mundo tem, acho que tem filho pequeno hoje em Marilândia tem medo, o que vai ser quando aquela criança tiver adolescente né. É um medo, as vezes os pais falam que podia ser melhor, não que está ruim, mas podia ser melhor.

Outro fator importante no discurso é a associação do uso de drogas à violência. Pontuando a insegurança com relação à violência gerada.

(...) medo do futuro né, medo do que possa acontecer, porque com esses jovens, adolescentes, porque uma hora, às vezes, porque envolve muito quase toda cidade é em relação as drogas, a droga acho que domina todo o lugar, seja o lugar pequeno seja

lugar grande. Porque esses meninos hoje podem só ser usuários, esse para frente vai que eles vão roubar para poder ter drogas, pode fazer coisas piores, a violência se torna pior, porque como eles estão drogados, eles não têm consciência do que eles podem fazer.

Com base no relato acima, é interessante observar que a entrevistada atribui às “drogas” certo poder sobre a vida do usuário, delegando a elas a função de agir como um controle externo em relação ao usuário, minimizando a responsabilidade do sujeito que pratica a violência e é usuário de drogas.

Caminhando para a conclusão da entrevista, Andréia é questionada sobre os seus sentimentos em relação à Marilândia do Sul e afirma que tem planos de sair do município, principalmente pelo fato de que seus filhos já não estão mais na região e que tem o desejo de permanecer perto deles. Em relação ao sentimento, ela afirma que é um sentimento bom, de alegria, associando-o a sua trajetória pessoal no município.

Aqui eu criei os meus filhos, um deles ainda está estudando depende da gente ainda terminar a faculdade. A gente tira o sustento da gente daqui, então é um sentimento bom, sentimento gostoso, lógico poderia ter sido melhor, mas dentro do que o município proporciona acho que um sentimento bom. Acho que se eu for embora daqui a alguns anos, vai ser assim de tristeza de ter que deixar, mas a gente quer buscar novos horizontes, mas o que a gente viveu até agora não posso reclamar não, sentimento bom.

Finalizando, Andreia afirma “tenho medo, de como vai ser o futuro, mas a atual realidade hoje só tenho a agradecer, por eu ter vivido 30 anos que eu moro aqui em Marilândia”. Ela afirma sentir-se bem e que se sente grata por tudo o que viveu na cidade. Andréia demonstra preocupação em relação ao futuro de Marilândia do Sul, principalmente daquilo que necessita ser desenvolvido e diz que isso passa pelo envolvimento político da cidade e de seus habitantes.

4.1.4 – André

André, 51 anos, afirma que sua história com Marilândia do Sul começa antes de seu nascimento, relatando que seus avós paternos e maternos migraram de outros estados para o município: “um dos meus avós veio do estado de São Paulo, trouxe meu pai. Minha mãe com a família dela veio de Minas Gerais. Minha mãe com menos de um ano... Um ano que estava ai, casou com meu pai”.

O entrevistado relata que nasceu em uma propriedade na zona rural do território de

Marilândia do Sul, residindo no município desde então, mudou-se para a zona urbana posteriormente e afirma que a relação que estabeleceu com o município o faz querer permanecer ali. André relata “Eu gosto desse lugar aqui né. Para mim, não tem lugar melhor que aqui. Pretendo terminar meus dias aqui também, né. Do jeito que começou aqui mesmo, se terminar aqui, tá bom”. Solicitamos que André continuasse a falar sobre sua história com Marilândia do Sul e relata que tem grande relação com o trabalho que exerceu na prefeitura da cidade. André começou a trabalhar na cidade como operador de máquinas em 1989 e depois, por meio de concurso público, passou a atuar como motorista em diversos setores, função que desempenhou até se aposentar.

André relata, exemplificando a relação entre seu trabalho e o tempo que reside em Marilândia do Sul, que:

É um lugar que eu conheço, não vou dizer todo mundo, mas posso dizer que eu conheço 90% da população do município, tanto rural e da cidade. Eu trabalhei na época, 15 anos com máquina, sabe. Prestando serviço, zona rural. Eu posava na casa das pessoas, almoçava na casa das pessoas.

André, afirma que além desse trabalho, aos finais de semana, realizava viagens para outras regiões do Brasil. Relata que conhece muitos lugares, afirmando “conheço bem Curitiba, tenho muito parente em Curitiba, conheço bastantes regiões do Brasil”, entretanto, André afirma que apesar disso, não tem vontade de morar em outros lugares.

É, sempre em viagem. Mas morar mesmo, nunca tive vontade não. Se for para fazer assim, o que certas pessoas fazem. (...) Outro sai daqui – eu tenho amigo que está no Estados Unidos – para ganhar dinheiro. Outro sai daqui vai para a Inglaterra, outro vai para Portugal para ganhar dinheiro. Eu não faço isso. Nunca tive essa ideia.

André apresenta três justificativas para não sair do município, cada uma delas está relacionada a um fator diferente. A primeira justificativa está associada a convivência que estabeleceu com as pessoas do município, afirmando que por esse motivo não possui dificuldades de relacionamento com qualquer pessoa de Marilândia do Sul.

É isso que eu falei para você, o conhecimento. O conhecimento a amizade, né. Amizade. Um povo bom que eu falo para você, né. Aqui o cara pode falar para mim que ali naquele [bairro do município] tem uns cara ai que é mau falado, que vende droga, que mexe com não sei o que. Se eu for ali, eu vou lá de peito aberto e qualquer lugar. Chego lá e converso com eles e eles me respeitam. Sempre foi assim.

Complementando essa primeira justificativa ele acrescenta que a convivência das pessoas em municípios de grande porte é diferente daquela estabelecida em Marilândia do Sul, afirmando que nas grandes cidades “se você não tiver o dinheiro de pagar circular você tem que ir a pé. Não vai aparecer ninguém para te dar uma carona. Não vai aparecer um conhecido, lá e dizer ‘entra ai, eu te levo lá’”. Ao contrário, no município em que reside, as pessoas colaboram umas com as outras e relata que “aqui se eu estiver lá embaixo a pé ‘oh entra ai, eu te levo lá na tua casa!’”, afirmando que essa cooperação não é encontrada nas grandes cidades.

O segundo fator utilizado como justificativa é a possibilidade de ter seu ganho financeiro no município. Afirma que não vê a necessidade de sair de Marilândia do Sul, pois acredita que sua renda é suficiente agora para viver bem na cidade, não necessitando buscar mais do que já conseguiu alcançar até o momento. Como exemplo disso ele relata

Porque eu vou sair daqui para ganhar dinheiro? Ganhar dinheiro eu ganho aqui mesmo. Para mim comer arroz e feijão e viver uma vida humilde, eu vivo aqui mesmo. Vou ganhar dinheiro lá para que? Não tenho essas pretensão, sabe. Pretensão de ficar rico, pretensão de ser maior do que os outros. Maior em termos né. Nunca tive essa pretensão. Tô contente com o que Deus me der.

Ainda sobre essa justificativa, André, afirma que uma das dificuldades encontradas no município é conseguir um emprego: “muita gente está arriscando a vida na estrada todo santo dia. Indo lá ganhar o sustento lá fora, porque aqui não tem. Não sei o que aconteceu que Marilândia não desenvolveu nessa parte”. Com essa afirmação André fala sobre a falta de empregos, uma dificuldade encontrada por grande parte da população do município, uma vez que a cidade não absorve toda a mão de obra disponível. Ressalta que houve uma mudança na produção rural do município, motivada fundamentalmente, pela transformação de plantações de café para o cultivo de soja, sendo que a quantidade de pessoas necessárias para a manutenção dos cafezais é superior à nova modalidade de cultivo.

Quando o povo foi saindo do sítio. Teve muito o tal do êxodo rural, que eles falam. Antigamente era muito café, depois virou tudo em soja, soja e pastagem. Na época do café, para você ter uma ideia (...) eles vinham de pau de arara com o caminhão cheio de mineiro em cima. Eles vinham já com o destino certo, para trabalhar no café. Hoje, foi gente daqui para Minas para trabalhar no café e antigamente vinham de lá para trabalhar aqui.

O terceiro fator apresentado é o medo da violência urbana. Segundo André, não tem interesse de ir para outras regiões por causa das notícias que vê na televisão, principalmente nas

grandes cidades, afirmando que “você vê só notícia ruim na televisão, né. Daí você fica pensando né. Vai que eu vou lá e sou um dos premiados de levar uma bala perdida lá né”. Além de ser um espaço onde a violência se manifesta, André afirma que as grandes cidades são exportadoras de violência para as demais regiões, associando-a ao termo bandidagem: “veio das capitais, né. A bandidagem vem vindo, trazendo as drogas, os roubos, as coisas né”.

O elemento que mobilizou o entrevistado a falar sobre o assunto da violência, foi a recordação das diferenças que observou entre a população de Marilândia do Sul e a região de origem de sua família materna, em viagem realizada para aquela localidade, afirmando que “eles não são que nem nós aqui. A tecnologia lá é bem atrasada, no sul de Minas. Muita pobreza. (...) e o povo não é que nem aqui. Não tem muito ladrão que nem aqui também né”.

Com base no discurso de André sobre as situações relacionadas à violência, foi sugerido que ele falasse sobre a percepção em relação à segurança em Marilândia do Sul, ele afirma que “é bem fraca, Não é só em Marilândia, é no Paraná inteiro”. Complementando esse discurso, ele relata as impressões que tem a respeito da segurança e de como ela está normalmente organizada nas cidades do interior do Estado, afirmando que:

No Paraná eu sei que é meio fraca, por que se você pegar, vou falar dos municípios da comarca aqui, Mauá da Serra, Marilândia, Rio Bom e Califórnia, se você juntar todos os policiais que estão de plantão hoje, você pode contar aí. Não dá 8. Nos 4 municípios, não dá dois para cada município. Se der dois por município, dois cada viatura. Então é falho. Como que vai ter segurança num lugar desse.

André compreende as dificuldades daqueles que estão trabalhando diretamente com a segurança, ao falar sobre uma modalidade de crime que já ocorreu no município, em duas ocasiões: roubo a caixas eletrônicos. André destaca a falta de equipamentos e recursos humanos adequados para o enfrentamento das ações ocorridas, principalmente porque os grupos que praticaram esse tipo de assalto possuíam armamentos superiores aos dos responsáveis pela segurança do município. Segundo ele:

Tem um policial de plantão, no máximo dois, aí vem lá oito caras com fuzil na mão aí. Vem, cerca a quadra do banco, fica um em cada esquina, bate marreta, coloca dinamite e estoura. A polícia não vai lá. Os caras não são bobos para ir lá morrer, pelo dinheiro que tem seguro. Dinheiro do banco, o cara não vai lá morrer por causa disso aí. Pai de família que trabalha na polícia militar que ganha 3 mil reais por mês, não vai lá dar o peito para o cara dar tiro de fuzil.

Em relação a essas situações que lhe causam insegurança, André afirma que buscou

fazer alterações na construção de sua casa visando a garantia da proteção de si e da família: “Quando eu mudei aqui dava para passar a perna por cima do muro e entrar aqui dentro. Por que eu pus aquele portão de correr, muro daquela altura? Se você está aqui dentro, o portão fechado, tem mais segurança”. André relata que essa ação é uma prevenção, pois não se sabe quando alguma situação de perigo pode ocorrer, porém relata que essa é uma atitude de prevenção e não porque tem medo de que algo aconteça, afirmando que “eu nunca fui muito medroso, eu sempre achei que a gente tem que ser precavido, medroso não, precavido sim”.

Outro ponto levantado por André foi o advento da tecnologia utilizada para a segurança, afirmando acreditar que são equipamentos que podem contribuir para a proteção, principalmente do patrimônio, dizendo “se eu deixar aquelas bicicletas que tem ali, deixar minha motinha aberto ali, pode vir aqui, pular esse muro dali e levar embora, como já roubaram das vizinhas aí, televisão”, complementando ao afirmar: “dizer que vai dar segurança, a tecnologia, talvez uma cerca elétrica, um portão eletrônico. Isso ai pode ser que ajude nessa questão”.

André construiu um cômodo no terreno de sua casa, porém separado da residência da família, afirmando que o fez para ajudar as pessoas que precisam vir à cidade e, por algum motivo, precisam ficar em algum lugar. Entretanto, quando remete aos motivos de construir tal cômodo, o entrevistado aponta sua insegurança em relação a confiar nas pessoas que não são conhecidas dele:

Construí esse cômodo pequeno para uma pessoa que vier aqui e quiser dormir aqui, tem cama ai, tem tudo. (...) E aqui é separado da minha casa, não tenho medo de colocar, não tenho receio de colocar uma pessoa dormir ali, mas aqui dentro da minha casa eu não coloco, só se for um parente, bem conhecido. Não dá né. Não dá para confiar em ninguém.

Com base nessa afirmação de André, podemos nos recordar das alegações do entrevistado sobre o medo, como uma das justificativas para não se mudar de município, reforçando a ideia de que a violência está fora de Marilândia do Sul, o que ficou expresso ao ser questionado sobre os medos que as pessoas, assim como ele, costumam sentir:

Ah, não sei, parece que a gente tem mais medo, mais insegurança com alguém que vem de fora. Parece que do povo daqui a gente não tem medo não. Parece que daqui a gente não tem medo da violência. Dá a impressão que aqui não tem bandido, que vem tudo de fora. (...) Quem que produz droga aqui em Marilândia? E como que vem a droga? De fora. Vem do Paraguai. Como vem as armas clandestinas? Não é só em São

Paulo que vêm as armas, aqui também vem, vem bala, vem revolver, carabina, escopeta, vem de fora. (...). É esse tipo de coisa que eu falo para você. Eu acho que vem de fora, vem muita coisa de fora. Aqui não produz armas, não tem fábrica de cocaína, não tem laboratório de crack. Não tem.

André reforça algumas ideias sobre aquilo que percebe em relação ao que vem de fora do município e que produz sentimentos de medo. Afirma que atualmente a presença de pessoas usuárias de substâncias ilícitas é muito frequente, sendo mais uma consequência das situações que são trazidas por pessoas de fora do município.

(...) você está com a família tranquila, aí vem um cara lá de fora e vende drogas para ele. Seu familiar entra nesse mundo de drogas e começa a desandar a família, por causa do que? De droga que vem de fora. Se o cara tivesse trabalhando aqui e não tivesse saindo para fora por causa de droga, ou não tivesse alguém trazendo, não tinha droga.

Ao relatar sobre a presença de pessoas que fazem uso de substâncias ilícitas no município, André associa esse uso ao desrespeito em relação às leis. Diante dessa constatação ele faz um comparativo entre a vida em Marilândia do Sul no presente com o passado, pontuando que as mudanças que ocorreram no contexto sociocultural, influenciaram também as relações humanas, a tal ponto que chega a afirmar que a figura humana não é mais valorizada.

Deus o livre, antigamente se você visse um carro de polícia, a criança, piá de dez anos, chegava a mijar na roupa de medo. E agora? Alguém tem medo de polícia? Alguém tem medo de autoridade? De juiz que pode condenar? Não tem, acabou. Acabou o respeito pela vida também. A vida do ser humano parece que não vale muita coisa também né.

André reproduz alguns discursos frequentes nos meios de comunicação de massas acerca da visão do usuário de substâncias psicoativas, de certa forma acaba afirmando que não vê diferença entre a pessoa que faz uso de droga e a pessoa que a vende.

Hoje se falar em maconha, tem os moleques aí na rua fumando maconha, como se fosse nada. Antigamente se pegasse um moleque fumando maconha, o moleque ia para a cadeia, ou o pai ia para a cadeia. E hoje se pegar um fumando maconha, é o que? É usuário. Não dá nada, acho que nem tc [termo circunstanciado] não assina mais, eu acho que não, antigamente ainda assinava o tal do termo circunstanciado na delegacia, lá no livro. Agora eu acho que nem isso, é usuário. Agora se pegar o cara com dez pedras de crack em uma bolsa aí fala, o cara está vendendo, é traficante, já entra como

tráfico. Agora se ele tiver com duas pedrinhas de crack no bolso ele não vai preso. É justo isso? Não sei dizer. A gente não faz a lei.

Essa afirmação sobre a criminalização tanto do usuário quanto daquele que vende as substâncias ilícitas, para o entrevistador, está atrelada à ideia de que as pessoas perderam o medo da justiça. Segundo André, os representantes da lei e da justiça não tem influenciado a vida das pessoas tal como acontecia em outros momentos da história de Marilândia do Sul. Como exemplo ele cita a figura de um representante da lei que existiu na região e que produzia medo nas pessoas.

Antigamente tinha um delegado aqui que chamava [nome], um delegado bem famoso aqui. Segundo eles falam, tem parentes deles morando aqui ainda, diz que chegava os caras aqui. Nem polícia tinha, tinha delegado. Chegava os cara, se o cara era bandidão, ele ia a pé chegava lá pegava o cara pela orelha e vinha arrastando ele. Chegava na delegacia guardava o cara. Num preciso matar ninguém, mas se precisasse ele matava. Os caras tinham medo. Duas bordoadas e pronto, o pião já vinha marchando embora. Podia ser o valentão que fosse. Num é mais que nem antes. Hoje ninguém respeita autoridade

Ainda, com relação à associação entre autoridade e medo, o entrevistado compreende que as pessoas devem sentir medo das leis e das autoridades que representam as leis, para que possam respeitá-las, sobre a questão pontua: “não é que nem a gente que tem medo da justiça, que tem um pouco de respeito ainda pela justiça”. Essa afirmação reflete o posicionamento de André sobre a necessidade de controlar aqueles que praticam qualquer tipo de violência, o que para o entrevistado deve se dar através de práticas que produzam medo. Dentre as estratégias apresentadas por ele para garantir que isso possa ocorrer é armar-se. André critica a proibição do porte de arma às pessoas, enquanto aqueles que oferecem risco possuem acesso às armas.

Antigamente, quando todo mundo era liberado para andar armado tinha menos violência que agora. Os homens se respeitavam bem mais. Depois que veio essa lei do desarmamento ficou mais fácil para os bandidos, e mais ruim para os cidadão de bem. Eu acho que se todo mundo tivesse o direito de se defender, não precisava muita polícia não. (...) Cidadão de bem não pode ter (referindo-se ao porte de arma). Se eu tiver uma arma aqui e alguém me denunciar e falar que eu dei um tiro, a polícia vem aqui e é capaz de prender a gente ainda, mas o bandido não. Bandido, se ele é bandido mesmo, ele anda com uma doze em cima do banco do carro na rua aí e ninguém fala nada para ele, nem a polícia fala nada para ele.

Em outro momento da entrevista, André relata a possibilidade de possuir uma arma em casa, assim como ocorre na zona rural. Interessante observar que o entrevistado afirma que a possibilidade de ter uma arma em casa, mesmo não garantindo a sua segurança, produz uma sensação de respeito, principalmente associada à relação de poder que a posse de uma arma proporcionaria a ele.

(...) agora foi liberado o pessoal da roça possuir arma. Pode entrar na internet que você vai ver, inclusive eu tenho dois amigos meus fazendo o curso lá em Londrina para comprar, cada um vai comprar uma espingarda calibre 12, para ter no sítio, ter no domicílio, e vai ser liberado ainda para ter na casa, na cidade, se já não foi vai ser também. Aí está a questão. Eu acho que traz mais respeito. Se o cara souber que eu tenho uma arma, o cara vai tentar vir aqui fazer uma surpresa pra mim de noite? Ele não sabe se ele vai fazer uma surpresa pra mim ou se ele vai levar uma surpresa. Agora se o cara sabe que eu não tenho nada em casa, que eu não posso ter arma em casa, o cara pode vir aqui quebrar a porta e entrar para dentro, ele vai estar armado, o bandido vai estar armado. Não que a arma salva, mas eu acho que inibe um pouco a audácia desses bandidos.

Ao longo de seu relato, podemos compreender quais são os medos de André a respeito daqueles que praticam alguma violência, pois segundo ele: “Ladrão que é ladrão mata. Não deixa o cara escapar não, a vida não tem valor mesmo. Que valor que um cara desse aí dá na vida? O cara está te roubando, para te matar também tanto faz”. Essa fala de André remete a sua percepção sobre a pessoa que infringe as regras do grupo social e, também, reproduz um discurso cotidiano sobre a figura daquele que não segue os padrões estabelecidos como sendo os de “pessoas de bem”.

A associação que faz entre aqueles que não seguem os padrões da sociedade é frequente em seu discurso, denotando que o homem que não segue essas normas é alguém cheio de maldade. Entre essas pessoas também cita aqueles que fazem uso de substâncias ilícitas: “para um drogado a vida do ser humano não vale nada. Se matar um ser humano ou mata um gato é a mesma coisa. Não é mais ou menos isso que eles pensam?”. Esse discurso refere-se às impressões de André a respeito de pessoas que não condizem com aquilo que ele acredita estar dentro da normalidade, ou como afirma anteriormente, pessoas como ele.

Outros pontos trazidos por André referem-se às comparações entre o momento presente e períodos anteriores da vivência em Marilândia do Sul. Relata melhorias realizadas no município, referindo-se principalmente a estruturação da cidade. André se refere a essas

mudanças em Marilândia do Sul como um reflexo das melhorias observadas no Brasil, afirmando que para ele isso é progresso.

A estrutura, vamos supor que melhorou 100% a estrutura. Aqui por exemplo, essa rua aqui. Calçamento e asfalto, até no muro. (...) Isso aqui quanto eu mudei faz uns 6/7 anos, era terra. Você encahava o carro aqui na porta, você não entrava aqui dentro. Era barro. Ai hoje você vê como que melhorou né. E a parte de estrutura geral que eu falo. A cidade em si melhorou, não tem mais casa velha.

Contudo, discorre sobre alguns aspectos da cidade que, em sua percepção, ainda precisam melhorar, referindo-se à situação política do município. André relata que há um grupo no município que tenta manter um controle sobre o território, fazendo referência a situações que ocorriam antes em Marilândia, afirmando que “no passado tinha muito isso. Coronelismo, voto forçado, as pessoas que mandavam no povo. Hoje já mudou bastante, mas ainda tem coisas desse tipo”.

Os relatos de André demonstram o seu encantamento sobre o território onde reside, o que podemos observar no seguinte trecho, ao discorrer sobre o seu sentimento em relação à Marilândia do Sul.

Ah, eu amo esse lugar aqui. Não quero ir embora daqui não. A hora que eu morrer, pode me enterrar ali naquele cemitério, é ali mesmo que eu quero ficar. Meus restos mortais tem que ficar ali. Para que eu vou embora daqui? Tudo o que eu fiz foi aqui. Tudo o que eu vivi foi aqui. Todas as mulheres que eu me relacionei foi aqui também. Minha primeira mulher também está enterrada ali também. Meu pai está enterrado ali, meu irmão está enterrado ali, meu avô está enterrado ali, minha avó está enterrada ali. A família do meu pai está toda aqui. Ainda estão todos aqui.

Finalizando, André refere-se a sua história com o território sempre mantendo explícito que tem uma boa convivência com as pessoas de Marilândia do Sul, tanto pelo seu envolvimento com a população, em virtude do trabalho exercido durante anos, quanto pelo tempo em que reside no município, desde seu nascimento. Esse aspecto é importante, pois essa relação com o território nos possibilita explicar seu entendimento sobre a figura daquele que vem de fora, que é desconhecido, principalmente pelo fato de não ser familiar, destoando da familiaridade de grande parte das relações que estabelece no município.

4.1.5 – Rafaela

A quinta entrevistada é Rafaela, 64 anos. Rafaela atuou como técnica de enfermagem no município, também trabalhou em outros setores como consequência de situações que levaram ao seu remanejamento de funções; atualmente se encontra aposentada. Sua história com Marilândia do Sul iniciou-se antes de seu nascimento, afirmando que sua mãe, nascida em 1929, já residia na região, pois os avós de Rafaela foram dos primeiros a se fixar no município, ainda na década de 1920. Relata que soube dessa história há pouco tempo, quando um de seus filhos encontrou um livro em uma igreja no Estado de São Paulo, que citava os seus avós maternos como bandeirantes do Norte Pioneiro do Paraná.

Em relação a sua história, relata que nasceu em 1952, “em uma noite de carnaval”, afirmando que “nasceu junto com a história”, referindo ser o ano de seu nascimento o mesmo da emancipação de Marilândia do Sul, quando se separou do município de Apucarana e tornou-se uma Comarca. Ao falar de sua história com Marilândia do Sul, Rafaela apresenta várias fotografias como forma de comprovar essa relação com a fundação da cidade, chegando a afirmar que seus pais se casaram em uma igreja que existia antes da construção da igreja Matriz, sendo o padre o primeiro da cidade.

Rafaela relata que quando nasceu Marilândia do Sul possuía um território mais extenso que o atual e a população era consideravelmente maior, afirmando que “naquela época Marilândia era bem maior, tinha acho que uns quinze mil habitantes mais ou menos, tinha cinema, tinha muitas coisas que hoje não tem”. A entrevistada relata que residiu dos seis aos doze anos em uma comunidade chamada Eldorado, cuja população era comparada a da cidade, “aquele tempo era uma cidade lá, onde tinha cinema, tinha hotel, tinha muitas coisas lá, porque de um lado era uma serraria e do outro lado era uma fábrica de papel”.

Com relação a sua infância no território, Rafaela relata certo encantamento com aquilo que vivenciou naquele período, “meu pai tinha na época um armazém de secos e molhados, então, eu brinquei muito ali naquele Castelo Eldorado, eu cresci ali. (...) era um lugar lindo, um lugar mágico, muito lindo mesmo”.

Aos doze anos retornou para a cidade de Marilândia do Sul, posteriormente casou-se e constituiu família, sendo que os filhos nasceram no município. Por algum tempo residiu fora do país, mas retornou, afirmando que não tem vontade de ir embora do município, como relata “eu gosto daqui de Marilândia, eu não pretendo sair, ir embora daqui, eu penso em ficar por aqui mesmo, até eu morrer”. Foi para os Estados Unidos da América (EUA) para trabalhar e depois de um ano trabalhando naquele país, retornou e quando estava chegando no território descreve uma conversa que teve com a filha:

Eu estava vindo de outro lugar, um lugar bonito, todo arrumado, um lugar de primeiro mundo, daí quando eu desci aquela descida tudo desolado daquele jeito, eu falei para ela, ela deu risada, eu falei: “Ai [nome da filha], aqui tá feio, mas eu gosto tanto”.

Esse relato nos apresenta os sentimentos de envolvimento da entrevistada com o território em que reside. Ao realizar tal afirmação ela nos apresenta o modo como sua relação com o município é importante para ela, pois é o local onde se constitui e que faz parte de sua história, mesmo diante das dificuldades que relatou existir.

Solicitamos para que a entrevistada falasse sobre as diferenças entre a vida em Marilândia do Sul naquela época e atualmente e ela relata que “há uns oito anos mais ou menos para cá melhorou bastante a cidade porque era bem pior. Agora a gente tem uma cidade mais bem cuidada, ruas melhores, eram tudo barro”. Rafaela, referiu-se as dificuldades estruturais do município sobretudo pela falta de recursos encontrada antes e que estão melhorando, citando também a estrutura de atendimento em saúde.

Antigamente nós não tínhamos, a gente só tinha um postinho de saúde que funcionava ali perto da Congregação Cristã (...). Eu estou falando há uns quinze ou vinte anos atrás. Era só aquele postinho de saúde que tinha para o município inteiro e mais nada. Hoje você vê que isso mudou né. Não é tanto tempo assim, vinte anos, você vê que nessa área cresceu bastante. Eu falo mais dessa área porque é uma área que eu sempre trabalhei.

Sobre as dificuldades que encontra no município, Rafaela relatou que apesar das melhorias observadas ainda faltam empregos e áreas de lazer, afirmando que a ausência de postos de trabalho produz um agravamento de algumas situações em Marilândia do Sul.

Então eu penso assim, que a gente precisaria mais em Marilândia era de mais emprego, tentar atrair empresas para vir para cá, e área de lazer, porque o resto eu acho que está no caminho certo, andando direitinho. É só não parar, continuar nesse ritmo.

Ela considera essa dificuldade da criação de empregos como uma das causas para as situações mais agravantes na condição de vida da população, afirmando que “hoje basicamente as pessoas é agricultura, porque quem não é agricultor ou trabalha na prefeitura ou tem seu negócio próprio, geração de emprego, bem pouco, ou vai para Apucarana trabalhar, tem bastante gente”.

A entrevistada relatou que sua história está relacionada com Marilândia do Sul e que, por conta disso, conhece muitas pessoas que residem na cidade. Afirmou que se sente em casa,

principalmente por conviver e conhecer as pessoas, e isso lhe traz uma sensação de segurança:

Eu conheço todo mundo né, um monte de amigo né, um monte de parente né, então eu me sinto em casa aqui. Em Marilândia se eu quiser sair daqui às duas da manhã, ou às três da manhã e ir a qualquer lugar a pé por aí, eu vou, sem me sentir insegura, porque eu conheço todo mundo, não tenho medo. Outro lugar eu já não faço isso.

Essa relação de proximidade com os demais munícipes, no entendimento de Rafaela, proporciona uma sensação de segurança, não encontrada em outros locais. Sobre isso, ela relata que conhece muitas pessoas devido ao fato de morar nessa localidade há tanto tempo, e que mesmo escutando sobre os perigos que existem, sente-se segura na cidade, por ser conhecida por todos. Tal fato pode ser observado no seguinte relato:

Aqui em Marilândia, por exemplo, eu não tenho receio de sair e deixar minhas coisas para fora, nunca me aconteceu nada. Ali em cima mesmo onde eu morava naquele fundo ali com a linha [de trem] né, todo mundo falava que era perigoso, mas na minha casa, graças a Deus, nunca aconteceu nada, nunca ninguém pulou lá, nunca ninguém fez nada. Então eu me sinto segura aqui. Eu sei que acontece as coisas aqui também, já tem acontecido várias coisas, mas eu pessoalmente me sinto segura, não tenho muita preocupação. Eu me sinto segura aqui assim. Não sei se é pelo fato de a cidade ser pequenininha, de a gente conhecer todo mundo. Eu acho que é pelo fato de conhecer todo mundo que de repente eu sinto essa segurança.

Entretanto, como aponta em seu relato, Rafaela afirma que conhecer as pessoas também pode trazer algumas preocupações, pois o apego gerado nessas relações também traz outras implicações, o que, segundo ela, é diferente para as pessoas que moram em cidades grandes, cujas relações não são tão intensas.

E a gente vivendo em uma cidade pequena. O bom é que você conhece todo mundo, mas o ruim também é que você se apega as pessoas, você conhece cada um, você quer bem, você se apega, você se preocupa. (...) se você mora em cidade grande não precisa se preocupar com ninguém, só com a sua vida você se preocupa.

Ela faz uma espécie de balanço sobre as vantagens e desvantagens de morar em uma cidade pequena.

Num ponto é bom porque é sossegado para você morar, mas em outro ponto também não é bom, porque você se preocupa não só com a sua vida ou da sua família, você acaba se preocupando meio que geral, porque acaba sendo quase igual uma família,

porque você conhece todo mundo.

Pelo fato de ter falado sobre essa sensação de segurança, foi sugerido que Rafaela relatasse algum fato que produziu nela algum sentimento de medo. Rafaela discorreu sobre uma situação que ocorreu no início de 2015, quando em Marilândia do Sul choveu intensamente durante um dia o que, somado ao rompimento de barreiras que represavam as águas de um rio que passa pelo município, gerou uma forte enchente no município.

(...) o que me assustou bastante foi àquela vez que deu aquela enchente aqui, eu nunca tinha visto aquilo aqui em Marilândia, eu achava que aqui nunca aconteceria um negócio desses. E daí ver aquelas pessoas desabrigadas e tudo aquilo me assustou um pouco, porque eu achava que aqui nunca ia acontecer isso, até pela cidade ser caída e tudo né, então isso me assustou.

Contudo, apesar dessa situação ter gerado esse sentimento de medo, Rafaela encerra o questionamento dizendo que não saberia dizer se, particularmente, tem medo de alguma coisa específica. Entretanto, continua seu discurso afirmando sobre as situações que são geradoras de insegurança, o que para ela está muito relacionada às decisões políticas do município.

Na verdade mesmo o que me preocupa assim, mas isso não é um medo por segurança, o que me assusta mais é alguém entrar na prefeitura e tudo isso que eu vi que conseguiu melhorar voltar tudo para trás de novo, como eu já vi muito isso, eu já vi muito isso aqui em Marilândia. Então isso eu tenho medo. (...) Eu sinto que algumas pessoas tem medo disso também, a gente conversa e tem algumas pessoas que tem essa mesma preocupação também. Mas daí é um medo assim até que eu posso na medida do possível fazer, eu faço, mas é uma coisa que não depende só de mim. Então isso é uma coisa que me gera insegurança, medo, porque eu vejo assim, eu se amanhã ou depois eu não quiser trabalhar, eu estou aposentada, mas aí eu penso nos meus filhos que já tem uma vida aqui, e como vai ficar nossa cidade assim, que ela vai e volta, vai e volta, só por causa do poder, pessoas que brigam não porque querem ver a coisa melhor, mas porque querem ter o poder pelo poder e não por querer que Marilândia melhore.

Segundo Rafaela, esse medo se sustenta porque em momentos anteriores, apesar de saber que existiam formas de conseguir algumas melhorias para o município, ainda assim estas não foram realizadas.

Porque de primeiro aqui, a gente estava conversando aqui, batia palma ali era criança com uma marmitinha pedindo comida, nunca mais teve isso aqui em Marilândia, era

direto criança pedindo comida nas portas, e não tem mais isso, acabou, não vê mais. Você não vê criança na rua pedindo as coisas. Então, isso aí é o medo que eu sinto, se a gente for pensar bem direito o medo que eu tenho é isso, não tenho outro tipo de medo, de preocupação em relação à cidade. Isso gera certa insegurança.

Tais preocupações de Rafaela podem ser observadas também no trecho da entrevista que se segue:

Então eu já sofri um monte aqui por causa dessas coisas, então por isso que me gera toda essa insegurança, esse medo das coisas, porque eu já vi muita coisa acontecer em Marilândia, tudo por coisa política, por causa de não pensarem nas pessoas e pensarem mais neles.

Além da insegurança política, Rafaela falou de um medo que, para ela, se constitui em segundo plano. Relata a respeito da violência e da impressão que possui dela, pois apesar de sentir-se segura na cidade, entende que a violência não está restrita as grandes cidades. A entrevistada explica:

Porque a violência tem em todo lugar, não tá mais só nas cidades grandes, está nas cidades pequenas também. Nós tivemos antes de ontem um assalto. Mas não sei, não sei se é porque é menor e daí não é sempre que acontece.

Rafaela nos apresentou informações sobre a história de Marilândia do Sul como uma cidade que teve um processo de desenvolvimento bastante interessante. Os relatos de Rafaela são memórias de quem vivenciou uma cidade que era tida como promessa, passou por um período de declínio e atualmente vive um processo de melhora.

Além dessas situações os relatos de Rafaela nos auxiliam a entender a sua relação com Marilândia do Sul, seus relatos envolvem sentimentos prazerosos em relação ao município, sempre se referindo a ele de forma familiar, tanto pelas pessoas que conhece, quanto pelo tempo que está nesse território.

4.1.6 –Rafael

Rafael está com 78 anos, é casado e possui 12 filhos, oriundos de seu primeiro e de seu atual casamento, sendo que desses, 3 são adotivos. Afirma que todos os filhos nasceram em Marilândia do Sul, mas que atualmente poucos continuam na região.

Sua história em Marilândia do Sul se iniciou em 1951 quando, aos 14 anos, foi morar

na região, afirmando que na época o município era chamado de Araruva. A família de Rafael mudou-se do Estado de Santa Catarina para a zona rural do território de Araruva, após seu pai adquirir uma propriedade rural. Relatou as dificuldades encontradas para chegar até o local, dizendo que “lá do sítio tinha de vir a cavalo, porque estrada não tinha. Nós mesmos tivemos que fazer estrada para poder o caminhão chegar com a mudança”. Questionado sobre como era a cidade quando veio residir no município, recordou-se:

Ah, não tinha quase nada né. Era a [nome da rua] ali em baixo. A cidade mesmo praticamente era a [nome da rua], aqui na praça da igreja era muito pouca gente. A população mais de Marilândia era na parte rural, a parte do sítio, porque o sítio era onde tinha bastante gente, porque a mão de obra de café, o café usa muita mão de obra né, então o povo mais era no sítio. E aí era tudo a base de cavalo e carroça, porque carro não existia.

Ainda sobre o passado da cidade, Rafael afirmou que era um ponto de comércio local, as pessoas percorriam um longo trajeto para buscar mantimentos para o consumo próprio ou para revender em outras localidades. Afirma que acompanhou todas as mudanças que ocorreram na região:

Então não falava assim “vamos para Marilândia no mercado”. Não tinha esse negócio de mercado, nada, era bodega. Então cada comércio que tinha era fincado palanque e normalmente se dá um palmito pregado, amarrado, para amarrar os cavalos para os fregueses. (...) Eles andava na base de quinze, vinte quilômetros a cavalo para vim para vim fazer compra aqui para levar. Uns levava para si próprio né, para o consumo da família, outros levavam nas bodegas para revender. (...) Eles vinham de quinze, vinte quilômetros fazer compra aqui para poder levar para lá. E era tudo a base de cavalo.

Ainda falando sobre o passado da cidade, lembra-se dos serviços de saúde prestados para a população, afirmando que: “se você ficasse doente, ou morria ou ia para Apucarana, ou Londrina né. Mas não tinha esse negócio de Saúde, esse negócio não existia. Aqui só tinha o [nome] que era o farmacêutico (...)”. Diante de tal discurso, Rafael faz uma comparação com os serviços que eram prestados anteriormente e os de agora, afirmando que “Ah era tudo difícil. Tudo quanto era coisa era difícil, porque hoje em dia tudo é movido a carro né e antigamente não. Aí vem relativamente né, veio melhorando aos poucos. Aos poucos veio melhorando”.

Ao ser questionado sobre a sensação de segurança em Marilândia do Sul, Rafael afirma que a segurança antes era pior, porém, “(...) não existia bandido também né, não existia ladrão”. Esse relato está associado às mudanças que ocorreram na população geral e o entrevistado

afirma que a Constituição de 1988 e as novas tecnologias foram os fatores que mais influenciaram para o advento da violência.

Com relação à primeira afirma: “Porque hoje em dia, depois da Nova Constituição, o país virou uma... Vamos falar o Português certo, virou um país sem lei. Porque você não pode punir o começo, o negócio é o começo da infração”. Rafael afirmou que a nova Constituição desautorizou tanto os pais quanto aos serviços do setor judiciário a realizar alguma ação de controle sobre as pessoas que descumprem as leis, sobretudo os jovens. Exemplo disso está no discurso a seguir: “Hoje tem bandido por quê? Porque não tem a lei para punir a criança quando faz. Eu dou exemplo de 15, 16 anos em diante tinha de ser punido, e hoje os pais não podem nem falar alto com um filho”.

Entretanto, Rafael complementa essa fala relatando que também observa que tal legislação proporcionou a proteção dos filhos, apontando que:

(...) antigamente tinha pais que não sabiam educar, ao invés de educar ele queria matar. Essa lei que veio foi boa em um ponto, ruim no outro. A lei tinha que ser para punir os pais que não soubessem dar educação para os filhos.

Além de falar sobre seu entendimento em relação à legislação que garante o direito à criança e ao adolescente, afirma que a dinâmica atual de trabalho dos pais também é diferente, o que gerou mudanças, pois para garantir o sustento de seus entes, os pais ou responsáveis precisam executar alguma forma de trabalho remunerado, diminuindo o tempo que passam prestando os cuidados às crianças e aos adolescentes. Tal como relatou:

Mas hoje em dia os filhos são criados a maior parte na rua. Antigamente, por exemplo, o pai ganhava o suficiente para dar o sustento da casa. Hoje não. Hoje já tem que a mulher ajudar a trabalhar, não é tudo, mas principalmente nessas cidades grandes tem que ser, porque senão não dá o sustento né. Agora no interior que nem nós estamos aqui é diferente, os pais até ganham o suficiente, mas não é tudo também, porque o povo de hoje em dia não economiza.

O segundo ponto levantado por Rafael sobre os fatores que mais influenciaram para o advento da violência, é a influência da mídia, alegando que a exposição aos noticiários e informações sobre crimes, leva a população a realização do ato: “hoje a comunicação, como a gente vai dizer? Influi a bandidagem. No caso de drogas. Tudo quanto é coisa a mídia está em cima, a televisão falando isso, falando aquilo. Drogas sempre existiram (...)”.

Concluindo suas ideias, Rafael relata:

Influência da mídia, isso não tem outra coisa. O roubo, por exemplo, o roubo veio por causa que o rádio falava que lá na frente, por exemplo, lá em cima, que os deputados roubavam, isso e aquilo, e o povo veio... A mentalização veio vindo. Eu para mim é isso. (...) Ah é, de tanto escutar e depois a lei não pune né, que depois dessa nova Constituição aí, a lei mudou, a polícia... Eles não podem punir, porque a Constituição não deixa. A turma, por exemplo, os intelectuais falam que é a melhor Constituição do mundo, mas totalmente enganados e tinha que ter punição, desde o começo.

Ao falar da necessidade de “punição desde o começo”, Rafael se referiu ao que ocorria antigamente na região, relatando o modo como os jovens que realizavam algum ato infracional eram tratados, sendo que isso lhe dava uma sensação de segurança.

Falta isso, porque antigamente era punido, se uma criança roubasse era punida e aquela criança nunca... A maior parte não roubava mais, porque eles tinham vergonha. Eles traziam, por exemplo, no delegado e o delegado dava um chá de cadeira pra ele, ponhava lá e fazia um monte de coisa, ameaça né, aí ele pegava medo.

Esse discurso de Rafael nos remete ao uso das punições como instrumento de controle e o medo como sentimento de contenção. Contudo, além dessas punições para crianças e adolescentes, o entrevistado também se refere a essa prática como uma garantia da sensação de segurança, pois quando algo acontecia naquele período havia alguma punição – o que ele denomina de lei:

Hoje existe ladrão e quando naquela época tivesse ladrão, era punido, porque delegado mesmo de carreira não tinha, era delegado nomeado pelo governador, não sei. Então tinha uma pessoa mais instruída aí ponhava aquela pessoa como delegado, a lei era ele que fazia. Se pegasse um ladrão, o coitado se lascava, ficava na cadeia e ali era humilhado, o cara era humilhado.

Ao questionar Rafael sobre os medos presentes em Marilândia do Sul, o entrevistado falou que as pessoas não sentem medo por ser uma cidade tranquila, que comparada com outras regiões, acredita ser um lugar em que o medo não seja um sentimento presente: “(...) aqui em Marilândia é uma cidade pacata, é muito pouco bandidagem, sempre existe, mas é muito pouco, em vista dos outros lugares, aqui é um lugar calmo”.

Em um momento da conversa com Rafael, ao ser questionado sobre os sentimentos que possui em relação à Marilândia do Sul, ele afirma que:

Eu aqui, por exemplo, a gente veio criança né, então a gente se apega com o lugar,

uma que é um lugar bom de morar, de se viver, outros lugares aí para fora não é bom de se viver igual Marilândia, pode ter outros lugares melhores, mas que eu saiba não. Que eu saiba lugar melhor de se morar igual Marilândia, só se for o Paraguai, porque o Paraguai pelo menos lei tem, aqui não tem.

Essa fala nos aponta o que para Rafael seria considerado um lugar bom de morar, apontando a história do Paraguai, mais especificamente a ditadura do general Stroessner, como um modelo a ser seguido, pois, segundo o entrevistado, foi um período histórico em que, na localidade, as leis eram postas a qualquer custo e deveriam ser seguidas. Vejamos o relato:

Aqui por exemplo se fosse a lei igual o Paraguai... A turma fala que é negócio de direitos humanos não sei o que, estavam brigando lá. E no Paraguai, direitos humanos, só que bandidagem lá não existe né, hoje existe mais, porque já mudou também o Paraguai hein, de Stroessner para cá mudou muito, ficou cada vez pior. É no caso, por exemplo, a maconha, hoje no Paraguai planta maconha quem quiser e na época do Stroessner não, se o cara plantasse maconha lá estava perdido, que o governo paraguaio descobria.

Nesse momento, Rafael associa as mudanças da população ao advento de novas tecnologias e a possibilidade de acesso às escolas, chamando esse fenômeno de evolução. O entrevistado apontou as transformações que ocorreram desde quando começou a residir em Marilândia do Sul até os dias de hoje, principalmente com relação à mentalidade do povo:

(...) o povo de antigamente era muito atrasado, não tinha estudo, hoje em dia tem, então a mentalidade já vai mudando também. (...) É que o povo antigamente era muito atrasado demais né. Hoje em dia não. Hoje em dia você tem estudo, por exemplo, o estudo faz a evolução né.

O relato de Rafael demonstra as impressões de alguém que sempre residiu no território de Marilândia do Sul, desde sua emancipação como município até os dias atuais. Durante o relato do entrevistado podemos observar aquilo que aponta acerca das mudanças no território de Marilândia do Sul, sobretudo pelas melhorias que ocorreram desde aquele período até o momento atual. Isso é apresentado quando o entrevistado relata: “hoje em dia é tudo mais fácil. Quando nós viemos morar aqui, tinha professor para os matos, hoje não, hoje a prefeitura busca”.

Rafael afirma que essas transformações ocorreram tanto situacionalmente, quanto em seus aspectos mais amplos, envolvendo todo o território brasileiro: “É que o país vai evoluindo

né. Então o país vai evoluindo, tudo vai mudando aos poucos”.

Ao ser questionado sobre o desejo de mudar de município, Rafael afirma que não há essa vontade, apresentando duas justificativas:

Uma é o conhecimento, e outra é porque é um lugar bom de se morar, de se viver, o povo é menos ignorante, vamos falar o português, o povo de Marilândia é menos ignorante do que nos outros lugares, são mais civilizados, vamos falar o português certo, menos ignorante, mais civilização. (...) tanto que você passa por Marilândia um te dá adeus e outro te dá adeus, é muito difícil aquele que não dá adeus para o outro, vai em uma cidade já maior um pouco, não tem como, porque não tem conhecimento.

Esse relato ilustra o que Rafael sente em relação ao município, por tudo aquilo que constituiu e viveu no território de Marilândia do Sul.

Contudo, Rafael relata uma das dificuldades vividas no território, relacionada à enchente que ocorreu no município em janeiro de 2015, afirmando que essa foi uma das maiores dificuldades vivenciadas por ele.

O entrevistado afirmou que desde quando começou a morar no município residiu no mesmo local, sempre trabalhando como agricultor, até se aposentar. A mudança para a região urbana ocorreu porque no início do ano de 2015 houve uma enchente no município que afetou a residência de Rafael, sendo esse o motivo de sua saída da propriedade em que residia, desde seu nascimento:

Agora eu vim para a cidade por causa que a enchente levou tudo a minha casa, porque o Rio Bom lá em baixo, o Rio Bom na realidade ele vai dar quatro metros de largura, onde que estava a minha casa ele ficou com duzentos metros, onde estava a minha casa era fora do rio, vamos fazer 50 metros, 100 metros, ele pegou minha casa com dois metros e oitenta, onde que estava a casa, o resto da casa que ficou foi como dois metros e oitenta a marca da água. Eu fiquei com a roupa do corpo e o documento só.

Atualmente, Rafael está residindo em uma propriedade na zona urbana do município, pertencente a uma de suas filhas.

5 – O TÃO PRESENTE E DESCONHECIDO SENTIMENTO DE MEDO

Após apresentar a síntese das entrevistas, no tópico anterior, nesta parte do trabalho nossa intenção é fazer a análise daqueles discursos, focando nos seguintes questionamentos: quais são as representações sociais? O que essas pessoas compartilham sobre elas? Quais os impactos do sentimento de medo no cotidiano dessas pessoas?

Os entrevistados foram divididos em três grupos etários diferentes: jovens adultos, adultos na meia-idade e idosos. As análises a seguir são fruto da decomposição dos relatos desses grupos específicos, mas também da correlação entre eles, uma vez que algumas categorias estavam presentes no discurso de todos os entrevistados, ou em um grupo específico, ou se tratavam de opiniões particulares. Partimos daquilo que há de mais amplo em relação ao medo e subsequentemente afinamos essas categorias até as impressões mais singulares sobre tal fenômeno.

As Representações Sociais não se isolam como categorias puras, elas se correlacionam umas com as outras. Isso significa que podemos encontrar uma relação entre uma ou outra representação pessoal e que as diferenças serão observadas para compor os núcleos de análise de cada uma das categorias elaboradas.

Iniciemos, então, as discussões.

5.1 – PORQUE SENTIR MEDO? A VIOLÊNCIA ESTÁ EM TODO LUGAR.

Em todos os grupos etários inicialmente estava presente o discurso de que não haveria motivos para ter medo no município de Marilândia do Sul. Entretanto, logo em seguida, em todos os relatos, esse aspecto foi complementado com a seguinte explicação “*a violência está em todo lugar*”. Embora pareça difícil admitir, para todos os entrevistados o medo é muito mais frequente do que afirmam, no sentido de que há a necessidade de estar alerta, já que há uma paisagem de incerteza, um perigo que ronda o tempo todo mas nem sempre é identificado.

Por se tratar de sujeitos que residem no município e que já estabelecem uma relação com o território há longo tempo, aquilo que relataram está relacionado ao cotidiano pacato da cidade. Entretanto, ao falarem sobre a violência de forma naturalizada, como se não houvesse como evitá-la, evidenciam também o cenário de insegurança da população. Esse cenário não está presente somente no município de Marilândia do Sul; a ideia de que há algo à espreita, a todo tempo nos remete à formulação sobre a maldade.

Mas o que é o mal? Essa é uma pergunta irremediavelmente viciada, embora teimosa e apresentada a todo momento, e estamos fadados a buscar em vão a resposta a partir do momento em que é feita. A pergunta “o que é o mal?” é irrespondível porque tendemos a chamar de “mal” precisamente o tipo de iniquidade que não podemos entender nem articular claramente, muito menos explicar sua presença de modo totalmente satisfatório. Chamamos esse tipo de iniquidade de “mal” pelo próprio fato de ser ininteligível, inefável e inexplicável. O “mal” é aquilo que desafia e explode essa inteligibilidade que torna o mundo suportável (...) (Bauman, 2008, p.74).

Esses discursos nos remetem ao contexto global em relação ao medo. A maldade (violência) expressa nos discursos como algo que permeia a vida cotidiana, mesmo não reconhecida como causa dos medos, ainda assim está presente. Sabendo da presença desses perigos a necessidade de garantir a proteção torna-se inevitável e as formas são as mais diversas: ficar e permanecer em um local cujos vínculos familiares podem auxiliar nessa sensação de segurança, a construção de muros e grades quase intransponíveis, além do desejo de ter porte de arma para poder garantir a proteção de si e de suas propriedades.

A crença de que quanto mais instrumentos ou estratégias adotar, melhor a sensação de segurança, permeia o imaginário da população de Marilândia do Sul, pois pelo menos uma maneira de buscar segurança foi apontada, nos conduzindo à expressão de Tuan (2005, p. 9): “Quem dorme sossegado? Nós gostaríamos de dizer ‘aqueles que têm a consciência limpa’, mas a melhor resposta é ‘aqueles que podem se dar ao luxo de não sentir medo’”. A necessidade de garantir a proteção, mesmo em um cenário tranquilo e calmo, nos aponta a sensação de insegurança e medo vivida na cidade, o que é muito semelhante aos sentimentos apontados pelos teóricos ao falarem sobre as populações nas grandes cidades (Amaral, 2011; Bauman, 2001, 2009; Caldeira, 1997; Eckert, 2007; Sposito & Goes, 2013; Tuan, 2005).

Heller (1993) nos lembra que as emoções podem empobrecer-se e alienar-se. Essa afirmação nos remete ao que foi negado em todos os relatos: a existência do medo. Nos relatos, frases como “*não tenho medo*”, “*nunca conversamos sobre isso*”, “*não sei o que dizer*”; estiveram presentes e demonstram a contradição entre o discurso e aquilo que estava sendo expresso no momento da entrevista quando falavam sobre as construções, os muros e grades levantados, o desejo de garantir a proteção com a aquisição de uma arma, estava denunciando o quanto o medo está presente na vida dos participantes da pesquisa, porém não sendo reconhecido dessa forma.

Outro aspecto desses relatos é o quanto o medo está associado à um conjunto de ideias

relacionadas à figura do covarde, do fraco, do medroso, ou seja, inadequados ao padrão contemporâneo, cujos sujeitos devem ser provedores de si mesmos, incluindo a sua própria proteção. Os entrevistados negam a existência do sentimento de medo, mesmo assumindo a presença de algo ameaçador, como se o reconhecimento daquele os colocasse em posição de inferioridade, fragilidade.

Ora, o não reconhecimento da presença desse sentimento, nos remete a uma exigência da sociedade contemporânea, consumir significa também adquirir segurança e não conseguir fazê-lo seria não se adequar as normas sociais. Aquele que não se protege é apontado como negligente, uma vez que somente os aptos a adquirir os diversos instrumentos para ter uma sensação de segurança podem se permitir sentir tranquilos.

No município de Marilândia do Sul, cuja necessidade de proteção depende muito dos serviços públicos, negar sentir medo é uma das formas de mostrar estar seguro. Ao afirmarem não sentir medo apontam também suas estratégias para garantir a proteção de si. Essas paisagens, construídas pelos moradores tem uma relação com aquilo que está presente em nível global e que na pequena cidade é vivenciado através de tentativas simultâneas de negar, confrontar e superar o fenômeno do medo.

Como resumo desse primeiro tópico, temos então: a necessidade de garantir proteção contra aquilo que há de desconhecido, já que o “mal” está em todo lugar.

5.2 – ANTIGAMENTE ERA DIFERENTE: O ATO DE PUNIR PARA GARANTIR PROTEÇÃO.

Neste tópico falaremos de uma categoria que foi encontrada especialmente nos discursos dos participantes do gênero masculino, mas não só nos deles.

Ao falarem sobre a violência ou situações relacionadas à ela, os entrevistados em alguns momentos se referiam as mudanças no contexto histórico, social e político, ou seja, relacionavam as mudanças ocorridas em âmbito global com aquilo que ocorria no cotidiano deles. As mudanças sempre estavam relacionadas às melhorias ocorridas na vida cotidiana, tais como o acesso a serviços de saúde, educação e assistência, além de novas tecnologias, formas de comunicação, entre outros. Por outro lado, associavam essas melhorias ao advento de mudanças na sensação de segurança, afirmando que antes era mais difícil mas pessoas se “*respeitavam*” mais, as pessoas se reuniam mais umas com as outras e, com as novas facilidades, essas situações vêm diminuindo no cotidiano.

Em muitos momentos dos discursos dos participantes, apareceram as dificuldades

existentes no passado e que muitas mudanças ocorreram, sobretudo, no que se refere ao momento atual: o “*mundo evoluiu*”. Tais mudanças representam, no imaginário dos munícipes do gênero masculino, um dos motivos da sensação de insegurança, uma vez que relacionam essas melhorias também ao aumento dessa sensação.

Esses entrevistados falam sobre a insegurança em função da falta de policiamento e das mudanças nos modos de tratar as transgressões e os transgressores. Soma-se a essa sensação um discurso sobre a necessidade de que exista uma “lei” punitiva, que penalize o ato infracional de alguma forma. Ora, as mudanças esperadas, principalmente por dois dos entrevistados, se relacionavam com certo saudosismo em relação à um tempo em que a segurança era garantida pela punição do estado contra qualquer ação de transgressão. Podemos observar que a necessidade de uma “*lei punitiva*”, relatada pelos entrevistados está associada à um discurso de ausência de policiamento, como se a primeira garantisse a manutenção da segunda.

Seguindo nesse raciocínio, podemos discutir a possibilidade de buscar garantir a segurança de forma privada, medidas que foram apontadas pelos entrevistados, tais como: o porte de arma, instituição de uma guarda municipal, contratação de pessoas que façam rondas no bairro. Posso garantir minha segurança, oferecendo perigo ao outro. Uma lógica invertida, porém expressa nas práticas utilizadas por diversos governos pelo mundo e em outros momentos da história recente, tal como no Brasil no período de 1964 à 1986. Essa lógica é expressa por Rafael, ao citar como exemplo o governo ditatorial paraguaio do General Stroessner, afirmando que em épocas passadas aquele era considerado um país sem violência.

Em segundo plano, de acordo com os entrevistados do gênero masculino houve uma mudança nas relações, expressa na “falta de respeito/educação” e na fragilidade dos vínculos afetivos estabelecidos. Marcio aponta que as mudanças que ocorreram na dinâmica das relações estão associadas ao menor envolvimento entre os sujeitos, ao não envolvimento da comunidade com questões relacionadas à ela.

Bauman (2004) aponta o quanto as relações humanas têm sido afetadas pelos ideais de uma sociedade cujas barreiras criadas para o estabelecimento da convivência são muitas. O envolvimento emocional, por exigir dos sujeitos o reconhecimento das diferenças, contrapõe-se ao individualismo vivenciado na sociedade contemporânea.

Isto é, envolver-se em uma comunidade exige dos sujeitos algo que vai na contramão dos ideais de uma sociedade cujos laços sociais estão fragilizados e dessa maneira garante a integridade dos indivíduos, afinal sempre há a possibilidade de decepcionar-se com o outro quando há uma proximidade com ele. Por isso, as mídias sociais ganham cada vez mais adeptos, uma vez que fazem a manutenção desse distanciamento em relação ao outro mediante a falsa

impressão de que estou participando ativamente da vida de outras pessoas, das discussões relevantes social e politicamente, além de comentar as situações de comoção social.

O advento das mídias sociais promove a fragilidade das relações sobretudo por impossibilitar o envolvimento dos sujeitos, ou seja, não nos envolvemos com os sujeitos e sim com as ideias editadas sobre eles mesmos: simulacros. Esses simulacros são produzidos no discurso cotidiano, por meio das mídias sociais e também dos meios de comunicação de massa. Para os participantes das entrevistas os representantes do perigo, isto é aqueles que causam medo, possuem características bastante claras e são apresentadas pelas seguintes palavras: “bandidos”, “ladrões” e “drogados”. Entretanto, tais características são atribuídas aos indivíduos que por algum motivo romperam com as regras da comunidade, de forma que suas condutas possam caracterizar a integralidade desta pessoa.

Diante dos relatos desses entrevistados, há uma espécie de reivindicação dos mesmos para que seja feito algo que garanta o afastamento deles em relação aqueles que são classificados como perigosos. Ou seja, os representantes do perigo são aqueles sujeitos dos quais devo ter medo e aos quais devo punir. As representações sociais apresentadas pelos munícipes a respeito daqueles que por algum motivo, romperam com as regras de convivência, são semelhantes às expressas na mídia em geral (Amaral, 2010; Caldeira, 1997; Correia, 2010). O perigo é representado pelas pessoas que possuem características assustadoras, a citar, nas palavras dos entrevistados, “não liga para a vida”, “não tem consciência”, “ladrão que é ladrão mata”, do mesmo modo como são caracterizados nos meios de comunicação de massa. Ora, novos simulacros são formulados pelo envolvimento com as impressões que são compartilhadas e não por intermédio da relação com o outro.

Essa imagem que os munícipes compartilham sobre aquele que representa risco produz impactos sobre a vida na comunidade. O perigoso não é aquele que compartilha dos mesmos ideais deles e sim o que rompe com as regras e normas, isto é, está fora do padrão estabelecido por eles e por esse motivo precisa ser combatido. Essa expressão não está apresentada diretamente no discurso dos participantes das entrevistas, porém através de algumas características que são apontadas por eles.

Ora, em diversos momentos os entrevistados citaram a presença de crianças e adolescente na rua, além de ausência de atividades de lazer e de emprego na cidade como fatores de preocupação. Marcio, Andréia, André e Rafael comentaram que antes, as pessoas trabalhavam na zona rural e mesmo, com alguma dificuldade, conseguiam manter financeiramente as suas famílias com o trabalho que exerciam.

Hoje elas têm dificuldades para conseguir emprego, o que leva muitas a se deslocarem

do município para outras cidades da região, o que é muito valorizado pelos entrevistados pelas dificuldades advindas da ação. Porém, ainda assim, há muitos que não conseguem inserção no mercado de trabalho, situação que produz uma sensação de desconfiança e insegurança. Sabendo que todos os entrevistados possuem algum vínculo empregatício ou estão aposentados, podemos nos referir a algo apontado por todos eles, e que está marcado em seus discursos, ou seja, o sujeito que não exerce uma atividade profissional é visto com ressalvas por que pode, no futuro, representar risco aos demais.

O ócio é algo que deve ser combatido, entretanto, não é a falta de emprego no local a maior preocupação e sim os desempregados. Em um mundo pautado na lógica da competição e do consumo, quem não produz é considerado uma ameaça por dois motivos: deseja produzir no lugar que ocupo ou deseja consumir algo que desejo/posso. Consequentemente, esse outro se torna um risco. Podemos nos referir àquilo que Chauí (1987) atribuiu à vadiagem ao apresentar as imagens do medo no início da era moderna. É o que fica retratado no discurso de Andréia ao falar sobre um projeto que está sendo implementado em um presídio e a partir do qual os presos devem cumprir horas de trabalho: “(...) é uma boa iniciativa, porque daí a pessoa que não gosta de trabalhar já vai pensar duas vezes ‘se eu for para a delegacia eu tenho que trabalhar’”.

Aqui ficam expressos dois fatores importantes: o medo da figura do vadio e a importância atribuída ao trabalho. Ambos estão presentes nas representações sociais identificadas no discurso desses participantes da pesquisa. Embora tenham sido desenvolvidas no período moderno ainda hoje não só os entrevistados mas a sociedade nacional se apega a essa convicção.

Tuan (2005, p. 335) afirma que “antigos medos podem estar intimamente ligados a valores que na atualidade são considerados bons. Esta é uma fonte possível de confusão quando procuramos comparar os medos do passado com os do presente”. Isso significa que para os entrevistados o trabalho é caracterizado como oposto ao crime, aos maus hábitos, a desonestidade e à falta de respeito, ou seja, situações que representam perigo aos olhos deles. Essas características também levam a outras distinções. No imaginário da população aqueles que trabalham possuem qualidades valorizadas socialmente, são responsáveis, confiáveis, educados; enquanto que aqueles que estão e que permanecem desempregados são vistos com certa desconfiança ou até são associados a possíveis criminosos, ou seja, àqueles que são perigosos, desrespeitosos ou individualistas.

A necessidade de combater o perigo, resultante dos mais remotos momentos da história humana, está presente no imaginário de alguns dos entrevistados. A vontade de armar-se, de

uma polícia que possa punir, da presença de uma Guarda Municipal, foram as maneiras relatadas por eles como meios para conseguir lidar com aquilo que representa algum perigo.

A necessidade de buscar formas de combater o perigo, de gladiar contra o mal, nos remete a vivências que foram gravadas nos registros da história deles em relação ao medo, isto é, o discurso dos participantes está permeado da seguinte síntese: antes as pessoas eram corajosas, enfrentavam o perigo, isso é um ato de coragem, é uma virtude. Hoje nem eles nem os encarregados oficialmente pela segurança podem ou se dispõem a fazer o mesmo: os moradores não podem ter armas, a polícia não pode (segundo a nova Constituição), não dispõe de recursos humanos e materiais suficientes ou não quer fazê-lo.

As possibilidades que estes entrevistados levantam estão baseadas em dois níveis de confronto: com quanto mais recursos como policiamento ou equipamentos de segurança passiva conseguirem contar, maiores as chances daqueles considerados perigosos não se aproximarem. Contudo, se porventura os que são perigosos se aproximarem, é preciso contar com armas, para combatê-los pessoalmente.

Este discurso está permeado por uma característica importante da vida cotidiana em um mundo de indivíduos (Bauman, 2001): o desejo de proteger aquilo que é privado, independentemente de como, mesmo que para isto seja necessário agir, pensar e sentir de modo idêntico ao daqueles que se pretende combater justamente por que eles agem pensam e sentem (ou não sentem) assim. Tento evitar ou combater o que considero como perigoso tornando-me, também, perigoso para ele.

5.3 - O QUE VEM DE FORA É PERIGOSO: EU AMO MINHA TERRA

“Eu amo este lugar”: todos os entrevistados relataram uma sensação de pertencimento em relação ao município de Marilândia do Sul. Todos tem suas vidas fixadas na cidade, trabalham ou trabalharam no território, constituíram família ou a família já era de lá quando vieram, ou seja, conseguiram se estabelecer na cidade de alguma forma. Essas são características semelhantes das pessoas entrevistadas: residência, trabalho e tempo de permanência no local.

Em todos os discursos apresentados, a relação com as pessoas próximas garante uma sensação de segurança, o que nos leva a pensar na configuração da cidade como um espaço em que não existe diferenças. As pessoas entrevistadas têm em comum o tempo de permanência na cidade, ou seja, conhecem outras pessoas, tem familiares ali, algumas famílias estão no município antes mesmo de sua instituição como comarca, os chamados pioneiros. Por esses

motivos, os entrevistados afirmam que se sentem bem.

Heller (1993), ao definir os sentimentos, utiliza o termo implicação para falar dos diferentes níveis da relação estabelecida com alguma coisa. Nas entrevistas, se há algo em que todos estão implicados é com o território. Essa implicação provavelmente não seja a mesma para pessoas que começaram a viver no município há menos tempo porém, no caso dos entrevistados parece-nos que isso está bastante fixado.

Correlacionando esse discurso com o que é apontado por Caldeira (1997) e por Bauman (2009), podemos pensar nesse envolvimento entre as pessoas como pequenos guetos, bolsões de semelhança¹⁹, cuja finalidade é evitar a aproximação daqueles que são diferentes. Vejamos a afirmação de Bauman

Somos feitos apenas de diferenças, todos nós; existem milhares de homens e mulheres no planeta, mas cada um deles é diverso dos outros. Não existem indivíduos totalmente idênticos, isso é impossível. Existimos porque somos diferentes, porque consistimos em diferenças. No entanto, algumas delas nos incomodam e nos impedem de interagir, de atuar amistosamente, de sentir interesse pelos outros, preocupações com os outros, vontade de ajudar os outros. E, não importam quais sejam essas diferenças, o que as determina é a natureza das fronteiras que traçamos. Cada fronteira cria suas diferenças, que são fundamentadas e relevantes. [...] As diferenças que se tornam significativas e importantes em decorrência da natureza da fronteira, e as intenções que estão por trás dessa fronteira, são diferenças atribuídas a pessoas que demonstram a indecente tendência a ultrapassar as fronteiras e aparecer de surpresa em locais para os quais não foram convidados; um tipo de gente do qual muitos de vocês se defenderiam com circuitos fechados de televisão, se mais não fosse, para ver quem está passando na rua (2009, p.77)

Os discursos deixam claro quem são os que devem ser evitados, que simbolizam a ameaça: as pessoas que não residem ali ou que, por algum motivo, começaram a residir na cidade; os forasteiros²⁰. A familiaridade com as pessoas está relacionada principalmente ao processo de implicação dos entrevistados com o território. Por isto, as relações com a figura do forasteiro exigem cautela.

A cautela exigida para pensar a figura do forasteiro se deve ao fato de que em alguns

¹⁹ Refiro-me aqui a ideia da criação de espaços de familiaridade, cuja característica principal seriam os vínculos estabelecidos com pessoas semelhantes ou, pelo menos, já conhecidas.

²⁰ Utilizamos tal termo, forasteiros, fazendo analogia aos filmes de faroeste cuja imagem daquele que vem de fora é a do desconhecido e do inesperado.

momentos ele não é somente aquele que está fora do município, mas também é aquele que não participa da comunidade. A ligação dos entrevistados com o território e com as pessoas que residem nele, nos possibilitou compreender quem é considerado diferente/forasteiro. Podemos então fazer a seguinte divisão: nós, os que só pensam em si e os criminosos.

Na primeira categoria apresentada no conjunto dos depoimentos estão aqueles que são semelhantes aos entrevistados, pessoas que compartilham do território e da vida comum. Independente se são familiares ou amigos, os vínculos estabelecidos são de reconhecimento e esses são considerados “pessoas de bem”, ou seja, compartilham de ideias e ideais semelhantes, reconhecem em meio as suas histórias aquilo que os faz conterrâneos.

O segundo grupo encontra-se na linha divisória entre as pessoas do território e os forasteiros. Essas pessoas, embora residentes do território de Marilândia do Sul, não estão presentes na rotina da comunidade. Eles são vistos como egoístas, já que não se envolvem com o bem-estar de todos, em contraposição ao senso de coletividade que os entrevistados valorizam neles mesmos e na população local, de forma geral. Estes estão em uma linha divisória entre nós e eles: fazem parte da comunidade, mas pensam mais em si mesmos.

Por fim, os considerados criminosos. Essa categoria pode é apresentada através de uma subdivisão: os bandidos e os que se tornaram ou foram tornados dependentes. Aqueles estão associados a perversidade, ou seja, são maus, não dão valor à vida dos outros, já estes são vítimas, isto é, o desvio social foi causado pela droga, ou pela associação com o outro grupo, ou seja, eles são vítimas ou fracos por se deixarem levar.

Essa última categoria está associada à outra, relacionada principalmente ao território. Os bandidos não residem na cidade, eles vêm de fora. O forasteiro, quando aparece nas redondezas, o faz para praticar atos ilícitos (assaltar bancos e outros estabelecimentos, traficar, vender armas) ou seja, ao chegar, rompe com a rotina pacata da cidade, traz a maldade para dentro das fronteiras do município. Já aqueles que residem no município, segundo os entrevistados, foram tornados criminosos pelos forasteiros, como se passivamente tivessem sido influenciados por eles para que, assim, se tornassem dependentes, como se antes de se envolverem com o grupo dos “de fora” fizessem parte da comunidade, dos “de dentro”.

Diante dessa última categoria podemos pensar em quais estratégias são utilizadas para garantir a exclusão dos diferentes. Ao relacionar esse discurso com a temática apresentada no tópico anterior uma das maneiras de garantir a exclusão seria através da punição. O ato de punir teria como consequência a exclusão daqueles que foram influenciados pelos forasteiros, ou seja, por meio da reclusão (se as leis garantissem isso) ou por meio da eliminação (por meio do conflito direto), o importante seria tirar do convívio aqueles que não respeitam as normas

sociais.

Outro modo de garantir a exclusão da diferença apresentado por alguns dos entrevistados seria a manutenção da semelhança, pois como relataram a cidade é tranquila, mas a redondeza não é. Esse discurso sugere uma espécie de idealização de uma comunidade fechada e isenta de perigos internos. De acordo com os relatos, não são os circuitos fechados que garantem a sensação de segurança e sim as relações estabelecidas entre seus munícipes, mesmo que estas não excluam a necessidade de possuírem aqueles equipamentos.

Segundo os relatos, as redondezas são perigosas, as cidades próximas têm maiores índices de violência, são locais perigosos, principalmente pelo que eles ficam sabendo sobre esses espaços. Por exemplo, é o que André diz ao comparar Marilândia do Sul com outras cidades da região “na minha opinião, em relação a outros municípios *Marilândia* ainda está bem melhor”.

Marcia faz comentários semelhantes: “se for comparar com as cidades vizinhas, até que é tranquila em vista assim, vamos supor Mauá, Faxinal, Ortigueira, é até mais tranquila, mas tem assim, furtos, alguma coisa de vez em quando”. Andréia também: “mas assim em relação até que não muito né, em vistas de outras cidades que tem muita violência”.

Marcio concorda: “pelo conhecimento²¹ a gente não sabe se é muito violento como alguns outros municípios. Tem alguns municípios que tem o índice de violência maior, mas pode ter aqueles casos de violência que a gente não tem conhecimento”. Esse relato, é importante, pois aponta algo que os outros não fazem: a possibilidade de considerar a violência que não é relatada, aquela que ocorre no interior das casas, que não é exposta, denunciada.

A ideia de proteção dos que estão dentro dos muros dos enclaves fortificados (Caldeira, 1997, 2003) se repete na necessidade de proteger os que estão próximos na pequena cidade, ou seja, o sentimento de medo está voltado para o que está fora dos muros simbólicos da convivência, do envolvimento.

Os impactos disso no cotidiano dos entrevistados não pode ser observado, mas alguns relatos apontam que “aquilo que é perigoso vem de fora ou está nas redondezas”. Waiselfisz (2015), fala sobre o fenômeno de interiorização da violência²² e, complementando, Bauman (2009, p. 85) afirma que “as cidades são depósitos nos quais se procura desesperadamente soluções locais para problemas que foram produzidos pela globalização”.

Aqueles dois processos complementares surgem nos momentos em que os

²¹ Referindo-se as informações divulgadas nas mídias ou compartilhadas entre os moradores.

²² Aponta que estatisticamente houve um aumento significativo dos índices de violência nas regiões interioranas dos Estados, ou seja, uma migração da violência das capitais para os centros urbanos menores.

entrevistados comparam a vida de hoje com o passado. Alguns disseram que percebem mudanças importantes no modo como as pessoas se relacionam, fruto das transformações ocorridas no mundo moderno, impactos esses observados na dificuldade dos próprios entrevistados em se relacionar com aquilo que é novo.

5.4 – NÃO QUEREMOS PERDER AQUILO QUE CONQUISTAMOS: O FUTURO É INCERTO

Os entrevistados correlacionam suas histórias com a do município. Por isso, compreender as relações com a cidade foi importante para identificar os medos presentes. Falamos até agora sobre percepções que se relacionam com o que existe de global, medo da violência, das pessoas que são desconhecidas mas, no discurso dessa população há outra particularidade importante: a presença constante das preocupações com as políticas locais.

Preocupações sobre a falta de emprego e as consequências desse déficit para o município e a vida de muitas das pessoas dali, com os serviços de saúde, educação e habitação foram ressaltadas. Esses relatos estavam sempre relacionados às situações que já viveram ou escutaram falar sobre outros momentos da história do município. Todos falaram de seus desejos de que as melhorias percebidas continuem acontecendo, principalmente, pelo fato de que parte dos entrevistados relata que elas foram iniciadas há pouco tempo, lembrando que em outros períodos havia muitas dificuldades em relação aos últimos destes serviços.

O medo do que possa acontecer no futuro em relação aos serviços públicos existentes, principalmente pelo fato de não existirem formalmente tais serviços no setor privado, está presente no discurso dos entrevistados.

Essa preocupação nos remete ao fato de que há uma proximidade da população com os serviços e, embora reconheçam que ainda não são suficientes, a incerteza em relação a continuidade desse desenvolvimento está vinculada ao que já foi vivenciado. Os entrevistados apresentam um sentimento de medo em relação ao desamparo político e à perda de suas conquistas.

Está presente a ideia de disputa do poder por grupos políticos contrários, disputa essa que, na época das entrevistas, estava muito evidente sobretudo pelo período eleitoral. Infelizmente, essa não é uma preocupação exclusiva daquela população.

6 – PARA ONDE VAMOS? UM RETORNO AO DESCONHECIDO

No mar de tanta indiferença
Era o sol que me faltava
(Tiago Iorc)

De início, imaginamos que conversar sobre o medo e suas consequências naquela população seria fácil, principalmente por se tratar de pessoas que saberiam o que falar sobre tal fenômeno. Engano nosso. O medo estava camuflado no discurso dos entrevistados. Sentir medo, para eles, não é algo corriqueiro pois, num primeiro momento e sem muita reflexão, associam este sentimento à violência explícita, aos assaltos e assassinatos. No entanto, embora Marilândia do Sul fosse apresentada em seus relatos como uma cidade tranquila, a sensação de que algo estava à espreita foi tornando-se evidente. O medo nem sempre é nominado ou explicitado, mas está presente em seus discursos.

Estes discursos são semelhantes aos apresentados em âmbito global. Neste âmbito podemos citar aquilo que é disseminado pelos meios de comunicação: atentados terroristas, chacinas, estupros coletivos, balas perdidas, invasões, assassinatos, etc. Os discursos dos noticiários estão repletos de informações e as interpretações ficam a cargo dos ouvintes, que criam e disseminam suas próprias ideias. Por este motivo, mesmo estando relativamente distantes de cidades nas quais as situações de violência ocorrem com maior frequência e intensidade, nossos entrevistados não conseguem excluir a possibilidade de que algo semelhante lhes aconteça. A violência não é percebida como uma presença concreta, mas como uma ameaça difusa; está em todo lugar, então poderia ou poderá estar aqui, ainda não está totalmente (a cidade é tranquila ou ainda é mais tranquila que outras) mas vem se aproximando, de forma inegável. O medo vem de fora, trazido pelos “outros”.

Entretanto, faz-se necessário dar nome à isso que gera essa sensação difusa, tornar conhecido aquilo que é inominado. Esse movimento é realizado pelos entrevistados, ao se apropriarem do discurso ofertado pelos meios de comunicação. O grupo entrevistado associa o perigo encontrado nas cidades grandes à um tipo específico de indivíduos que representam risco à toda comunidade.

Dar nome e forma aos medos é um movimento subjetivo, visando objetivar aquilo que é desconhecido e que conseqüentemente produz aquela sensação difusa de perigo. Enfim, influenciados pelos discursos cotidianos com os quais somos banhados, os entrevistados objetivam seus medos atribuindo-o a qualquer grupo que, de alguma forma, gostariam de excluir ou manter fora do convívio social.

Justamente nesse aspecto a psicologia tem papel fundamental no trabalho com essa população. Trazer a discussão e implementar novas formas de convivência pautadas no bem-estar comum, bem como abrir um canal de diálogo com os munícipes sobre o sentimento de medo em relação às diferenças apontadas por eles é um dos papéis do profissional de psicologia. Diante de um mundo em transformação, que produz novos modos de subjetivação e em um contexto cujas convicções estão tão enraizadas, promover ações de envolvimento com a população pode ser uma estratégia válida diante da apatia apontada pelos munícipes.

A psicologia, justamente com outras áreas do conhecimento, abre possibilidade para produzir transformação social (Dimenstein, 2001). Isto é, mesmo diante de um mundo de tantas incertezas cujos muros e separações estão tão presentes o trabalho do psicólogo é o de denunciar os mecanismos de segregação e de manutenção das individualidades, em prol do grupo social assistido.

O presente trabalho trouxe à tona os diferentes significados reproduzidos pelos indivíduos daquela cidade sobre o sentimento de medo, tendo em vista que há um grande discurso que impacta diretamente a compreensão e a dinâmica cotidiana daquela população. Para tanto antes de pensar em ações junto à população faz-se importante nominar alguns aspectos que estão camuflados nos discursos apresentados.

O primeiro é a presença, embora em proporções pequenas, da violência no cotidiano dessa população. Episódios recentes (roubo a bancos, furto em casas e assaltos) produziram uma preocupação na cidade. Esta sensação/presença da violência não está restrita a esses sujeitos. Há um discurso rotineiro sobre a ineficiência de ações que garantam a proteção da sociedade nacional, evidenciado nos mais diversos níveis sociais. A diferença está nas estratégias adotadas em cada grupo social.

Nos grandes centros urbanos aqueles que tem a possibilidade de adquirir instrumentos de segurança e proteção o fazem, pois possuem os meios para tal. Do mesmo modo, aqueles que tem condições procuram por tais soluções em Marilândia do Sul. Entretanto, grande parte da população das cidades de grande porte permanece dependente das ações públicas de segurança e enfrentamento da violência, semelhante ao que ocorre em Marilândia do Sul e por isso, mesmo que ainda se caracterizem como desejos particulares, há uma demanda por melhoras nas ações policiais, aumento do número de soldados, modernização dos equipamentos e sobretudo por maior efetividade dessas ações, pois estão a mercê desses serviços.

Além da presença da violência, há outros medos menos evidentes porém presentes. A ausência de vagas de emprego no município de Marilândia do Sul leva muitos a se deslocarem para outras localidades. Ora, para que possam garantir sua sobrevivência, colocam em risco as

suas vidas, deslocando-se para seus empregos. O perigo necessita ser enfrentado, torna-se corriqueiro, começa a fazer parte da vida dos sujeitos. Além disso, arriscar-se tornar-se conduta padrão diante da evidencia de que há um aumento considerável no número de pessoas desempregadas.

Estamos falando de uma característica do momento social e político da história do Brasil, que produz nos indivíduos a necessidade de ter que, particularmente, colocar-se em risco para não tornar-se o próximo a ser descartado. No discurso dos entrevistados, que deve ser um reflexo do pensamento local, estar sem emprego significa entrar para um grupo considerado desqualificado e que, por conta das condições, pode vir a se tornar um “outro”, um risco aos cidadãos que habitam o território.

Outro fator evidenciado pelos entrevistados e que está relacionado ao emprego é a ausência de lazer. Aqui não estão relacionadas apenas atividades de entretenimento, mas outras que visam ocupar o tempo das pessoas do município. Aliás, a falta de atividades no município torna-se preocupante sobretudo pelo aumento do envolvimento das crianças e adolescentes em situações de vulnerabilidade, caracterizado nas falas dos entrevistados que tratam da permanência deles na rua.

Essas ações voltadas para as crianças e adolescentes são apontadas como importantes, uma vez que houve mudanças na dinâmica familiar. Se antes algum dos pais poderia permanecer em casa para se responsabilizar pelos cuidados dos filhos enquanto o outro garantia o sustento da família, atualmente essa prática é inviável. Para resolver esse problema, no imaginário dos entrevistados, há a necessidade de atividades que ocupem os jovens visando garantir a proteção deles e que seriam de responsabilidade exclusiva dos setores públicos municipais.

Esta dependência das ações dos órgãos e poderes oficiais constitui, em si, mais um elemento importante, para nossas análises e para as perspectivas de atuação da Psicologia, junto à esta população. É necessário buscar novas formas de atuar com os munícipes, favorecendo a coparticipação e colaboração em trabalhos voltados à comunidade. Este tipo de intervenção se torna importante pelas características dos discursos aqui apresentados. Apesar de os munícipes conhecerem todo mundo e possuírem vínculo com as pessoas da cidade, cada um se preocupa basicamente e age visando apenas o seu bem-estar e o de seus familiares.

Cada um deles percebe a existência de problemas que afetam o coletivo, mas apresentam suas reivindicações como se esses problemas não pudessem ser resolvidos por eles mas sim por terceiros, que acreditam possuir esse poder de transformação. Fechados em seus individualismos, não percebem que a solução teria que ser buscada através deles mesmo, mas

organizados, agindo como coletivo. A geração de empregos ou de outras alternativas de trabalho e de obtenção de renda, a manutenção ou até a ampliação dos serviços, a criação de alternativas de lazer poderiam e deveriam ser alvos de tentativas comuns e organizadas de ação.

Por um lado, isto implica que seria preciso que o coletivo passasse a existir, que não fosse apenas um conjunto de pessoas unidas por uma história de convivência e de relações cordiais, mas que se unissem também em função de objetivos traçados e de ações realizadas coletivamente. Por outro lado, as tentativas, mesmo que pequenas e iniciais, de criar grupos e ocasiões de discussão destes problemas e de alternativas de ação conjunta para fazer frente a eles é que dariam origem àquele coletivo (e provavelmente, aos conflitos internos que já existem na população e que teriam que ser enfrentados de outro modo, a partir daí). Se este ou estes coletivos passassem a existir e a agir, o grupo (os eus), os outros e as diferenças provavelmente passariam a ser ressignificados.

Partindo dessas ações, pode ser que a Psicologia não resolva os problemas deles, mas talvez possa ajuda-los a decidir fazê-lo e a passarem a ser e a se verem como capazes disto. Isso implicaria em um novo foco para as políticas públicas e também para a Psicologia, pois sua ação não estaria restrita ao campo das práticas intervencionistas e sim assumindo papel político como instrumento de mobilização, organização e na busca de novas estratégias de resolução da própria comunidade.

É nesse sentido que as representações do medo são entendidas. Elas são influenciadas por um conjunto complexo de variáveis que se modifica dinamicamente, ou seja, que estão sempre em processo de transformação. Os medos são transformados, ganham novas roupagens e novos significados, mas continuam a fazer parte da dinâmica da vida humana. Por isso, retornar ao desconhecido é o destino sempre necessário ao cientista, uma vez que produzir conhecimento implica em nominar e ressignificar, mesmo que temporariamente, aquilo que parece estranho, pouco familiar ou mesmo inacessível.

REFERÊNCIAS

- Alarme. (2011). Pombo, R. *Dicionário de Sinônimos da Língua Portuguesa*. (p.150, 2. ed.). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras.
- Amaral, L. (2010). O imaginário do Medo: violência urbana e segregação espacial na cidade do Rio de Janeiro. *Contemporânea*. 8 (1). pp. 34-45.
- Associação Americana de Psiquiatria. (2002). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-IV*. Porto Alegre: Artmed.
- Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil* (2013). Recuperado em 21 de março, 2013, de http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/marilandia-do-sul_pr.
- Barreto, J. E. F.; Silva, L. P. (2010). Sistema límbico e as emoções: uma revisão anatômica. *Revista de Neurociências*. 18(3). pp. 386-394.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- _____. (2004). *Amor Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- _____. (2008). *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- _____. (2009). *Confiança e Medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.
- Bercini, L. O.; Tomanik, E. A. (2009). *Na teoria e na vida: saúde, ambiente e representações sociais*. Maringá: Eduem.
- Berger, P. L. & Luckman, T. (1985/2002) *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: vozes.
- Breton, D. (2009). *As paixões ordinárias: Antropologia das emoções*. Petrópolis, RJ: vozes.
- Caldeira, T. P. do R. (1997). Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. *Novos Estudos*. CEBRAP. 47, pp. 155-176.
- _____. (2003). *A cidade de muros*. São Paulo: Edusp.
- Chauí, M. (1987). Sobre o Medo. Cardoso, S. [et. Al.]. *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Companhia das letras. pp. 33-82.
- Conselho Federal de Psicologia (2010). *Práticas profissionais de psicólogos e psicólogas na atenção básica à saúde*. Brasília – DF. Reuperado em 21 de março, 2016, de http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/02/Praticas_ABS.pdf.
- Corrêa, F. B. (2010). A busca por segurança: Imaginário do medo e geografia urbana. *Contemporânea*. 8 (1). pp. 88-105.
- Darwin, C. (1878/2000). Princípios gerais da expressão. *A expressão das emoções nos homens e nos animais*. São Paulo: Companhia das letras. pp. 35-54.

- Delumeau, J. (2009). *A história do medo no ocidente de 1300 –1800: Uma cidade Sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dimenstein, M. (2001). O Psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 6 (2). pp. 57-63.
- Eckert, C. (2007). A cidade”com qualidade”: Estudo de memória e esquecimento sobre o medo na cidade de Porto Alegre. *Sociedade e Cultura – Revista de ciências sociais*. 10 (1). pp. 61-79.
- Eckert, C. & Rocha, A. L. C. da. (2008) Cidade sitiada, o medo como intriga. *Revista Iuminuras*. Porto Alegre: UFRGS. 9 (2), pp. 1-28.
- Endlich, A. M. (2007). Formação Socioespacial da Região noroeste do paraná e as pequenas cidades. *Boletim de Geografia*. 25 (1), pp. 35-58.
- González-Rey, F. L.(1999). O emocional na constitui o da subjetividade. Lane, S.; Araújo, Y. [orgs.]. *Arqueologia das emo es*. Petrópolis, RJ: Vozes. pp.35-56.
- _____. (2005). *Sujeito e Subjetividade: uma aproxima o histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning.
- _____. (2012) *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de constru o da informa o*. São Paulo: Cengage Learning.
- Guareschi, P. (1996/2001). Rela es Comunitárias Rela es de Domina o. Campos, R. H. de F. (org.). *Psicologia Social Comunitária: da solidariedade   autonomia*. Editora Vozes: Rio de Janeiro. pp. 81-99.
- _____. (2001). Pressupostos Psicossociais da Exclusão. Sawaia, B. (org.) *Artimanhas da exclusão*. Editora Vozes: Rio de Janeiro. pp. 141-156.
- _____. (2012). O que   mesmo psicologia social? uma perspectiva crítica de sua história e seu estado hoje. Jac -Vilela, AM., Sato, L., orgs. *Diálogos em psicologia social*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, pp. 25-45.
- Heller, A.. (1970/2014). *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra.
- _____. (1993). *Teoria de los sentimientos*. Barcelona: Fontamara.
- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econ mico e Social (2015). *Caderno Estatístico de Marilândia do Sul*. Recuperado em 21 de março, de <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=86825&btOk=ok>
- Junior; A. de O. (2011). Confiança e percep o social das polícias. Schiavinatto, F. (Org.) *Sistema de indicadores de percep o social (SIPS)*. Brasília: Ipea. pp.
- Lei n  8.080, de 19 de setembro de 1990* (1990, 19 de setembro). Dispõe sobre as condi es para a promo o, prote o e recupera o da saúde, a organiza o e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República.

- Medo. (1998). Weiszflog, W. *Michaelis*: moderno dicionário da língua portuguesa. (p. 1343, 1ed.) São Paulo: Companhia Melhoramentos.
- Minayo, M. C. De S. (1994). A Violência Social sob a perspectiva da Saúde pública. *Cad. Saúde Pública*: Rio de Janeiro, 10 (1): pp. 07-18.
- Moisi, D. (2009). *A geopolítica das emoções*: como as culturas do Ocidente e do Oriente e da Ásia estão remodelando o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Molon, S. I. (2011). Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 16 (4), pp. 613-622.
- Moscovici, S (2004). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Santos, B. de S. (2008). *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortez.
- Santos, L. O. dos. (2003). O Medo contemporâneo. *Psicologia Ciencia e Profissão*. 23 (2), pp. 48-55.
- Sartre, J. (1939/2008). *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre: L&PM.
- Scarparo, H.; Pedroso, M. (2010). Representações: movimentos de imagens e palavras vividas. Guareschi, P.; Hernandez, A. & Cárdenas, M. *Representações Sociais em Movimento: psicologia do ativismo político*. Porto Alegre: EDIPUCRS. pp.15-22.
- Spink, M. J. (2006) *A psicologia em diálogo com o SUS: Prática Profissional e produção acadêmica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sposito, M. E. B. & Góes, E. M. (2013). *Espaços Fechados e Cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial*. São Paulo: Editora Unesp.
- Souza, C. (2006) Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologia*. Porto Alegre. 8(16), pp.20-45.
- Tomanik, E. A. (2004). *O olhar no espelho: “conversas” sobre a pesquisa em Ciências Sociais*. Maringá: Eduem.
- _____. (2009). O Sujeito humano e o conhecimento: constituição psicossocial e Complexidade. Tomanik, E. A.; Caniatto, A. M. P. & Facci, M. G. D. (org). *A constituição do Sujeito e a Historicidade*. Campinas, SP: Editora Alínea. pp. 33-61.
- Tomazi, N. D. (1997). *Norte do Paraná: história e fantasmagorias*. Tese de Doutorado, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL.
- _____. (2005). *Paisagens do medo*. São Paulo: Unesp.

Vygotsky, L. S. (1984/2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.

Waiselfisz, J.J. (2012). *Mapa da Violência 2012: Novos padrões da violência homicida no Brasil*. Brasília, Ministério da Justiça, Instituto Sangari.

_____. (2015). *Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo*. Brasília, Secretaria Nacional da Juventude.